



Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Joel Alexandre Neves Marques, Fernando Manuel Monteiro e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente, em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 06 de maio de 2020.**
  - 2. Deliberação n.º 164/20 – Proposta n.º 06/2020 – GAP – Abertura de Concurso Público – Contratação de Leasing Imobiliário – Imóvel Designado por “PM 25/Setúbal – Edifício da Praça do Bocage” – Ratificação de Despacho.**
  - 3. Deliberação n.º 165/20 – Proposta n.º 39/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Renovação do Licenciamento MICROSOFT. Concurso Público n.º 11/2020/DAF/DICOMP/SECOMP - Retificação do prazo contratual.**
  - 4. Deliberação n.º 166/20 – Proposta n.º 40/2020 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de “Empréstimo médio/longo prazo – Investimentos Municipais 2020”.**
  - 5. Deliberação n.º 167/20 – Proposta n.º 41/2020 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de “Empréstimo médio/longo prazo – Linha BEI”.**
  - 6. Deliberação n.º 168/20 – Proposta n.º 42/2020 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação.**

4

7. **Deliberação n.º 169/20 – Proposta n.º 43/2020 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
8. **Deliberação n.º 170/20 – Proposta n.º 44/2020 – DAF – Prestação de Contas 2019.**
9. **Deliberação n.º 171/20 – Proposta n.º 45/2020 – DAF – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2020.**
10. **Deliberação n.º 172/20 – Proposta n.º 46/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Abertura de Procedimento ao abrigo do DL n.º 29/2011, de 28.02, para determinação de adjudicatário em contrato de gestão de eficiência energética, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no sistema de iluminação pública no Município de Setúbal.**
11. **Deliberação n.º 173/20 – Proposta n.º 47/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota Municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, no ano de 2020/2021, ao abrigo da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM).**
12. **Deliberação n.º 174/20 – Proposta n.º 09/2020 – DCIRT/DITUR – Celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal, para o desenvolvimento de projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praia para Todos”.**
13. **Deliberação n.º 175/20 – Proposta n.º 10/2020 – DCIRT – Aceitação de Donativo – Distribuição de máscaras gratuitas à população.**
14. **Deliberação n.º 176/20 – Proposta n.º 11/2020 – DCIRT/DITUR – Época Balnear 2020 – PROGRAMA ARRÁBIDA SEM CARROS 2020.**
15. **Deliberação n.º 177/20 – Proposta n.º 08/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização Vertical/Reordenamento da Circulação Rodoviária, na Rua Vale de Cerejeiras e na Praceta Álvaro Dias.**
16. **Deliberação n.º 178/20 – Proposta n.º 09/2020 – DURB/DIMOT/SEMUT - Regime Tarifário do Transporte em Táxi – Sinalização Vertical de “Mudança de Tarifa”.**
17. **Deliberação n.º 179/20 – Proposta n.º 10/2020 – DURB/GAGEF – Alteração às especificações do Alvará de Loteamento n.º 1/18.**
18. **Deliberação n.º 189/20 – Proposta n.º 11/2020 – DURB/DIPU/GAP – Abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal.**
19. **Deliberação n.º 180/20 – Proposta n.º 01/2020 – GVCR – Protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.**
20. **Deliberação n.º 181/20 – Proposta n.º 03/2020 – SMPCB – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “SOPAC, Sociedade Produtora de Adubos Compostos, S.A.”**
21. **Deliberação n.º 182/20 – Proposta n.º 01/2020 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Gecite Consultores de Engenharia Lda.”**
22. **Deliberação n.º 183/20 – Proposta n.º 09/2020 – DAAE/DIEV – Classificação de Árvores de Interesse Público.**
23. **Deliberação n.º 184/20 – Proposta n.º 50/2020 – DCDJ/DIBIM – Doação de obra de arte ao Município.**
24. **Deliberação n.º 185/20 – Proposta n.º 51/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – Projeto Ensemble Juvenil de Setúbal.**
25. **Deliberação n.º 186/20 – Proposta n.º 14/2020 – DES/DIAPE – Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021.**
26. **Deliberação n.º 187/20 – Proposta n.º 1/2020 – GAV PSD – Criação de um Fundo de Emergência Municipal para empresas no concelho de Setúbal.**

**27. Deliberação n.º 188/20 – Proposta n.º 2/2020 – GAV PSD – Medidas para a mobilidade segura para as Praias da Arrábida.**

**A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete e do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente Ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- c) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vereador Pedro Pina do mapa relativo aos despachos proferidos, no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

**2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que tinha dois assuntos e um tinha a ver com os acessos, os caminhos e os espaços da quinta do Palácio da Comenda. Havia uns meses, todos tinham sido surpreendidos com a implantação de tabuletas a impedir o acesso a vários espaços. Entretanto, a Sra. Presidente tinha tentado entrar em contacto e negociar um protocolo entre as partes - o novo proprietário e a Câmara - para usufruto de alguns espaços. Passado algum tempo, o proprietário tinha feito algumas ações que todos na Câmara tinham entendido que eram provocatórias. Uma delas tinha sido a destruição do parque da Albarquel, e ele próprio, numa visita recente que tinha feito à capela de São Luís, tinha dado conta que, inclusivamente, já estavam a preparar-se para colocar um portão ou qualquer coisa que impedisse o acesso à capela. Pelo menos, tinha lá dois prumos grandes.

Gostaria de saber se já tinha havido mais algum desenvolvimento. A Sra. Presidente, inclusivamente, disse que lhe tinha acabado a paciência de alguma forma e que iria dar entrada de uma ação pela via judicial. Gostaria de saber se já tinha havido algum desenvolvimento nesse sentido ou se, pelo contrário, tinham conseguido chegar a um acordo. O segundo ponto tinha a ver com uma carta que um comerciante lhe tinha feito chegar, de uma informação que a Câmara lhes tinha dado sobre a isenção do pagamento das taxas da via pública, transmitindo ao comerciante – pensava que essa carta tinha sido distribuída a quase todos os comerciantes que tinham ocupação de via pública por esplanadas – que, quanto ao mês de março e ao mês de abril, tinha havido uma deliberação no sentido de isentar o pagamento.

Tinha estado a ver a deliberação e achava que havia algo que deveriam repensar. A deliberação tinha sido tomada em 8 de abril e, nessa altura, estávamos a viver o primeiro estado de emergência. A deliberação remetia para o Decreto do Presidente da República a declarar esse estado de emergência e, depois disso, tinha havido mais dois estados de emergência. Efetivamente, o estado de emergência não tinha acabado em abril, tinha acabado em 2 de maio, mas a deliberação remetia só para o primeiro estado de emergência, para a deliberação do decreto do Presidente da República. Achava que deviam, tendo em conta o mesmo princípio que os tinha levado a aprovar essa isenção, prorrogar até ao fim

efetivo do estado de emergência, que tinha sido 2 de maio e, de acordo com o que tinha sido aprovado na altura, o mês seguinte ao termo do estado de emergência. Portanto, seria março, abril, maio e junho.

Era uma proposta que deixava à consideração da Câmara. Pensava que fazia todo o sentido, porque, se tinham deliberado para o primeiro estado de emergência - na altura, não sabiam quanto tempo é que iriam estar em estado de emergência -, fazia sentido deliberar na sua totalidade.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que, tendo em conta que as escolas do pré-escolar tinham reaberto na segunda-feira, dia um de junho, gostaria de dar nota de algumas questões em torno das matérias da educação e da oferta educativa no concelho. Começaria por dizer que, no dia anterior, das quase 900 crianças do pré-escolar que frequentavam jardins-de-infância da rede pública de Setúbal, tinham estado nos seus jardins-de-infância 197 crianças, distribuídas pelos vários agrupamentos, com situações desequilibradas.

A vida nos jardins-de-infância estava a decorrer com alguma normalidade no contexto atual. A Câmara tinha feito um esforço muito grande, juntamente com os agrupamentos, na preparação da reabertura do pré-escolar, com campanhas de desinfeção de espaços escolares, com formação de trabalhadores, nomeadamente assistentes operacionais, para a higienização que tinha que ser feita - e mais cuidada, no contexto atual - e com um esforço grande do Município na aquisição de equipamentos de proteção individual, tanto para o funcionamento do pré-escolar, nomeadamente para os assistentes operacionais, como para as ações de higienização, que também exigiam equipamentos próprios.

Tinha sido com grande estranheza que tinham tomado conhecimento de que não havia critério, por parte do Governo, relativamente à aferição de testes aos trabalhadores, quer fossem docentes ou não docentes, dos jardins-de-infância das escolas do pré-escolar. Não havia critério, tendo em conta aquilo que tinha sido o empenho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social relativamente aos trabalhadores das IPSS para as creches e para os lares, em que tinham testado todos os funcionários ou assim tinham dado a entender.

Relativamente aos trabalhadores da área da educação, o Ministério da Educação e a Direção-Geral de Saúde não se tinham pronunciado, não tinham dado nota nenhuma, não tinham esclarecido, nem sequer tinham dado alguma justificação para que, relativamente a trabalhadores que trabalhavam diariamente com crianças de idades muito próximas, a uns faziam testes e aos outros não, deixando uma dúvida, uma incerteza e ansiedade, tanto aos trabalhadores como às famílias das crianças que tinham ido para esses espaços.

Depois, como não era suficiente - também era importante fazer essa referência -, no dia 29 de maio, poucos dias depois de terem dado as instruções de como é que o pré-escolar poderia abrir e dos encargos que teriam que assumir, inclusivamente com a nota de que o ministério se responsabilizaria pelos EPI, os equipamentos de proteção individual dos educadores de infância, mas que as escolas teriam que ir buscar o orçamento das escolas para adquirir esses equipamentos, ao contrário do que tinham feito com escolas secundárias tinham feito a distribuição dos equipamento de proteção individual para professores, para alunos e para assistentes operacionais, o Ministério da Educação tinha dito que, relativamente aos docentes do pré-escolar as escolas teriam que ir buscar aos seus orçamentos para adquirir esses EPI.

No dia 29 de maio, para confirmar essa medida, o Ministério da Educação, através da Direção-Geral, a DGEF, tinha informado os vários agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do nosso concelho que este ano teriam que se conter com menos 168 mil euros do que tinham vivido no ano de 2019, sem qualquer justificação. Mais tarde, tinha surgido uma suposta justificação em que esse corte de mais de 168 mil euros resultava do facto de as escolas estarem encerradas desde 13 de março e que, nesse sentido, tinham tido poupanças na eletricidade, na água e no gás e que, portanto, poderiam fazer esse corte.

O que tinha acontecido tinha sido que não tinham tido a preocupação de saber se a poupança era real, por exemplo, como a Câmara Municipal tinha feito, relativamente aos seus serviços,

para identificar o que é que seriam as despesas suplementares ou as despesas que tinham deixado de ser concretizadas por via do estado em que temos vivido, das contingências do estado em que temos vivido. O ministério tinha resolvido não fazer isso, tinha feito um corte cego que fazia com que, nos próximos meses, por exemplo, um dos agrupamentos da nossa cidade recebesse 130 e poucos euros por mês, para poder afetar às despesas de eletricidade, de água e de gás, num contexto em que alguns dos agrupamentos tinham comunicado ao ministério e às respetivas direções-gerais problemas de ruturas de águas que tinham e que os consumos se mantinham quase, praticamente, ao mesmo nível de quando estavam a funcionar com as aulas.

Portanto, tinha sido esse presente que os agrupamentos de escolas do nosso concelho tinham tido, nas vésperas da reabertura do pré-escolar, num momento e num contexto de um grande esforço das escolas, de um grande esforço de todos os assistentes operacionais, de um grande esforço de todos os docentes, não só os que tinham retomado a atividade presencial, mas, também, de todos os que mantinham a atividade de ensino à distância. Nesse contexto, tinha sido esse o presente que tinham dado.

Ainda no dia anterior a Câmara tinha enviado a 3.ª via de um pedido de reunião que vinha sendo feito desde setembro de 2019, para reunirem com o senhor Ministro da Educação para aferirem diferentes questões que estavam na ordem do dia do nosso concelho, relativamente às escolas do nosso concelho. Jam ver se desta vez teriam essa resposta, mas era importante dar essa nota.

Por fim, terminava com uma prestação de contas, que era o seguinte: De 17 de março a 27 de maio, no concelho, tinham fornecido 1713 refeições a crianças do escalão A e do escalão B, tinham tido 220 crianças em acolhimento, em dias de acolhimento, no pré-escolar e no 1.º ciclo, tinham fornecido 228 refeições a adultos que tinham apoiado por via das refeições escolares, aproveitando o sistema. As escolas de 2.º e 3.º ciclo e secundárias tinham fornecido aos alunos do escalão A e do escalão B 1635 refeições e tinham tido – no caso só do 2.º ciclo, porque era esse o enquadramento – 75 alunos em acolhimento. Era esses dados de prestação de contas e de protesto que queria apresentar na reunião.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, em relação à situação que se vivia, da fase de desconfinamento, o Município de Setúbal tinha acompanhado a legislação que tinha sido publicada e tinha tomado as medidas necessárias, testado equipamentos com os respetivos planos de contingência, com todo o trabalho estruturado e organizado, com os trabalhadores protegidos, mantendo em teletrabalho os casos a que isso obrigava, portanto, estava, de certa forma, a retomar uma normalidade, não a retomar a atividade, mas a retomar a normalidade da sua atividade, atividade essa que se tinha mantido em permanência mesmo no período mais forte de confinamento.

Quanto à situação no concelho, do ponto de vista de infeções e outras situações, naquele momento tinham 113 pessoas registadas como infetadas, 66 já recuperadas e apenas um óbito. Naquele momento, era o único óbito, era um senhor com mais de 80 anos que tinha falecido e era de Setúbal.

Ao nível do distrito, talvez tivesse interesse dar nota de que tinham, naquele momento, 1744 infetados para um universo de 11438 no conjunto da região, tinham 861 ativos para um universo de 5486 ativos na região de Lisboa e Vale do Tejo toda e tinham 944 curados na região, na Península de Setúbal, para um universo de 6886 na região de Lisboa e Vale do Tejo. Ainda na península, nos três centros hospitalares, tinham 37 pessoas internadas, das quais apenas duas em cuidados intensivos, sendo que em Setúbal tinham apenas uma internada, havia 25 no Barreiro e 21 no Hospital Garcia da Orta. Portanto, eram alguns dados de informação sobre a situação epidemiológica.

Em relação a uma matéria que a comunicação social tinha acompanhado com uma grande intensidade que eram os lares ou espaços residenciais de carácter social, em Setúbal, no município, tinham sido visitadas 21 instituições e 46 áreas residenciais dessas instituições, tinham sido identificados 1407 trabalhadores e testados 1390, no caso dos equipamentos licenciados. Nos equipamentos não licenciados, tinham identificado 13, dos quais apenas 6

existiam, os outros já tinham deixado de ter atividade, com 191 utentes e 118 trabalhadores que iriam ter testes que se iniciariam na segunda-feira.

Em relação à atividade municipal, havia um trabalho tremendo no terreno, em várias vertentes, em várias linhas de trabalho, na relação com as diferentes instituições, na relação com as diferentes áreas socioprofissionais. Aquilo que se podia perceber, no conjunto do concelho, era que parecia haver condições para uma recuperação rápida da vida económica e social com uma normalidade que se pretendia que se atingisse o mais rapidamente possível. De qualquer maneira, também tinham tido uma informação sobre a situação do desemprego no concelho de Setúbal e o desemprego registado, a informação oficial – sabiam que o emprego não registado era sempre um pouco maior -, era que se tinham registado 520 desempregados a mais naquele período do que no período anterior, o que queria dizer que algumas unidades logísticas e industriais que estavam a instalar-se no concelho rapidamente iriam absorver essa percentagem, esse número de desempregados. A situação, que tinham previsto que fosse bastante mais pesada, não se tinha revelado tão pesada quanto esperavam.

Em relação à questão alimentar, embora a vida continuasse e fossem ver o que é que ia acontecer nos próximos meses, depois de um esforço muito grande da Câmara e das juntas, a Segurança Social, finalmente, tinha entrado no terreno em grande força e, naquele momento, estavam numa linha de desativar a resposta municipal e das freguesias, que ia, paulatinamente, ser transferida para a resposta da Segurança Social. A nossa linha de apoio ia-se manter como uma linha de emergência e encaminhamento para a resposta social.

Agora, vamos entrar na época de fogos florestais. Estávamos a trabalhar, por um lado, em termos de proteção e socorro, com grande enfoque nesta pandemia. Em simultâneo, estava a ser montado - e já estava montado - todo o sistema de combate aos incêndios florestais e rurais e estavam a trabalhar na questão das praias, que iam discutir, também, e estavam a trabalhar na retoma económica municipal.

O contributo que o município tinha dado tinha sido reconhecido por todos, quer a nível do distrito quer mesmo fora do distrito. Recentemente, pela Secretária de Estado do Ambiente, pelo Ministro do Ambiente, pelo Secretário de Estado da Proteção Civil, pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, o esforço de Setúbal e a forma de trabalhar de Setúbal tinham sido referenciados como formas de trabalhar, como exemplos a seguir e a acompanhar, com resultados positivos. Isso num quadro que, naturalmente, ainda era bastante mutável, em que se mantinha ativado o Plano de Emergência Distrital, mantinha-se ativado o Plano de Emergência Municipal, mantinha-se em funcionamento a Comissão Distrital de Proteção Civil, com regularidade semanal, mantinha-se a Subcomissão Permanente da Comissão Distrital de Proteção Civil a funcionar todos os dias e, também, ao nível do município, a nossa equipa de acompanhamento do Plano de Contingência tinha estado a funcionar, ultimamente, à 2.ª, 4.ª e 6.ª feira.

Agora, com essa normalização da atividade, ia-se refazer e reequilibrar todo o trabalho e redirecionar o trabalho para cada uma das áreas, já num trabalho em condições de normalização. Assim, rapidamente, era isso que tinha para dizer.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que não poderia deixar de dar uma nota que lhe parecia relevante. Todos compreendiam as intervenções, quer do Vereador Ricardo Oliveira quer do Vereador Carlos Rabaçal. De facto, o tempo que se vivia era um tempo diferente, as dificuldades com que se confrontavam faziam com que tivessem que ter capacidade para se repensarem e reaprenderem a fazer de outra forma. Percebiam que o Governo também não tinha tido muita facilidade em tentar responder às diferentes dimensões para as quais era solicitado, mas havia matéria sobre a qual a Câmara Municipal não podia deixar de assinalar que a total ausência de visão estratégica e a total ausência de capacidade de responder aos problemas, que já existia antes daquele processo, agora tinha-se evidenciado de uma forma inequívoca, tinha a ver com a área da Cultura.

Tinha pedido a palavra porque não poderia deixar de dizer que era absolutamente inacreditável e seria bom que sobre essa matéria tivessem todos, também, alguma



preocupação e uma preocupação generalizada, independentemente da condição que lhes assistia, nomeadamente político-partidária, porque essas preocupações extravasavam essa mesma condição e que, certamente, todos os agentes ligados à área da Cultura – artistas, encenadores, coreógrafos, cantores, bailarinos, assistentes de sala -, que viviam, naquela altura, confrontados com inúmeros problemas, deviam merecer a sua maior atenção. Portanto, o desnorte total do Governo sobre essa matéria era absolutamente inequívoco, mas, mais do que inequívoco, era, sobretudo, a falta de ausência de respostas.

A Sra. Presidente da Câmara Municipal, no passado dia 25 de maio, tinha tido oportunidade de, junto de vários artistas da nossa cidade, ter feito a leitura de uma Carta Aberta à Senhora Ministra, onde, entre muitas outras coisas, pedia e enunciava que as autarquias não estavam do outro lado da barricada. As autarquias eram, no panorama nacional, entidades que garantiam muita da atividade ou grande parte da atividade que era realizada durante o ano inteiro. Portanto, tinham ficado absolutamente espantados quando, nessa confusão, já não percebiam, afinal, na Cultura, quem é que mandava, se era a senhora Ministra ou se era o senhor Primeiro-Ministro.

Tinham ficado espantados com aquela medida dos 30 milhões para a Cultura e pedia, se calhar por fontes mais fidedignas, que os senhores vereadores do Partido Socialista, eventualmente, pudessem ter alguma informação, até para, depois, não haver as confusões de poder querer perverter essa ideia de que o Partido Socialista e que o Governo do Partido Socialista, afinal, estava muito preocupado com os agentes culturais, com os criadores artísticos e até ia promover 30 milhões para a Cultura. As medidas que tinham surgido eram medidas faseadas, medidas incongruentes. Havia um Plano de Emergência anunciado que não permitia apoiar nem metade do setor da área cultural, com resultados que não eram públicos, candidaturas elegíveis sem hipótese de financiamento e tinham sempre essa condição absolutamente extraordinária: Quando sentiam alguma dificuldade tinham sempre a tábua de salvação, que era: “Vejam junto das autarquias.”

Portanto, o senhor Primeiro-Ministro, na televisão, tinha anunciado que iam estar disponíveis 30 milhões de euros para as autarquias e tinham ficado na expectativa do que é que dali poderia sair. Então, tinham tentado, ainda de uma forma informal, perceber - porque estavam preocupados - e garantir-se junto desse apoio. Tinham ficado a saber uma coisa extraordinária: 1.º, que se tratava, novamente, de candidaturas. Ora, esse era exatamente um problema que todos os agentes na área cultural tinham vindo a colocar, era a falta de agilidade que as candidaturas promoviam para o trabalho desses agentes. Tratava-se de uma candidatura, mas, depois, mais uma candidatura intermunicipal, ou seja, as candidaturas, para serem feitas, tinham que ser intermunicipais, o que significava que a Câmara Municipal de Setúbal, caso estivesse interessada - e, com certeza, estaria interessada, para criar e para apoiar as suas estruturas - tinha que fazer uma candidatura intermunicipal. Tinha que se candidatar e não sabiam se ia, ou não, ser considerada nessa candidatura, que, pelo menos, tinha que ter três câmaras - era o que sabiam até ao momento -, para um financiamento de 300 mil euros, que também não sabiam se era assim ou se não era. A dividir pelas três câmaras, estavam a falar de 100 mil euros. Supunha-se que a candidatura podia ir até 85 por cento ou 100 por cento, mas ainda era uma informação que não sabiam se era fidedigna, ou não, ou se a candidatura ia passar por algum filtro daqueles a que estavam habituados, em que algumas entidades, nomeadamente as de Setúbal, se candidatavam e, depois, sendo elegíveis, não eram consideradas.

No entanto, ainda aguardavam o despacho e aquilo que era conhecido dos despachos, dos vários contactos que a Câmara Municipal tinha vindo a fazer, era que se dizia que o despacho ia sair na próxima semana. Tinham perguntado qual era o período de candidatura, porque tinham e conheciam - e não eram só de Setúbal - muitos agentes e artistas que estavam a passar muitas dificuldades. Tinham perguntado qual era o período para fazer essa candidatura e tinham-lhes respondido que era uma semana. Era o que está previsto.

Portanto, o que estava em causa era isso e não podia deixar de demonstrar a sua indignação. Todos sabiam da falta de financiamento para a Cultura, todos sabiam das dificuldades que esse setor enfrentava e, quando esperavam da parte do Governo uma atitude capaz de





responder a estes problemas, tinham uma mão-cheia de nada e, sobretudo, uma mão-cheia de inverdades.

Quando se tentava devolver isto para as autarquias, queria só dizer, muito rapidamente, que a Câmara Municipal tinha cumprido com todos os seus compromissos protocolados com as entidades na área da Cultura, todos, não tinha deixado cair um. Ao longo desse período - para ser mais rigoroso, desde o dia 27 de março -, tinham sido realizadas 270 ações, desenvolvidas "on-line". Mas, mais do que isso, estavam naquele momento - porque esse era um sinal que era importante dar para todos, nas diferentes áreas, como já tinha sido referido - desde o dia 2 de junho que já tinham o Fórum Municipal Luísa Todi disponível e a Casa da Cultura e o Cinema Charlot tinham reaberto ao público, com planos de contingência para cada um desses equipamentos, com a limpeza efetuada, com EPI para todos os trabalhadores. Aquilo que era responsabilidade da autarquia para criar condições, para dar confiança às populações, tinha sido feito.

Portanto, queriam deixar essa nota de que não ficavam a perceber o que quer que fosse, mas talvez, por alguma razão, lhes pudesse ser ali dita alguma informação sobre essa matéria, até na comparação entre aquilo que era o trabalho que fazia a Câmara Municipal e aquilo que o Governo, em particular naquela matéria, tinha vindo a fazer e a decidir.

Na última reunião, a propósito de uma proposta da Onda, tinham sido pedidos e ia distribuir dois relatórios por bancada - a bancada do PSD tinha pedido esses relatórios, mas acreditava que a bancada do PS também teria interesse neles -, um relatório do Plano Anual de Atividades 2019/2020 e o Plano de Atividades da Época Desportiva 2019/2020.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que queria apenas complementar ou acrescentar algo mais à intervenção. Primeiro, dizer que, obviamente, os preocupava a situação pela qual todos os agentes da Cultura estavam a passar. Isso era um tema a que eram sensíveis e estavam perfeitamente de acordo.

Quando ouviram o Primeiro-Ministro anunciar um programa de 30 milhões de euros de apoio para a Cultura, obviamente, tinham ficado satisfeitos, no sentido em que, havendo uma área que não estava a ser apoiada e que iria ter uma resposta. Podia ser muito mais, claramente que sim, mas tinham que lidar com os dinheiros que ia havendo. Também não ia discutir o valor, a intervenção também não tinha sido sobre o valor em si, tinha sido sobre aquilo que também tinham ouvido falar um pouco de certos programas, a falta de agilidade e uma certa burocratização em todos esses processos, desde a parte dos apoios às empresas, etc, que ao longo daquele tempo curto, mas muito exigente por parte do Governo, tinham vindo a alterar sucessivamente. Já não era a primeira vez que o Ministro da Economia vinha alterar certos programas, para dar uma resposta mais ágil e menos burocrática.

Também já tinham ouvido o Primeiro-Ministro dizer que muitos desses apoios eram apoios que tinham o aval do Estado - nas empresas, não estava a falar em concreto da Cultura - e, portanto, também tinha que haver uma certa garantia. Estava ali um mundo novo que estavam todos a viver, mas, efetivamente, a falta de agilidade e de excesso de alguma burocracia que se encontrava pelo caminho devia ser, de todo, abolida. Aí, estava inteiramente de acordo.

Quanto à devolução para as autarquias, ao colocar o ónus nas autarquias na redistribuição desse bolo dos 30 milhões de euros, sendo elas o elo de ligação com os agentes culturais, achava que esse devia ser o caminho. Não era onerar as autarquias com mais despesa, pelo contrário. As autarquias, o poder autárquico, estavam no terreno, tinham uma ligação mais próxima com esses agentes culturais, porque, na prática, também eram as autarquias que eram dos principais clientes desses agentes culturais. Fazer essa distribuição parecia-lhe correto.

Não tinha percebido da intervenção se isso era dito, se era contra passar para as autarquias essa responsabilidade, ou se estava, apenas, contra a parte do modelo, de ter que haver uma candidatura intermunicipal com três câmaras. Também achava que era uma coisa que não lembrava ao diabo, se fosse assim. Parecia-lhe que ainda não tinha saído o decreto final, mas o vereador teria as suas informações, para estar a afirmar o que tinha dito. Não fazia sentido,



mas ser a Câmara o veículo parecia-lhe que fazia todo o sentido, exatamente por aquilo que tinha dito, porque a Câmara tinha essa relação com os artistas, com os agentes, e tinha cumprido, ou, pelo menos, tinha havido um apelo do Primeiro-Ministro, para que as câmaras e todos os agentes de todas as instituições cumprissem com aquilo que tinha sido feito. Portanto, ter as câmaras nesse processo quase de descentralização de verbas para acudir, no âmbito do COVID-19, aos agentes culturais, parecia-lhe que era o caminho correto. Se complicassem o caminho a coisa podia não correr bem e, aí, concordava.

Iam aguardar, porque já por mais do que uma vez - isso era um facto - o Governo tinha tido necessidade de alterar projetos, para simplificar e para agilizar procedimentos. Agora, isso também não era fácil, porque, no espaço de dois meses, a economia tinha parado totalmente e tinham-se deparado com uma situação que nunca nenhum deles tinha vivido. Era só isso que queria, para já, sobre a matéria, deixar claro.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que percebia o tom com que estava a ser dito, mas havia gente a passar mesmo muito mal. O problema não era a Câmara Municipal de Setúbal poder receber uma verba que, depois, tivesse disponibilidade para distribuir. As palavras do Vereador Paulo Lopes descreviam aquilo que era o quadro de uma forma muito breve da burocratização que as candidaturas, em si mesmas encerravam, nas mais diferentes áreas e as limitações financeiras que implicavam para o trabalho dos artistas e que, mais uma vez, para responder a pessoas que passavam mal, porque não conseguiam absolutamente concretizar nada do seu trabalho, era essa a forma que o Governo tinha encontrado para responder a essas pessoas. Não estava a discutir se era pelas autarquias, ou não, era o modelo que estava estabelecido. Se queriam que fossem as autarquias, como em outras áreas, isso já tinha sido feito. Havia uma articulação nas mais diferentes áreas. Na Educação havia uma articulação, na área social havia uma articulação. Iam fazer uma candidatura para poder ser elegíveis e estar à espera dessa mesma candidatura e dos resultados dessa mesma candidatura quando tinham pessoas que não tinham dinheiro para comprar comida. Era disso que estavam a falar. Se havia o dinheiro para ser transferido, para, depois, as câmaras encontrarem uma estratégia para distribuir junto das entidades, então que fizessem isso de uma forma clara.

O despacho, como tinha sido dito, ainda não conheciam, mas já vinha tardiamente, precisavam que as pessoas fossem ajudadas naquele dia e essa voz não era uma voz só de Setúbal. Não era uma voz que tivesse sido dita pela Presidente da Câmara de Setúbal, na Carta Aberta que tinha enviado à senhora ministra, que, pelos vistos, já não era ministra, porque, estranhamente, já tinha tido que vir o senhor. Aliás, no dia anterior, num concerto que tinha havido no Campo Pequeno, até se tinham sentado em bancadas diferentes. Se tivesse sido em tempo de tourada, teriam dito que um estaria ao sol e a outra à sombra, mas, como o concerto tinha sido à noite, embora com a cobertura aberta, tinham-se sentado em zonas opostas.

Não sabia se havia um entendimento, ou não, entre a senhora Ministra da Cultura e o senhor Primeiro-Ministro, mas sabia uma coisa, era que os artistas do nosso país, os agentes culturais, estavam a passar muito mal e as respostas tinham que ser de emergência. Portanto, criar um modelo que reproduzia o que de pior os apoios à cultura tinham era dar um sinal para esses agentes culturais, a dizer: "Olhem, então, vamos fazer uma candidatura e pode ser que lá para setembro possam ter algumas verbas, para poder ajudar nas vossas necessidades." Isso era inqualificável. Era disso que se tratava, não era de outra coisa qualquer, não era da indisponibilidade das autarquias poderem ser mediadoras do que quer que fosse.

**Sra. Presidente** – Disse que ia passar às respostas das questões que tinham sido colocadas. Relativamente à Comenda, estavam com um processo de expropriação complicado, que já estava a andar, quer em relação ao parque de merendas, quer em relação ao parque de estacionamento. O parque de estacionamento e o outro iam ser muito complicados, mas tinha que ser feita alguma coisa.

De facto, tinham sido colocados protocolos em cima da mesa, protocolos ofensivos. Eram protocolos em que nos diziam que a Câmara tinha que ter funcionários, por exemplo, das 9 horas da manhã até às 5 da tarde. O Parque da Comenda, por exemplo, tinha que ter toda a gente na rua às 5 da tarde. Eles é que diziam quantas pessoas da Câmara Municipal é que tínhamos que ter lá, para tomar conta das pessoas. As pessoas tinham que exibir o cartão de cidadão à entrada, quer dum sítio quer do outro, e o registo criminal. Por isso, tinha que dizer que era ofensivo. Não havia resposta, não havia diálogo e tínhamos dito se estavam a brincar connosco e se aquilo era uma ofensa. Tínhamos que limpar tudo, o que queria dizer que tínhamos que tirar as pessoas às 4 da tarde. Tínhamos que lá ter quatro funcionários nossos a limpar tudo e, depois, devolver o terreno devidamente limpo. Esses dois processos estavam a andar.

Em relação às obras no próprio edifício do palacete, as obras tinham começado a ser feitas sem autorização, sem licença. Tinham-nos abordado em relação ao que se estava a passar e eles tinham dito que era só para que não caísse mais telhado do que aquilo que já tinha caído. Portanto, só estavam a fazer a segurança do telhado e mais nada. Tínhamos recebido uma notificação da DGPC, que parecia que sabia mais que nós, porque tinham mandado lá pessoas a inspecionar aquilo, a dizer que, de facto, as obras eram já mais lá dentro e, portanto, a Câmara Municipal deveria imediatamente tomar as devidas providências. Já tinha tomado e já tinha mandado embargar. Tinham lá ido os nossos fiscais e tinham visto que não havia muito mais do que o telhado, era verdade, havia só reparações de algumas zonas em relação ao piso, que era de tabique e que estava a cair. Além do telhado, na parte do piso algumas coisas tinham que ver com paredes exteriores que eles estavam a resguardar por causa da entrada de chuva. Não havia muito mais, mas deviam ter feito o pedido de licenciamento e não o tinham feito. Portanto, já tinham embargado a obra, no sentido que só iriam retomar, uma vez que as coisas mais importantes tinham que ver com o resguardo da chuva e estavam feitas. Quanto ao resto da obra, já tinham feito embargo, para as obras pararem. Estava feito o muro de vedação do lado da praia. Era verdade que aquilo era deles, mas, também, a forma ostensiva. Sem estar licenciado, sem nada, já tinham vedado aquilo. As pessoas passavam na mesma para a praia, mas ainda não se tinham lembrado de pôr lá os seguranças que lá tinham, a fazer outro tipo de retaliação com as pessoas. Ainda não se tinham lembrado, porque eles andavam lá. Devia ser com pena do COVID. Eles andavam lá, expunham-se, mas só iam avisando para as pessoas saírem dali.

Em relação ao resto da propriedade, já estava tudo vedado da parte do palacete, mas isso era normal, a propriedade era privada. Em relação aos trilhos, estava na lei que as pessoas podiam passar, mas eles também os tinham vedado. Os trilhos também estavam nesse protocolo. Para os trilhos também tinha que haver registo criminal, para a outra parte oposta ao lado do palacete, o resto da serra que ia para o lado da Serra de São Luís, que ia ter à estrada nacional. Portanto, tudo isso estava para ser visto em tribunal, não sabia o que é que ia dar, se ganhariam ou não. Ia ser um processo complicado, mas deduzia que o incómodo que, especialmente, o parque de estacionamento de Albarquel estava a causar era muito grande, como se podia imaginar, e o desrespeito das pessoas era elevadíssimo.

A abertura das praias estava prevista para 13 de junho. Tinha sido consensualizada essa data com todos os concessionários. Havia concessionários que não estavam ainda preparados para abrir, para porem os seus chapéus, as suas coisas, que estavam a fazer pequenas obras nos seus locais de concessão. Portanto, não estavam prontos para abrir a 6 e tinha sido consensualizada entre os concessionários, que no dia seguinte teriam mais uma reunião, para se afinar a data para 13. Abririam as praias a 13, em conjunto com o Município de Sesimbra, os dois municípios. O tempo estava bom e as pessoas já estavam em todo o lado. Não tinham força de segurança, tinham que fazer eles o policiamento relativamente ao estacionamento, que era um caos.

Em Albarquel os muros do forte tinham sido reforçados na parte de dentro. Tinha tido que se tirar a areia para fora para o estacionamento do Alfredo. Era mesmo dele aquela propriedade. Até sexta-feira iria ser retirada toda essa terra, porque os muros já tinham sido reforçados e, quando fosse retirada, iria ser arranjado aquele estacionamento. Iamos pagar ao proprietário



daquele terreno, para os concessionários e as pessoas com mobilidade reduzida ali porem os carros. Era só para isso que dava, para os poucos funcionários do Município que lá tivessem que ir fazer limpezas poderem estacionar, para os concessionários, que estavam a trabalhar todos os dias e para as pessoas com mobilidade reduzida pôr ali os carros, naquele terreno do Alfredo, porque era sua propriedade. Do outro lado não havia estacionamento algum, o que queria dizer que ia levar uma cancela a partir do dia em que o funcionamento das praias passasse a ser efetivo, a partir do dia 13.

A Câmara Municipal de Setúbal, de uma forma aberrante, tinha que pagar aos efetivos da GNR para tomarem conta do acesso às praias. A Câmara tinha que pagar para as pessoas irem em segurança às praias. Havia dois fins-de-semana seguidos que no outro lado, entre a Figueirinha e o Creiro, tinha havido acidente. Mesmo assim, as pessoas tinham invadido as baías. Tinham lá estado Forças de Segurança, mas, a determinada altura, tinham sido chamadas para ir a Sesimbra. Tinha havido problema em Sesimbra e a GNR tinha tido que deixar aquele local. Como era evidente, as baías tinham sido invadidas. Era, de alguma forma, "naïf" ou ingénuo alguém pensar que as pessoas respeitavam se fosse em sentido único e se se pusesse estacionamento de um dos lados. Não passava ninguém. O Portinho tinha pifado e na Figueirinha e no Creiro também tinha ficado um caos quando a GNR saiu. Portanto, não queriam assumir a responsabilidade de haver um incêndio, um acidente ou alguém que precisasse de ser socorrido.

Nesses dois fins-de-semana tinham acontecido dois acidentes, quer num quer noutro, e uma ambulância tinha levado 1 hora e 20 minutos entre o cruzamento do Portinho e o meio do Creiro, que era uma distância pequena, e no fim-de-semana seguinte quase 2 horas. No último fim-de-semana a Polícia Marítima ainda tinha equacionado evacuar por mar a pessoa acidentada, mas a perigosidade de mexer nela e poder deixá-la paraplégica era enorme. Não tinham deixado, sequer, levantar a pessoa até chegar a ambulância. Isso era de uma gravidade tal que ia pedir que passassem o filme que tinham feito com drones e com a Proteção Civil, para verem o caos que era.

A solução não estava nas mãos da Câmara, estava nas mãos do Governo a proteção de uma serra que era património da humanidade e património nacional. Não tinham outra forma de acesso e não tinha que ser a Câmara Municipal responsável pela segurança das pessoas para se deslocarem para uma praia. Para a Câmara era inoportável. Tinham, à cabeça, uma fatura de 70 e tal mil euros, pagar às forças de segurança como gratificados. Era do outro mundo, gratificados que a Câmara Municipal tinha que pagar para que as pessoas de Setúbal tivessem acesso às praias.

Já tinha sido convocado um conselho extraordinário de segurança, que tinha sido feito na segunda-feira, logo depois desses acontecimentos e já tinha sido pedido ao senhor Ministro da Administração Interna uma reunião com carácter de urgência. Se ele fosse tão rápido como das outras vezes, iriam vê-la na televisão à porta do Ministério da Administração Interna, para resolver esse problema.

Em relação à Comenda a situação estava muito complicada. Depois das outras situações, tinha vindo a questão do estacionamento do acesso à Comenda, porque aquele estacionamento punha ali 200 e tal carros, o que era considerável.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que toda aquela quinta estava inserida no Parque Natural da Arrábida e perguntou se a Sra. Presidente sabia se já tinha havido alguma intervenção ou diligência por parte do Parque em todas as obras, vedações e intervenções que estavam a ser feitas, incluindo plantação de árvores, uma vez que, dependendo da zona onde estava incluída no Parque, tinha uma classificação mais exigente, ou não, para mexer no arvoredo.

**Sra. Presidente** – Disse que o Parque Natural da Arrábida já tinha autorizado aquilo tudo, porque tinham estado a trabalhar diretamente com ele. Tinham-lhes mostrado os documentos. O Parque, às vezes, tinha dois pesos e duas medidas. Ali, tinha corrido tudo muito bem. Com aquele proprietário, tinha corrido muito bem. Tinham outros proprietários que, coitados, aí Jesus. Tinha acabado de fazer uma reunião com um e ia ver se conseguia

falar com o Parque Natural da Arrábida. Nunca tinha tido problemas em falar com o Parque Natural da Arrábida, mas algumas coisas não se conseguiam resolver.

Foi projetado e comentado pela Sra. Presidente um filme sobre o trânsito e estacionamento na estrada de acesso às praias no fim-de-semana anterior à reunião.

**Sra. Presidente** - Disse que, relativamente à carta do comerciante, ninguém tinha previsto o tempo que a situação iria demorar. Ainda não tinham dito a ninguém que teriam que passar a pagar a partir de junho ou de julho e também ainda não tinham deliberado até quando é que iria, porque poderia ir até julho ou agosto. Ainda não tinham dito mais nada e alguns só tinham aberto em junho. Tinham que ver isso com os serviços.

As pessoas estavam a ocupar a via pública a duplicar e a triplicar sem que os serviços dissessem fosse o que fosse, por orientação superior. Portanto, as pessoas estavam a aproveitar o número de mesas que tinham só que com o triplo do espaço. Algumas vezes, até aumentavam o número de mesas, tinham autorização para 10 e tinham umas 20.

Ainda não tinham decidido se iam passar a pagar em junho ou em julho. Se era para isentar, tinham que ver se era em julho ou em agosto. Ainda não estava afinado, tinham que deliberar isso.

Relativamente à situação do trabalho na Câmara Municipal, como sabiam, tinha sido sempre a trabalhar. Tinha havido 600 e tal trabalhadores que tinham ficado em teletrabalho.

O Governo tinha saído com duas portarias a dizer que as pessoas que tinham crianças até aos 12 anos recebiam dois terços do salário se ficassem em casa com os filhos e que as pessoas que estavam em regime de avença - ou seja, de recibo verde – só ganhariam um terço. A Câmara Municipal tinha pago na totalidade o salário a essas pessoas, quer a umas quer às outras, colocando-as em teletrabalho. Se estavam a trabalhar em casa, não havia nem um terço, nem dois terços para ninguém e, portanto, tinham recebido a tempo inteiro.

Entretanto, tinham tido várias escalas de normalização. Os serviços que tinham estado na linha da frente - na higiene e limpeza, na recolha dos monos, nos jardins - tinham estado sempre a trabalhar em espelho ("x" em casa, "x" a trabalhar). O pessoal operário tinha estado em pequenas reparações, nunca tinha parado, tinha estado sempre metade em casa e metade a trabalhar, para o caso de ser necessário algum reforço e de alguém ter que ir para casa. Felizmente, na Câmara Municipal, ninguém tinha adoecido com o COVID, pelo menos que soubessem, pois podia haver gente assintomática. Não tinham esse registo, esse conhecimento. Portanto, os serviços tinham começado a ser, paulatinamente, reforçados presencialmente.

A partir do dia um de junho, toda a gente tinha voltado ao trabalho e havia alguma normalidade nos serviços. Ainda continuava em teletrabalho quem ainda tinha crianças pequenas em casa, em telescola, ou que não estavam na creche e tinha que dar acompanhamento. Esses trabalhadores ainda continuavam em teletrabalho, sem lhes retirarem um tostão do salário, portanto, iam receber o salário na totalidade. Os trabalhadores que estavam com alguma debilidade, pessoas com alguma doença oncológica ou de outro foro complicado também estavam em casa e estavam a fazer teletrabalho, na medida do possível. Dependia do que fosse a atividade dessas pessoas, mas a Câmara estava a pagar na totalidade.

De resto, quase todos os serviços já estavam a trabalhar normalmente. Já tinham aberto ao público todos os serviços da Educação, que tinham estado sempre a trabalhar. Os equipamentos desportivos também já estavam a voltar à normalidade, dependendo das atividades. A pista, como havia distanciamento à vontade, já estava a funcionar, os outros ainda não. Os outros serviços, o Edifício Sado e o Edifício Ciprestes e os Paços do Concelho já estavam, praticamente, a trabalhar na totalidade, à exceção daquilo que tinha dito quanto às pessoas com fragilidade ou com alguma doença complicada ou com criancinhas em casa.

Tinham feito um plenário com os dirigentes antes de fecharem, para toda a gente saber como é que íamos organizar a vida dos 1700. Todos os dias tinha havido reunião da Proteção Civil e da Saúde Ocupacional com os diretores de departamento. Nos últimos 15 dias tinha

passado a ser dia sim, dia não. Antes de abrirem, no último confinamento, tinham feito, novamente, um plenário com todas as chefias, outra vez no Fórum Municipal Luísa Todi, para irem voltando à normalidade e, também, para aferirem que trabalho tinha sido feito em cada um dos departamentos. Tinha feito uma reunião com cada departamento, com todos os departamentos, para saber o trabalho que cada um tinha feito no tempo de confinamento e tinha sido foi avassalador.

Aproveitava para saudar, através dos dirigentes que ali estavam, todos eles e que dissessem aos seus trabalhadores que tinha sido, de facto, um trabalho notável o que tinha sido feito, desde a reorganização dos espaços à limpeza, outra vez. Há pouco tempo tinham sido feitas mudanças - e, portanto, tinham sido feitas limpezas dos armários e das secretárias, de gavetas -, mas tinham feito novamente, enquanto tinham estado naquele confinamento. T tinham organizado muito bem o seu trabalho, tinham feito relatórios diários do seu trabalho em confinamento e tinham, também, feito o relançamento da sua atividade.

Tinha sido de tal ordem que tinha sido decidido que o trabalho de cada departamento - o que tinha feito e o que estava a começar a fazer depois do 1 de junho - estava no site do Município, no "dossier" COVID. A comunicação tinha feito um trabalho extraordinário e, se quisessem, podiam dar uma vista de olhos ao que essa gente tinha trabalhado. O que eles tinham feito tinha sido, de facto, notável. Tinha sido um teletrabalho muito bem realizado, em todas as áreas.

O urbanismo estava, praticamente, todo em ordem. Com o teletrabalho, aquilo tinha sido sempre a aviar. Todas as pessoas tinham atendido os telefones. Num mês e meio, só o urbanismo tinha tido 8 mil e tal chamadas e e-mail. As pessoas atendiam às 9 da noite, ao sábado, ao domingo. Depois, o que era interessante era que uma pessoa perguntava como é que estava o seu processo e, se aquilo calhava a uma sexta-feira ou a um sábado, no dia a seguir ou logo na segunda-feira, a pessoa dizia que ainda não lhe tinham respondido, sem nenhum respeito, porque esse trabalhador deveria estar a descansar à noite ou que no dia a seguir era sábado ou domingo.

Tinha sido, de facto, notável o que tinha acontecido. Convidava todos os que ainda não se tinham apercebido do que estava no "dossier" COVID, para que vissem, departamento a departamento, o trabalho que tinha sido feito.

Também que já tinham feito uma reunião com a maior parte dos investidores que tinham processos a correr no Município. Desses investidores, nas ARU estavam 33 projetos a andar. Tinha feito o "check-out" de tudo aquilo que estava a andar e, processo a processo, não tinha havido ninguém que desistisse de Setúbal, que se tivesse ido embora e que tivesse dito que a obra não se ia fazer. Alguns deles, quando ia fazer a reunião, já estavam a andar com as obras e muitos outros estavam a preparar o andamento das obras, para reativarem o trabalho ou para lançarem. Se tivessem oportunidade de ver, algumas dessas vezes viam-se já na rua, na Avenida Luísa Todi e noutros sítios. Tinha sido extremamente interessante. De ARU eram 33, mas, sem ser ARU, era, mais ou menos, outro tanto o número de processos. Estavam todos a andar e estava a finalizar-se o processo da área da Habitação Social.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era um projeto de urbanização desenvolvido pela nossa equipa do Urbanismo em território do IHRU, com o acordo do IHRU, com o objetivo de construir habitação acessível.

Naquele momento, estavam à procura de uma solução que lhes permitisse juntar, a esse primeiro lote de construção de habitação acessível, que eram cerca de 1250/1300 fogos, para um território que ainda comportava a construção de cerca de 4500 fogos. Na mesma lógica, estavam à procura de um parceiro que lhes permitisse fazer, também, a construção de habitação para renda apoiada. A dificuldade era que para renda apoiada o IHRU o não estava a querer construir, o que era uma coisa estranha. Era uma matéria que tinha que ser resolvida a nível governamental, o IHRU não podia construir para renda acessível.

De qualquer maneira, havia a possibilidade de construir para renda apoiada de duas formas. Uma das formas era a Câmara assumir os custos da renda apoiada - ou assumir uma parte relevante da renda apoiada, para aí 70 por cento - e não estavam de acordo com isso. A

alternativa era encontrar um parceiro do terceiro setor que pudesse construir e o ser o promotor da renda apoiada e, nesse caso, a comparticipação do Estado subia de uma forma significativa. Estavam a estudar essa situação, a ver se havia parceiro do terceiro setor que pudesse trabalhar essa matéria, para ver se conseguiam ir para a renda apoiada, embora fosse estranhíssimo e incompreensível que o Estado não construísse para renda apoiada, diretamente, por promoção própria.

Em simultâneo, tinham estado a trabalhar na conclusão e já tinham concluído a Estratégia Local de Habitação que viria a uma das próximas reuniões da Câmara e que se não só não tinha ainda vindo porque queriam introduzir já esse parceiro para a renda apoiada, Não era obrigatório, mas dava maturidade à Estratégia Local, que era condição “sine que non” para que qualquer projeto avançasse, incluindo esse de que tinha acabado de falar, da construção para renda acessível por parte do IHRU.

Havia muitas outras coisas que estavam em tratamento no quadro da Habitação, mas essa questão era uma questão relevante e parecia que o IHRU, a Secretaria de Estado e o Governo estavam mesmo interessados em levar por diante esse projeto que tinha sido proposto, em muito boa hora, pelo nosso urbanismo, com o acompanhamento direto da Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente** – Disse que, independentemente disso, estava já feito, pelo menos, o “layout” do projeto de implementação desses 1400 fogos nos terrenos, a pedido da senhora Secretária de Estado, dias antes do confinamento. Tinha-lhes pedido para fazerem isso com a máxima urgência. Não sabíamos que íamos confinar, nem ela sabia, com certeza, mas tínhamos cumprido os dois meses. Mesmo em confinamento, os grupos de trabalho tinham feito tudo para o apresentar e já tinham pedido a reunião à senhora Secretário de Estado, para apresentarem o projeto de construção de cerca de 1400 casas, que já estava feito.

Relativamente ao PDM, os prazos tinham sido todos suspensos. Estavam à espera que saísse a portaria para os prazos começarem a contar. Nesse sentido, vinha novamente à reunião o PDM, para se começar a contar o prazo de consulta pública. Era como se tivesse havido uma prorrogação. Já tinham sido feitas as reuniões públicas em todas as freguesias, só faltava a freguesia da cidade. Iam reagendar a reunião no Fórum Municipal Luísa Todi, mas, como o prazo tinha sido suspenso, vinha, outra vez, a proposta, para depois ser entregue na CCDR e para contar os 30 dias.

Nesses tempos todos em que não tinham contado, tinha ido sempre atendendo as pessoas que tinham questões a colocar ao nível do PDM, que se prendiam com o novo PDM. Eram muito poucos os processos que estavam em cima da mesa e que estavam a ser vistos. Nesse período, a equipa do PDM também não tinha parado de trabalhar relativamente a isso.

As obras municipais também não tinham parado, tinham estado na linha da frente. Os equipamentos municipais que precisavam de pequenas reparações ou de manutenção tinham sido quase todos acabados, porque tinham estado a trabalhar dentro dos equipamentos. Quase todos eles: o parque de campismo, a Casa da Baía, a Casa das Imagens, que estava quase acabada. Todos os edifícios tinham tido pequenas reparações.

Sem que tivessem eles decidido fazer essa obra, os trabalhadores do DOM, quando repararam que havia uma avenida sem carros, quando iam para fazer a reparação nessa avenida, tinham decidido fazer nessa avenida uma rotunda. Quando recomeçou a trabalhar, na segunda semana de março, depois do confinamento, os trabalhadores tinham-na vindo chamar para lho dizer, todos contentes. O projeto estava feito e estavam à espera de oportunidade e de dinheiro para o fazer, mas eles, vendo que não havia carros e que podiam fazer aquele trabalho, não tinham esperado por mais nada e tinha saído a “Rotunda COVID”, na Rodrigues Manito com o liceu e o Vitória. Eles, sozinhos, tinham decidido ir buscar o projeto: “Nós sabemos fazer isto e vamos fazer isto.” Tinha feito o projeto e chamava-se “Rotunda COVID”. Tinha ido lá ido ver quando as obras estavam a acabar e tinha dito: “Já agora, vamos lá a ver se as Águas do Sado não têm que fazer aqui alguma intervenção.” Por acaso, até tinham. Por isso, naquele momento estavam nas pontas a fazer intervenções, umas reparações que tinham que acabar. Mais uma semana ou duas e estava, praticamente,

a acabar. Dentro de duas a três semanas entrava o projeto de decoração da rotunda, que tinha sido feito rapidamente pelo Dr. Sérgio e pelo Nuno Viterbo, porque não havia rotundas sem decoração. Também para eles os parabéns.

A área da Cultura tinha sido a área que os tinha preocupado mais. O Município de Setúbal também tinha estado na linha da frente em relação ao apoio aos artistas. O Município tinha feito uma série de projetos "on line" e um deles tinha tido que ver com a participação de grupos, de artistas individualmente considerados, de poetas, de todas as áreas. Tinham pago a esses artistas que tinham feito pequenas atuações aquilo que tinha significado o ordenado. 100 euros a um, 50 a outros, dependendo do tempo da sua participação. Aquilo tinha significado para eles o salário do mês. Tinha sido um esforço muito grande, porque tinham sido muitas as pessoas que tinham passado por aquele espaço. Muitos jovens também tinham passado pelo Espaço da Juventude e também tinham sido pagos para passarem por ali. Tinham tido revelações interessantíssimas. Tinham sido muitos aqueles que eles não sabiam que existiam que faziam coisas fantásticas, o que revelava bem a incapacidade e a incompetência de uma ministra que não existia, que era uma vergonha nacional para o panorama cultural português.

No Município de Setúbal também tinham ficado extremamente preocupados nessa área. Ainda no dia anterior tinha tido uma reunião com o presidente - que já tinha sido eleito ou que ia ser eleito - de um movimento da música ou das artes, relativamente a essa questão, para colmatar a vergonha que tinha sido a tentativa de uma iniciativa de um milhão de euros só para alguns amigos, que assim continuava. Os 30 milhões também não tinham dúvidas de que seriam, também, só para alguns amigos.

Além daquilo que o vereador tinha dito, dizia isso para as pessoas imaginarem o que seria juntar - ia ter que ser - Palmela, Sesimbra e Setúbal, que eram os municípios que estavam mais próximos, o núcleo Arrábida, para fazerem uma candidatura. Teriam que se juntar os três e saber o que é que dariam 300 mil euros para os três municípios, porque, depois, podiam dizer que não era elegível, como era costume. Não era elegível isto, não era elegível aquilo e podia ficar por 180 ou por 200 e não-sei-quê. Se fosse considerada, porque as candidaturas iam ser mais do que muitas - se fosse considerada e se quisessem fazer isso -, para não defraudar as expectativas que os grupos culturais de cada um dos municípios podiam vir a apresentar, os municípios que pagassem.

Era assim que funcionava naquele momento, os municípios que pagassem. O Ministério tinha tido o desprazer de dizer aos municípios que pagassem 50 por cento daquilo que estava contratado e que tinha sido desmarcado. Era uma pouca-vergonha dizer que pagassem 50 por cento daquilo que ia ser contratado. Na Feira de Sant'Iago ainda não tinham nenhum contrato, tinham apalavrado com as pessoas que vinham e não precisavam que o Ministério da Cultura dissesse para pagar 50 por cento, porque tinham tido o sentido de responsabilidade de fazer uma iniciativa - com, praticamente, quase todos os que iam à Feira de Sant'Iago -, que ia ser a nossa Feira de Outubro. Iam ver se podia acontecer, tendo em linha de conta o aumento do COVID na Área Metropolitana de Lisboa. Iam ver se tinham autorização, se a portaria que dizia que até 30 de setembro não podia haver grandes ajuntamentos não se estendia até outubro.

Se isso viesse a acontecer, teriam, novamente, que desmarcar esses artistas que vinham à Feira de Sant'Iago. Não iam pagar 50 por cento, iam pagar aquilo que era para receberem na Feira de Sant'Iago, mas tinham sido eles que decidiram, porque eles é que tinham sido eleitos. Não era uma senhora ministra, nem secretários de estado, nem coisa que o valesse, que eram nomeados, que vinham dizer aos autarcas, que vinham interferir na autonomia do poder local, na autonomia, até, financeira.

Não sabiam o que é que tínhamos gasto. Em dois meses tínhamos gasto cerca de um milhão de euros com o COVID-19. Não admitiam que viesse nenhum gabinete, nem nenhum ministério dizer que deviam fazer isto ou aquilo. Não precisavam que lhes assobiassem para fazerem o seu trabalho. Aquele trabalho e essas pessoas, como era nossa responsabilidade, iam ser pagas na totalidade, porque iam trabalhar para isso, para fazer o espetáculo que deveriam ter feito na Feira de Sant'Iago, se o espetáculo não tivesse que ser, novamente,





adiado, tendo em linha de conta o número de infetados que ainda existiam na região. Era uma vergonha.

Claro que não obedeciam, porque não obedeciam a nenhum ministro. Tinham sido eleitos e, portanto, logo se veria o que é que aconteceria. Ao senhor Primeiro-Ministro gabava-lhe a paciência, a capacidade e a resiliência para aturar uma coisa daquelas. O senhor Primeiro-Ministro deveria fazer, imediatamente, uma remodelação num ministério que não funcionava, a não ser para vir, de cara bem cerrada, dizer que aquilo ia ser assim ou aparecer na Torre de Belém ou em Serralves. Em Serralves é que precisavam de comer, apesar de serem pagos por mecenas e por altas subvenções do Estado, ou na Torre de Belém, que tinha lá funcionários do Estado. Esses é que precisavam de comer. Portanto, no mínimo, uma demissão era esperada, relativamente a esse ministério, que tinha sido o que se tinha portado pior, ou que não existia, em todo esse panorama que ninguém esperava, que ninguém sabia prever.

Tirava o chapéu ao Governo que, noutras áreas, tinha estado muito bem e que tinha trabalhado arduamente para que as coisas tivessem o menor impacto, dentro daquilo que tinha sido possível, ao contrário de outros países que eram vergonhas universais. Tinha estado muito bem, mas, de facto, essa senhora não fazia cá falta nenhuma. No Governo anterior não havia um ministério para a Cultura, mas, também, para ter um ministério daqueles, também já estava de acordo com o Governo anterior, mais valia não ter. Para ter uma coisa assim mais valia não ter, realmente. Aquela senhora devia voltar para a Câmara de Lisboa, de onde nunca devia ter saído. Enquanto estivesse na Câmara tudo faria para que ela cá não viesse, se se mantivesse no lugar.

O Convento de Jesus era para ser inaugurado a 18 de maio, que era o Dia Internacional dos Museus. Por razões óbvias, a empresa saiu durante 15 dias e, portanto, tinha-se atrasado. As outras empresas de que essa empresa dependia também não tinham fornecido pedra. A parte de fora ia estar pronta rapidamente, estava a acabar, já estavam no arrelvamento. Iam tirar os tapumes, porque era muito mau que aquilo continuasse com tapumes. A parte de dentro iriam abrir em 10/11 de outubro, se fosse permitido. Se a limitação fosse só até 30 de setembro, iriam abrir com uma festa em 10/11 de outubro.

O estacionamento fazia falta à cidade e estava pronto, só estava à espera de receber as árvores, até final de junho. Na parte de fora, estavam a acabar o estacionamento do lado da Misericórdia. Faltava um bocadinho, que tinham estado a ver com o senhor provedor, havia pouco, numa reunião. Estava mesmo a acabar. A parte da frente estava pronta. Até dia 30 iriam abrir os dois lados, o estacionamento atrás e a parte da frente. A parte de dentro estava programada para 10/11 de outubro, se lhes fosse permitido.

Ia começar a 3.ª fase da obra do Convento de Jesus. Já estava em concurso. Tinham ganho, na Área Metropolitana de Lisboa, um bónus de um milhão de euros, porque se tinham portado sempre muito bem nas concretizações. Tínhamos cumprido muito bem. Tínhamos tido um bom desempenho nos nossos fundos comunitários. Naquele momento, estavam em 87 por cento. Não havia mais nenhum município na Área Metropolitana de Lisboa que tivesse atingido esses valores. Portanto, os seus colegas da Área Metropolitana de Lisboa tinham excesso de um milhão e tinham decidido atribuí-lo - todos eles - à Câmara Municipal de Setúbal, pelo bom desempenho. Tinham pegado nesse milhão e tinham feito a candidatura da 3.ª fase do Convento de Jesus, que já estava em concurso, para se tocar no resto das salas. Ainda havia umas quantas salas para acabar. A participação era de 50 por cento, o que queria dizer que a Câmara tinha que pôr mais 1 milhão e tal. Para se acabar eram mais 3 milhões, mas valia a pena.



## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 06 de maio de 2020**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

### **2. Deliberação n.º 164/20 – Proposta n.º 06/2020 – GAP – Abertura de Concurso Público – Contratação de Leasing Imobiliário – Imóvel Designado por “PM 25/Setúbal – Edifício da Praça do Bocage” – Ratificação de Despacho.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção do PSD.

### **3. Deliberação n.º 165/20 – Proposta n.º 39/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Renovação do Licenciamento MICROSOFT. Concurso Público n.º 11/2020/DAF/DICOMP/SECOMP - Retificação do prazo contratual.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 a 14, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira, ausentou-se da sala.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 6 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção do PSD.

### **4. Deliberação n.º 166/20 – Proposta n.º 40/2020 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de “Empréstimo médio/longo prazo – Investimentos Municipais 2020”.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 15 a 19.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira Regressou à sala.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que a proposta estava muito incompleta, porque falava nos investimentos considerados prioritários, mas, depois, não discriminava, ficando-se sem saber a que é que se estava a referir. Entendiam que deveria vir acompanhada da listagem dos valores por investimento.

Acrescia que a contratação daquele empréstimo, no valor de 2,75 milhões de euros, superava largamente o valor daquilo que, no ano 2019, a Câmara tinha amortizado em termos daquele tipo de empréstimos, que tinha sido cerca de 1 milhão de euros.

Portanto, entendiam que a Câmara não deveria recorrer a endividamento para obras que não sabiam quais eram, não estavam discriminadas, e era preciso saber. Se estivessem a falar de arruamentos, rotundas e passeios, a Câmara não deveria recorrer a empréstimos de médio/longo prazo para fazer face a esse tipo de investimentos.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha perguntado ao Dr. Paulo Hortênsio por que é que não estava ali a listagem - porque tinha que se incluir - e que lhe tinha sido respondido que tinha sido para abreviar tempo à consulta, porque a listagem dos vários departamentos tinha chegado atrasada ao Departamento Financeiro.

O Departamento Financeiro iria fazer chegar-lhes a listagem, mas, de facto, ela deveria estar junta. Como não ia haver mais nenhuma reunião da Câmara durante o mês, o Dr. Paulo Hortênsio tinha ido adiantando o processo, quer para a próxima sessão da Assembleia Municipal, quer para a consulta aos próprios bancos. Pedia desculpa por isso.

Não havendo outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU e 4 votos contra 3 do PS e 1 do PSD.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PSD vota contra esta proposta, uma vez que este investimento, nos termos da proposta, se destina a investimentos municipais para 2020, mas não refere quais são os investimentos que estão em causa. Como tal, desconhecendo os investimentos, não temos possibilidade de analisar a necessidade e a viabilidade dos mesmos.”*

#### **5. Deliberação n.º 167/20 – Proposta n.º 41/2020 – DAF/DICOR – Abertura do procedimento de “Empréstimo médio/longo prazo – Linha BEI”.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que, ao contrário da proposta anterior, iriam votar favoravelmente a proposta, porque entendiam que, realmente, era uma oportunidade para que a Câmara se conseguisse financiar a um nível baixo e, acima de tudo, porque também não contava para o apuramento da dívida total. Portanto, sem dúvida alguma que era uma medida a aprovar.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **6. Deliberação n.º 168/20 – Proposta n.º 42/2020 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que tinha uma questão sobre uma das rubricas que era reforçada, o Fundo de Emergência Municipal, que tinha uma dotação de 551 mil euros e que ia ser reforçado com mais 100 mil euros. Queria saber, essencialmente, em que áreas esse Fundo e esse reforço iriam ser usados.

**Sra. Presidente** - Disse que tinha sido usado no reforço das medidas do COVID, para compra de equipamentos individuais, gel, desinfetantes para as ruas, vidros para 57 locais e cabazes diários de alimentação.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, 4 abstenções 3 do PS e 1 do PSD.

**7. Deliberação n.º 169/20 – Proposta n.º 43/2020 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, 4 abstenções 3 do PS e 1 do PSD.

**8. Deliberação n.º 170/20 – Proposta n.º 44/2020 – DAF – Prestação de Contas 2019.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26.

**Sra. Presidente** – Disse que a prestação de contas refletia o trabalho desenvolvido em 2019. A receita total arrecadada, efetivamente, tinha sido de 91.740.782,99 euros cêntimos e a despesa paga tinha sido de 91.793.805,06 euros, o que queria dizer que a receita tinha tido um aumento de 3 por cento, justificado, essencialmente, pelo aumento fiscal e pela receita decorrente da atividade municipal, que tinha tido de 17 por cento. Os pagamentos em atraso tinham diminuído 6,8 por cento, o que espelhava o esforço do Município de Setúbal em cumprir com as suas obrigações. Ainda não cumpria atempadamente como gostaria, mas cumpria. As dívidas, a terceiros, infelizmente, só tinham diminuído 1 por cento, mas já tinham diminuído. Os resultados tinham sido positivos, originando um aumento do resultado líquido do exercício em 1 milhão de euros.

A economia nacional tinha registado um abrandamento económico de 0,4 por cento face a 2018. No entanto, tinha-se posicionado 2,2 por cento acima da média da União Europeia e da Zona Euro, que se situavam em 1,5 por cento e 1,2 por cento, respetivamente. Ambas as economias tinham sido afetadas pelas crescentes tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, pelo escalar de conflitos geopolíticos e, no caso europeu, merecia destaque o processo da saída do Reino Unido.

A taxa de desemprego tinha-se fixado nos 6,7 por cento – menos 0,3 do que em 2018 –, mantendo a tendência decrescente já confirmada. Em Setúbal tinha-se chegado aos 5 por cento de desemprego, o que era extremamente importante e relevante, porque esses 5 por cento significavam quase pleno emprego. Desses 5 por cento, o maior número de pessoas eram pessoas que estavam à beira de reforma – já tinham 60 e tal anos e estavam inscritos nos centros de emprego –, outras pessoas estavam a receber rendimento de inserção e não tinham mesmo condições ou capacidade para se integrarem no mundo do trabalho.

O turismo tinha um comportamento importante para a manutenção da capacidade de financiamento da economia portuguesa face ao exterior, tendo vindo a ganhar grande importância no PIB e, também, no emprego.

As funções sociais, ali ou em qualquer parte, assumiam uma importância superior às demais, em termos de peso comparativo, com 65 por cento do total executado (19,8 milhões de euros). As funções económicas tinham assumido 22 por cento (6,6 milhões de euros), outras funções 7 por cento (2,2 milhões de euros) e as funções gerais tinham tido uma importância de 1,6 milhões de euros, o que equivalia a 5 por cento.

Destacavam-se as áreas de intervenção em serviços que atendiam à satisfação das necessidades básicas da população, ou seja, o Ordenamento do Território, 5,5 milhões, a Cultura, 4,2 milhões, a Proteção do Meio Ambiente, 2,9 milhões, o Ensino Não Superior - que era o nosso -, 2,6 milhões, os Resíduos Sólidos, 1,5 milhões e o Abastecimento de Água, 962 mil euros.

Das despesas pagas em 2019 sobressaíam os montantes referentes às rubricas com pessoal, 35 por cento, aquisição de bens e serviços, 27 por cento, aquisição de bens de capital, 15 por cento e encargos financeiros, 14 por cento.

Naquilo que respeitava às taxas de crescimento no período em análise, destacavam-se as transferências e subsídios, 37 por cento, as outras despesas, 13 por cento, as despesas com pessoal, 9 por cento e, por último, os encargos financeiros, mais 3 por cento.

As transferências de capital tinham registado um aumento de 506 por cento, justificado pela parceria com as juntas de freguesia no âmbito dos protocolos de delegação de competências. As despesas com pessoal, em consequência de efetivação de recrutamento de pessoal, no âmbito do PREVPAP.

A despesa proveniente de encargos financeiros tinha aumentado em virtude de operações com recurso ao financiamento externo, por via de empréstimos e de aquisição em locação financeira.

Nas aquisições de bens e serviços tinha-se registado uma redução nos pagamentos de 752 mil euros.

Tinham sido assumidos compromissos no valor de 92,9 milhões de euros e tinham sido efetuados pagamentos no valor de 91,8 milhões de euros, o que, comparado com o ano anterior - ou seja, 2018 -, tinha resultado numa redução de 54 mil euros em compromissos assumidos e um aumento de 3 milhões de euros em pagamentos realizados.

Relativamente aos compromissos assumidos para os exercícios futuros, destacava-se a área de operações financeiras, 57 por cento, com origem no financiamento externo de projetos municipais de montantes elevados, que tinha que ver com empréstimos e contratos de locação financeira de médio e longo prazo e a área das obras municipais, 18 por cento, no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

Os compromissos por pagar no final de 2019 tinham reduzido cerca de 1,3 milhões de euros, face ao ano anterior.

Em 2019, o montante dos compromissos a transitar para o ano seguinte tinha sido de 30,6 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição de 1,3 milhões de euros.

A autarquia tinha tido um acréscimo de 3 por cento nas receitas totais arrecadadas, face a 2018, no montante de 2,9 milhões de euros, perfazendo o montante de 91,8 milhões de euros.

Verificava-se que a receita corrente apresentava uma tendência crescente (mais 6 por cento) e que a receita de capital tinha diminuído 10 por cento, face ao ano anterior.

Relativamente aos impostos diretos, tinham totalizado cerca de 41,5 milhões de euros, tendo registado um aumento de 3 milhões, face a 2018. Dentre esses, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) tinha apresentado o aumento mais significativo, no valor de 3,1 milhões de euros.

O Imposto Municipal sobre Imóveis tinha sido o imposto com maior arrecadação nominal. No entanto, esse imposto tinha sido o único imposto que tinha diminuído 3 por cento, tendo em linha de conta que já no ano anterior tinha havido um abaixamento do IMI.

Os impostos indiretos possuíam uma execução de cerca de 2 milhões de euros, tendo aumentado 9 por cento relativamente ao ano anterior, no montante de 159 mil euros. Desses impostos destacavam-se as entradas de receitas relativas aos loteamentos e obras, 1,4 milhões de euros, ocupação de via pública, 329 mil euros, e publicidade, 150 mil euros.

Nas transferências e subsídios, as transferências do Orçamento de Estado, quer correntes quer de capital, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro e o Fundo Social Municipal, a participação variável no IRS, perfaziam o montante de 13,3 milhões de euros.

Como podiam verificar, sem os outros impostos, era impossível, sequer, pagar salários, tendo em linha de conta que só de salários estavam na ordem dos 31 milhões de euros e recebiam 13 milhões de euros dos impostos que vinham do Orçamento de Estado.

As transferências com origem em fundos comunitários tinham totalizado 3,2 milhões de euros e as provenientes da administração central tinham correspondido a 1,8 milhões de euros.

O ativo municipal tinha atingido um total de 411 milhões de euros. O imobilizado representava 82 por cento, as dívidas de terceiros, 8 por cento, os acréscimos e diferimentos representavam 9,5 por cento. O conjunto do circulante, ou seja, da existência e dos depósitos significavam 0,5 por cento do ativo. Em resumo, o ativo tinha diminuído 725 milhares de euros face a 2018, resultado de um decréscimo do circulante de menos 23,7 milhões de euros, por contrapartida de um aumento do imobilizado de mais 23 milhões de euros e dos acréscimos e diferimentos de menos 191 mil euros. O imobilizado líquido apresentava um aumento de cerca de 23,1 milhões de euros.

O crescimento das imobilizações corpóreas era fundamentado pela aquisição de alguns imóveis, nomeadamente ao IHRU e parcelas de terrenos, na requalificação da rede escolar, na conservação, na construção e reabilitação de edificações e infraestruturas municipais, assim como das vias de comunicação e espaços exteriores.

Relativamente a dívidas de terceiros, o valor das dívidas de terceiros de curto prazo tinha reduzido em cerca de 1,6 milhões, evidenciando uma melhor cobrança. A conta de outros devedores incluía, principalmente o valor a receber de candidaturas aprovadas, destacando-se as seguintes: O Interface de Setúbal, a requalificação da envolvente do Convento de Jesus, as intervenções na encosta de São Filipe, regularização do troço final da Ribeira da Figueira, as bacias de retenção e as obras de prevenção de cheias. Muitas dessas coisas ainda não tinham sido recebidas, nomeadamente no que dizia respeito à Fortaleza de São Filipe, que era uma obra do Estado, do Governo, que a Câmara Municipal se tinha disponibilizado para fazer, onerando, como era lógico, a nossa capacidade.

Os fundos próprios totalizavam 299,5 milhões e eram constituídos por património (184 milhões e 600 mil euros), reservas (61 milhões e 800 mil), resultados transitados (52 milhões) e resultado líquido do exercício (1 milhão).

O valor em reservas tinha tido um acréscimo de 2,7 milhões, devido à contabilização de doações efetuadas a favor do Município e à contabilização de diversas parcelas de terrenos que pertenciam ao imobilizado municipal.

O resultado líquido apurado era de 1 milhão, ou seja, tinham atingido um aumento de 370 milhares de euros, relativamente ao exercício anterior.

Relativamente ao passivo municipal, era de 111 milhões, sendo 51,5 milhões de euros referentes a dívidas a terceiros, 3,3 milhões de provisões para riscos e encargos e 56,2 milhões de euros de acréscimos e diferimentos. Em comparação com o ano anterior, tinha diminuído, também, 1,6 milhões de euros, devido a uma redução nas dívidas de terceiros, em 660 milhares de euros, e nos acréscimos e diferimentos, em 990 milhares de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo tinham aumentado ligeiramente, na sequência dos empréstimos contraídos e da locação financeira. As dívidas a terceiros de curto prazo tinham decrescido em 61 milhares de euros, face ao ano anterior, tendo mantido a tendência de diminuição dessa rubrica ao longo dos últimos 4 anos, tendo-se situado o valor dessa dívida a terceiros de curto prazo, de 21 milhões e 800 mil euros.

Na análise da demonstração de resultados, tinham aumentado, em comparação com o valor do exercício anterior, 1,9 milhões de euros, tendo atingido o valor de 2,4 milhões de euros, em consequência do aumento generalizado dos proveitos operacionais, aliado à diminuição do custo com as previsões do exercício.

O resultado líquido do exercício de 2019 era de 1 milhão de euros (1.002.471,13 euros, concretamente), tendo-se obtido um crescimento de 370 mil euros relativamente ao exercício de 2018.

A dívida bancária tinha diminuído 1,3 milhões de euros. Relativamente aos empréstimos municipais, era de 27,2 milhões de euros, enquanto em 2018 era de 28,5 milhões de euros.

Tinham sido contraídos dois empréstimos de médio/longo prazo, um para o financiamento de obras, no montante de 2 milhões de euros, e outro, para o sistema de defesa da floresta contra incêndios, no montante de 103 mil euros, bem como a libertação de capital de empréstimos contraídos no ano anterior, mas não totalmente utilizados, no montante de 1,2 milhões de euros.

A dívida de locação financeira tinha aumentado 1,3, face a 2018, resultante da formalização de dois contratos: Praça de Touros e equipamento de eficiência energética.

Portanto, o endividamento municipal em 31 de dezembro de 2019 era de 46,5, com uma diminuição de 6,8 em relação a 2018.

A Câmara apresentava uma margem disponível para efeitos de endividamento de 13,3 milhões de euros.

Nesse endividamento municipal em 31 de dezembro, a Câmara possuía pagamentos em atraso no valor de 4,4 milhões, correspondentes a uma redução de cerca de 19 por cento em relação a 2018. Em 2017, por exemplo, tínhamos pagamentos em atraso de 6 milhões e 124 mil, em 2018, 5 milhões e 404 mil, em 2019, 4 milhões e 377 mil. Portanto, era menos 1 milhão e 27 mil euros, ou seja, menos 19 por cento.

O prazo de pagamento médio municipal, em dezembro de 2019 era de 192 dias, tendo aumentado 45 dias relativamente a 2018, o que tinha significado mais 31 por cento comparativamente a 2018, em que era de 147 dias. Naquele momento, era de 166 dias.

Quanto à proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido do exercício de 2019 era de 1 milhão e 2 mil e propunha-se que o mesmo fosse aplicado, de acordo com o legalmente estipulado no ponto 2.7.3.5 do POCAL: nas reservas legais, 50.123,56 euros, e, nos resultados transitados, 95 por cento desse valor, que eram 952.347,57 euros.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que aquela prestação de contas lhes trazia uma execução, que, em montante, acabava por vir em linha com aquilo que era o histórico. Em 2018 a execução tinha sido de 88 milhões, este ano a execução tinha sido de 91 milhões. Portanto, demonstrava que havia uma estabilidade naquilo que era a capacidade do Município na arrecadação de receita, porque os 3 milhões de diferença estavam, claramente, no lado dos impostos, particularmente pelo aumento de quase 50 por cento na arrecadação de IMT.

Também tinham verificado, na análise do documento, que a execução das grandes opções do plano tinha sido a 2018, quer em montante, quer em percentagem. O orçamento de 2019 até era superior ao de 2018, exceto nas funções sociais, e, ainda assim, no que respeitava à execução em montante, tinha acabado por ficar abaixo daquilo que tinha sido 2018. Olhando para a execução no plano plurianual de investimentos, havia, efetivamente, alguns investimentos programados e orçamentados que tinham ficado pelo caminho, integral ou parcialmente, que lhes mereciam particular destaque, como a comparação em reparação de escolas, que tinha sido executado em 20 por cento. Tinha 218.400 euros orçamentados e tinham sido executados 45 mil, ou a manutenção do parque habitacional municipal, em que de 811 mil euros tinham sido executados menos de 370 mil, a conservação e reabilitação da rede de drenagem pluvial, em que de 710 mil tinham sido executados menos de 200 mil, a reabilitação da rede de drenagem pluvial do Bairro do Peixe Frito e Terroa tinha quase meio milhão orçamentado e nada tinha sido executado nesse item do plano plurianual de investimentos, no abastecimento de água, nas redes de distribuição e de saneamento, de perto de 870 mil euros tinham sido executados 193 mil, na eficiência nos RSU (resíduos sólidos urbanos) estavam orçamentados 808.500 euros e tinha sido executado zero, na criação e conservação de áreas verdes, de 411 mil euros tinham sido executados 127 mil, na cultura, estava previsto no plano plurianual de investimentos um investimento de 3.856.900 euros e tinham sido executados, apenas, apenas 39 por cento, pouco mais de 1 milhão e meio, nas funções económicas, também, e nas outras funções, também tinham registos muito semelhantes: A rede viária do concelho, a construção e regularização de passeios, “software”, plano de promoção da eficiência no consumo de energia elétrica.



Podiam estar ali a tarde toda a olhar para o plano plurianual de investimentos que poucas tinham sido as rubricas que tinham chegado, realmente, perto daquilo que tinha sido orçamentado.

Na verdade, isso não resultava de uma comparação direta com aquilo que tinha sido o orçamento original, porque o orçamento foi sendo ajustado ao longo do ano. Tinham começado com 139 milhões e tinham ido desbastando ao longo do ano, até chegarem a um orçamento de 131 milhões. Era por isso que tinham uma execução na ordem dos 70 por cento, se não tínhamos uma execução significativamente inferior, como tinham tido, também, noutros anos em que o corte tinha acabado por não ser tão grande.

Preocupava-os esse agravamento, que se tinha registado em 2019, no prazo médio de pagamentos. No final do 1.º trimestre era de 142 dias e quando terminaram o ano estavam com 192, ou seja, em dezembro, em média, estávamos a pagar faturas de junho. Preocupava-os isso, porque não era um bom sinal para o ano em que estavam, até porque, em 2020, as empresas precisavam, acima de tudo, de liquidez e precisavam que os seus clientes pagassem. Mais do que de subsídios ou de linhas de crédito, as empresas precisavam era que os clientes que compravam produtos ou serviços pagassem e pagassem atempadamente. Essa tinha que ser uma preocupação de todos, fosse na gestão de empresas, para aqueles que a faziam, fosse na gestão do município, que era, na verdade, aquilo que estavam a discutir. Preocupava-os, porque aquela agudização no prazo médio de pagamentos trazia constrangimentos significativos para os fornecedores do município.

Tinham verificado, também, que tinha havido uma redução e consideravam que era uma redução normal dos empréstimos de médio e de longo prazo, até pelo próprio serviço da dívida normal, era normal, ia-se amortizando. Naquela reunião já tinham aprovado a contratação de um crédito de médio/longo prazo que era superior àquilo que tinha amortizado no ano anterior. O Vereador Paulo Lopes já tinha tido oportunidade de o dizer.

Apesar de ter havido essa redução, enfim, pelo normal serviço da dívida dos empréstimos de médio longo prazo, tinham tido um acréscimo nos empréstimos de curto prazo, face a 2018. Já em 2018 tinham tido um acréscimo na contratação de créditos de curto prazo, face a 2017, e, portanto, isso indiciava-lhes que havia alguma dificuldade de tesouraria. Era uma falta de liquidez e, portanto, havia dificuldades que pareciam ser crescentes - pelo crescimento, também, daquilo que era a necessidade de contratar empréstimos de curto prazo - para a simples gestão corrente do município.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que queria dizer algumas coisas sobre a prestação de contas, mas a intervenção do Vereador Joel Marques, do Partido Socialista, motivava-lhe, também, alguns outros comentários.

Em primeiro lugar, gostaria de referir que era interessante que o ano em que, no histórico, tinham maior execução, era o ano que estava em linha. Do ponto de vista da retórica, era interessante. Estava em linha com o histórico, mas era, apenas, o ano que tinha a maior execução. Era engraçado referir na ordem dos 70 por cento quando era 79 por cento. Para si, 79 por cento era quase 80 por cento. No relatório estava um aumento, mas era possível lá ir.

Depois, também era curioso fazer comparações de tempos médios de pagamentos e outras coisas. Comparavam-se meses diferentes e era bom. Esse era um exercício muito interessante, do ponto de vista da economia. Era comparar os meses que não se podiam comparar. O pagamento e as receitas, a tesouraria da Câmara, não era igual todos os meses. Se o Sr. Vereador Joel Marques queria fazer uma comparação que a fizesse comparando os meses que podia comparar, que comparasse um mês com o mesmo mês de outro ano ou de outros anos, não comparasse meses diferentes do ano, porque, naturalmente, os compromissos eram diferentes, as receitas eram diferentes. Era um exercício, de facto, interessante.

Ia buscar uma afirmação do Sr. Vereador Joel havia cerca de um ano, que referia que a prestação de contas de 2018 e o que, entretanto, tinham orçamentado para 2020, refletiam, dizia ele, um paradoxo. Aparentemente, o país estava a crescer, mas as receitas fiscais da

Câmara pareciam em queda. Se fosse buscar as suas palavras dessa altura, haveria de se recordar disso.

Era curioso que não fazia referência ao facto de a derrama, em 2019, ter crescido 2 por cento, de o IMT, em 2019, ter crescido 47 por cento, de o IUC, em 2019, ter crescido 14 por cento, de os impostos indiretos - era o que era - terem crescido 9 por cento, de a variação da participação variável do IRS, que refletia o rendimento da população do concelho, ter aumentado 3 por cento. E, pasme-se! aquele município que tinha aquele IMI muito alto, tinha reduzido a receita de IMI em 3 por cento, sem mexer nas taxas. Isso significaria o quê, senhor vereador? Significaria que, na base das isenções, a população de Setúbal tinha sido exonerada em 3 por cento, do ponto de vista do seu esforço, para pagar o IMI na base das isenções, as isenções que estavam previstas na lei e, também, aquelas que eram previstas e aprovadas todos os anos, aquando da aprovação da taxa de IMI, em que se considerava que, nomeadamente, por via da reabilitação urbana e por aí fora era possível o município atribuir reduções de IMI. Era por essa via e o senhor vereador não fazia nenhuma referência a isso. Era interessante que não fizesse nenhuma referência a isso.

Aquelas contas apresentavam algumas outras questões que também eram interessantes e que valia a pena serem referidas. Por exemplo, manterem em linha de conta a redução da dívida de curto prazo. Era curioso que tivessem reduzido a dívida de curto prazo e aumentassem, como o senhor vereador tinha referido, o endividamento, os empréstimos de curto prazo. Tinham aumentado os empréstimos de curto prazo, mas tinham conseguido, nesse ano, diminuir a dívida de curto prazo.

Não sei sabia se o senhor vereador sabia, mas os empréstimos de curto prazo tinham que se pagar no prazo de um ano. Isso significava que, nesse ano, no ano 2019, mesmo tendo pedido financiamento de curto prazo em maior volume do que no ano anterior, tinham conseguido chegar ao fim do ano com menor dívida de curto prazo. Era algo que devia ser valorizado, mas percebia que não o pudesse fazer.

Também era curioso que não tivesse feito referência à redução dos valores dos pagamentos em atraso que tinham conseguido, apesar de todo um conjunto de coisas e de uma situação que sempre tinham afirmado que não eram rosas. Por opção política, a CDU sempre tinha afirmado que essa situação não poderia ser impedimento da manutenção de um elevado nível de atividade e de investimento e tinham-no mantido. Tinham mantido esse elevado nível de atividade e de investimento, mesmo estando já numa fase final de um quadro comunitário. Na Área Metropolitana de Lisboa o senhor vereador que procurasse um município que tivesse o mesmo grau de execução desse quadro comunitário que o Município de Setúbal.

Eram maneiras diferentes de lerem aquele relatório, um procurando a crítica, o outro valorizando o que estava feito e estava à vista e aos olhos da população de Setúbal que, naturalmente, reconhecendo dificuldades, não fechava para reflexão nem para outras coisas, não cortava na sua atividade, mantinha o seu nível elevado de atividade.

Como o senhor vereador bem sabia, a execução do plano plurianual de investimentos estava dependente, por exemplo, de expectativas, concretizadas ou não, de publicação de avisos de financiamentos comunitários que não saíam, que se atrasavam, cujas candidaturas, na sua avaliação, também se atrasavam, o que levava, naturalmente, a que a execução de investimentos que tinham que inscrever nos planos plurianuais de investimento, por vezes, não acontecessem naquele período e tivessem que deslizar um pouco no tempo.

O interessante era verificar, de facto, naquele período, do ponto de vista do calendário dos fundos comunitários, ainda mantinham um nível de investimento extraordinário. Bastava comparar com o conjunto dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que eram aqueles com quem se podiam comparar, porque tinham os mesmos fundos, tinham os mesmos programas, tinham as mesmas medidas a que se podiam candidatar, não eram como outros municípios de outros pontos do país, que tinham outros fundos, que podiam aceder a outro tipo de projetos. Era para ver.

No corrente ano, face à fraca execução do conjunto da Área Metropolitana, o Município de Setúbal ainda ia conseguir ir buscar um conjunto de financiamentos, aos quais já não deveria ter direito, porque tinha executado no fundamental o que cabia à sua quota-parte no "pack" da



AML. Tendo em conta a capacidade e o grau de maturidade dos projetos, conseguia ir buscar ainda mais fundos e financiamento. Naquela reunião já tinham aprovado um empréstimo de médio/longo prazo que iria permitir executar obras e projetos com recurso a fundos comunitários que outros municípios não tinham executado.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, muito rapidamente, queria dizer ao senhor vereador Ricardo Oliveira, que, efetivamente, 70 por cento eram 70 por cento, não eram 79, porque 91 a dividir por cento 131, se sua calculadora não se tinha enganado, se o mapa de controlo orçamental da despesa não se tinha enganado e se o mapa do controlo orçamental da receita também estava correto, eram 70, não eram 79. Lamentava, mas, efetivamente, eram 70.

Os números eram o que eram. Podiam olhar para eles do ponto de vista do copo meio-cheio ou do copo meio-vazio. O senhor vereador tinha tentado olhar sempre – compreendia-se, naturalmente - do ponto de vista do copo meio-cheio e percebia a sua tentativa de justificação do plano plurianual de investimentos. Não deixava de ser estranho ou curioso, aquilo que entendesse que melhor se lhe adequava, não deixava de ser curioso que, do plano plurianual de investimentos, sistematicamente, execução após execução, tivessem execuções extremamente baixas. Isso era transversal ao plano plurianual de investimentos.

Poucos eram os itens que constavam do plano plurianual de investimentos que estava orçamentado que tinham execuções que estivessem na ordem dos 70 por cento, por exemplo, que estivessem na ordem naquilo que era a execução do restante orçamento. Portanto, compreendendo a sua tentativa de justificar, efetivamente entendiam que essa justificação não colhia, pela globalidade do plano plurianual de investimentos e do seu nível de execução.

Também não podia deixar de dizer, como o senhor vereador sabia muito bem, que o IMI, o Imposto Municipal sobre Imóveis, tinha uma série de isenções, algumas das quais decorriam da lei e outras decorriam de aprovação em sede de proposta de IMI, mas as que decorriam da lei, eram, por exemplo, a isenção por um período de 3 anos, desde que fosse um imóvel de habitação própria permanente e que tivesse um valor patrimonial ou um valor de aquisição inferior - se não lhe falhava a memória - a 125 mil euros.

Olhando para aquilo que era o valor de cobrança de IMT e para o seu crescimento de 48 por cento, não parecia muito difícil concluir que tinha havido um volume significativo de transações, face àquilo que tinha ocorrido em transações a pagar IMT. Tinha havido um número significativo de transações sujeitas a IMT significativamente superior ou com volumes superiores àquilo que tinha sido o ano de 2018. Muitas delas estavam, naturalmente, sujeitas a isenção porque decorria da lei. Não via aí o toque de Midas do Município, antes pelo contrário. Era uma componente, mas não justificava tudo, certamente. Garantidamente que não justificava tudo. Portanto, nessa redução de 600 mil euros na cobrança de IMI não viam o toque de Midas do Município que o Sr. Vereador Ricardo Oliveira queria fazer crer.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que não se ia meter na conversa das contas, não era essa a questão, ia tentar dar só algumas notas. Havia uma matéria que ia ser muito interessante na questão da execução e que escapava. Podia ser que com o novo sistema de contabilidade da administração pública local se resolvesse. Era o facto de terem muitas obras que identificavam para gastar centenas de milhares de euros que acabavam por não gastar, por uma razão muito simples, os nossos serviços, de uma forma eficiente e com grande capacidade, tinham-nas feito. E tinham-nas feito, muitas vezes, 3 vezes, 4 vezes, 5 vezes, 6 vezes, 7 vezes, 8 vezes e - o máximo que tinham conseguido -, 10 vezes mais barato do que o orçamentado a terceiros.

Isso queria dizer que podiam ter um lote de obras previstas no orçamento com um dado valor que não era necessário gastar. Não era necessário executar e isso era brilhante. Isso era boa execução, porque estavam a pensar fazê-las de empreitada e tinham conseguido fazê-las de outra maneira. Isso devia ser refletido no orçamento e não se conseguia refletir dessa maneira, mas era, de facto, uma coisa muito valiosa que acontecia em todos os edifícios públicos. Por exemplo, os edifícios que tinham reaberto depois do período COVID tinham sido



reabilitados pelos nossos trabalhadores e, por empreitada, custariam 4, 5, 6, 10 vezes mais o valor do custo que tinham tido que pagar realmente.

Estavam a fazer várias empreitadas por administração direta – empreitadas, não eram ações de manutenção – pelas nossas equipas e isso poupava-nos centenas de milhares de euros. Portanto, havia muito disso que não se conseguia refletir no orçamento daquela maneira, mas acreditava que, num prazo não muito longo, iria conseguir refletir-se. Era exemplo disso, além dos edifícios que tinham reaberto, também a rotunda que a Sra. Presidente tinha referido. Era uma rotunda que custaria 300 e tal ou 400 mil euros – era a estimativa habitual para uma rotunda daquele tipo - e ia custar-lhes um valor bastante reduzido, tendo em conta o esforço dos nossos trabalhadores, comprando o material e fazendo a coisa. Era evidente que não tinham equipa para fazer tudo o que precisavam de fazer, nem era racional ter todos os meios e recursos necessários para fazer empreitadas, mas, naquele caso, eram coisas que éramos capazes de fazer e tínhamo-las feito muito bem e muito barato. Isso era só por causa da “*décalage*” entre o estimado gastar e o realmente gasto. Isso era bom. Aquilo que tinha sido dito, acerca de haver um desfasamento entre o orçamentado e as despesas e o realizado, era bom, naquele caso, mas podia não ser.

Um outro aspeto que achava relevante era que tinham uma receita extremamente elevada, se comparassem com a década anterior. Era quase o dobro da receita e a execução era mais do dobro da execução anterior. Portanto, estavam muito perto na receita e na sessão. Era só fazer as contas entre o que era há uma década e o que era naquele momento. Havia um esforço muito grande de melhoria da gestão financeira da Câmara, num quadro em que estavam em permanente ação na rua, a qualificar a cidade, com investimentos de muitos milhões de euros. Nesse jogo do deve e do haver e do fazer tinham feito muito e tinham pago muito e isso só era possível se recebessem muito. Portanto, havia um equilíbrio que nunca tinha existido em anos anteriores e que, naquele momento, existia, com uma grande eficiência.

Uma outra coisa que não estava refletida na prestação de contas e que não podia estar refletida chamava-se eficiência da organização. A organização Câmara Municipal de Setúbal era altamente eficiente. Essa eficiência traduzia-se em toda a sua atividade e poupava milhões: Eficiência energética, eficiência e capacidade de resolução dos problemas, capacidade de resposta. A eficiência dos recursos humanos tinha um valor financeiro tremendo - que não se traduz, por vezes, ali -, com grandes poupanças de custos, de contexto e de custos de funcionamento. Também era bom dizer que a máquina operacional, a máquina técnica, a máquina, também, administrativa que era o Município de Setúbal, era uma máquina de alta eficiência. Logo, era uma máquina que impedia que se gastasse mais ou que permitia que se poupasse mais dinheiro ou que se ganhasse dinheiro para investir para a população.

Uma outra questão que queria colocar tinha a ver com as dificuldades. Dificuldades tinham todos os municípios. Tinham problemas a resolver e gostariam que os prazos de pagamentos fossem mais curtos. Havia ainda muitas coisas para resolver, mas a realidade daquele momento e a de uma década atrás era do dia para a noite. Isso era bom registar, porque, senão, a oposição ficava com o discurso em permanência, tipo disco riscado que não saía do sítio. Era bom ler as diferenças e as nuances, ler os avanços e os recuos e ler os problemas, mas, também, ler os êxitos que estavam a acontecer, porque, senão, ninguém percebia o que é que dizia a oposição.

Para concluir, queria dizer que, apesar de todas essas questões financeiras que lhes tinham apontado, naquele momento tinham cerca de 27 milhões em curso. Tinham metido mais 3 milhões no mercado, com obras novas, tinham mais 4 milhões em preparação, para avançar, e só a 2.ª fase do Forte de São Filipe eram mais 5 milhões. Portanto, independentemente das dificuldades financeiras que existiam, do esforço financeiro que tinham que fazer, da contenção que tinham que fazer em muitas matérias, a nossa eficiência orgânica ou eficiência dos nossos trabalhadores, dos nossos dirigentes e a eficiência gerada por essa capacidade de trabalho, que não estava expressa nas contas, tinha um impacto real muito forte nas contas.

4

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que também não se queria imiscuir muito nas discussões dos economistas, mas a intervenção do Vereador Carlos Rabaçal tinha-lhe dado uma certa motivação. Até concordava com parte da sua intervenção e imaginava que fosse por isso - muitas dessas obras que eram feitas pelas equipas da câmara -, que, eventualmente, podia corresponder uma redução da execução. Mas também pensava que, quando reduziram de 139 milhões de euros, que era a dotação do orçamento inicial aprovado na câmara, para 131 - ou seja, estavam a falar de 8 milhões de euros -, se calhar, tinham incluído também esses valores nessas obras que tinham deixado de fazer e que tinham sido os serviços a fazer, porque, já que o tinham feito por meios próprios, não faria sentido continuar no orçamento e no documento. Portanto, não sabia se isso justificava tudo, mas, pelo menos, se reduziram, deviam reduzir, se tinham reduzido 8 milhões e se, face ao documento inicial, essa execução andaria à volta dos 65 por cento.

Tinha uma questão técnica que gostaria de perceber: Por que razão é que a Câmara tinha começado a optar, desde há 2 anos, por contrair locações financeiras e não empréstimos de médio e longo prazo. Seria por ter melhores juros? Seria por ter mais anos de amortização, ou não? Seria porque permitia ter um valor residual no fim, que permitia, durante esse tempo, ter também uma amortização mais baixa. Gostaria de perceber, porque havia, efetivamente, uma estratégia de desviar para a locação financeira, que tinha subido, em 2 anos, de 400 mil para 2 milhões e qualquer coisa e tinha baixado os empréstimos de médio prazo.

Gostaria gostava de perceber qual era a questão técnica, porque devia ser mesmo uma questão técnica, não devia ser política. Isso para imóveis, porque percebia que para máquinas fosse normal. Estava a falar relativamente aos imóveis.

**Dr. Paulo Hortênsio** – Disse que, mesmo para máquinas ou outros equipamentos, ainda havia o *“renting”*. Tinha muito a ver com o facto de grande parte desses investimentos terem subjacentes obras associadas. Corriam o risco de ter dois empréstimos, um em cima do outro, um para a aquisição e outro para a obra.

Tinham estado a fazer essa opção, até porque o *“leasing”* tinha um valor residual associado e também podiam jogar com essa taxa de esforço - se queriam com 5 por cento de valor residual ou com 10 por cento -, para ver o impacto que, depois, as propostas das várias entidades iriam colocar, enquanto a taxa de juro do mercado de empréstimo sabia, mais ou menos, qual era. Estavam a discutir-se isso à décima e, portanto, naquele momento, para o empréstimo que iam lançar, as expectativas eram, mais ou menos, fundadas de que a taxa andaria por volta de um valor assim-assim, porque era, basicamente, a taxa que era discutida no mercado.

O *“leasing”* tinha muitas cambiantes. Tinha, desde logo, a cambiante do interesse que, eventualmente, o banco pudesse ter, ou não, em vir ao *“leasing”*. Às vezes, havia bancos a quem interessava mais vir aos empréstimos do que vir aos *“leasings”*.

Depois, também havia o problema de corrermos o risco de estarmos sempre a depositar os empréstimos no mesmo banco, que era uma situação que, nos de médio e longo prazo, ocorria com alguma frequência. Por exemplo, a Caixa Geral de Depósitos, naquele momento, ganhava quase todos os empréstimos, era uma estratégia do próprio banco.

Portanto, para a aquisição do immobilizado, normalmente, estavam a fazer *“leasing”* e para o financiamento das obras estavam a fazer empréstimos a médio e longo prazo.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que tinha indo ouvindo a intervenção do Sr. Vereador Joel, com um rol de coisas que estavam prometidas fazer e que deviam ter sido feitas e não tinham sido, não tinham sido executadas.

Só para dar algum consolo ao senhor vereador, não tinham sido feitas porque faziam parte de um plano plurianual, muitas delas de candidaturas. Começavam muitas vezes o projeto e tinham que ter a dotação disponível. Tinha sido isso que tinha acontecido no caso que o senhor vereador tinha referido, da candidatura dos resíduos sólidos urbanos. Começavam com um procedimento de uma intenção de candidatura, com as verbas que tinha que estar

disponíveis e terminavam, no caso da primeira candidatura que tinham feito, em setembro de 2021.

Era isso que estava previsto. Portanto, era natural que a execução, enquanto decorria a aprovação das entidades que apresentavam a candidatura, enquanto desenvolviam cadernos de encargos, etc., não houvesse uma execução total dos projetos. Estavam a falar de projetos complexos, que não estavam enquadrados apenas numa prestação de um ano. Eram projetos grandes e eram projetos plurianuais de investimento. Por isso tinham, dentro dos anos em que eram para ser realizados, a sua própria realização. Portanto, era falacioso, quando já se tinha dito isso duas ou três vezes - ainda há pouco a Sra. Presidente tinha feito referência às candidaturas que tinham sido aprovadas -, dizer que tinham 800 mil euros e não tinham executado nada.

Isso não era correto. Números eram números, podiam fazer o que quisessem com os números, mas tinham que dar a explicação mais correta, para não caírem, depois, na descrença daquilo que era o seu próprio trabalho. Portanto, era esse o esclarecimento e, provavelmente, em relação a essa listagem que o senhor vereador tinha dito e aos muitos casos de que os outros vereadores tinham falado. A questão das candidaturas era fundamental e tinha sido fundamental na estratégia de atuação deles.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que estava na expectativa e que, depois de ouvir o Sr. Vereador Joel falar e a demais oposição ter abdicado de uma intervenção, tinha pensado que iriam votar e que o assunto estaria arrumado, mas a Vereadora Carla tinha achado que era melhor não ficar por aí e que era melhor esclarecer mais alguma coisa.

A sua intervenção não era para dar resposta à oposição. Não era isso que queria fazer, nem, tecnicamente, dar explicações - também não as tinha, não era um especialista -, mas era para sublinhar aquilo que julgava que era o que devia ser visto um pouco nos orçamentos, que era uma perspetiva, uma visão em perspetiva. Não podiam olhar só para um ano e dizer que uma coisa era boa e a outra era má, se havia uma boa gestão ou uma má gestão. Em relação à prestação de contas, aí, ainda mais. Era preciso olhar para a perspetiva, para ver se havia uma boa ou má gestão.

Analisar um ano isoladamente era pouco. Olhar para trás e ver que tinham resolvido uma situação de gravíssimo desequilíbrio financeiro, tinham-na gerido e estava resolvida. Estavam a pagar ainda por isso, durante mais alguns anos, mas já não pesava assim tanto. Esse peso tinham-no eles tirado de cima. Ter subido constantemente a capacidade de investimento e o investimento e a obra realizada era contínuo. Se olhassem em perspetiva, isso era continuado. Terem-no feito na maior parte do tempo da “República CDU”, sempre crescendo em obra, em realização e capacidade de concretização, terem-no feito sem recurso a financiamento bancário, sem recurso a nenhum financiamento externo, só com receitas do Município, isso era marcante, porque, nesse período, desde 2004 que tinham congelado os empréstimos e durante 12 anos tinham estado sem qualquer recurso. Portanto, estranhar se era melhor por empréstimo, se era melhor por “leasing”, se era melhor no curto prazo, era gestão financeira.

Quase que lhe apetecia responder à pergunta do Vereador Paulo Lopes: Porque é que estavam a fazer essas opções? Porque podiam. Se fosse ele a responder teria dito que era porque podiam, naquele momento tinham capacidade de crédito, quer para empréstimo, quer para realização de “leasings.” Tinham credibilidade bancária e financeira suficiente para optarem pelo melhor instrumento de crédito, para avaliar a sua gestão orçamental.

Quanto às execuções, também não era preciso dizer mais nada, só podia repetir aquilo que o Vereador Rabaçal tinha dito, que olhassem para a capacidade de execução real, efetiva. Vinham do tempo dos inícios da “República CDU”, em que executavam 30, 32, 33 por cento. Nessas discussões, estava do outro lado e dizia: “Pronto, mais um orçamento do terço.” Era um terço do previsto. Era assim, mas era o que era. Tinham invertido isso completamente e parecia que, para o ano, ainda ia ser melhor, ia ser mais apurado, como iria ser mais apurada a redução significativa do prazo médio de pagamentos, com toda a certeza. Era esse o caminho que estava a ser feito e era essa a explicação, quase técnica, que os técnicos

estavam a dar. Os resultados davam-lhes esses indicadores e, não percebendo muito de contabilidade, tinha a obrigação de tentar perceber algumas noções que a ciência das contas lhes iam dando.

Os últimos indicadores que estavam referidos no relatório de gestão – era para serem olhados, uns eram melhores, outros eram piores – descansavam-no. Descansava-o olhar para indicadores sobre de solvabilidade, que, diziam nas observações, mediam o grau de independência da entidade face aos seus credores. Estavam aflitos ou não estavam aflitos? Aparecia um resultado que era o índice 269, o do fundo patrimonial sobre o passivo. Isso parecia que lhes dava uma margem de manobra face a credores. O segundo conceito desse indicador de solvabilidade, que era, no sentido restrito, a situação líquida negativa, se fosse inferior a 100 por cento, mas o índice que lá estava era 369 por cento. O grau de independência parecia que era positivo, mas podia não ser tão positivo em relação às transferências financeiras do Orçamento de Estado para o Município, que era esse indicador da autonomia financeira. Tinham uma autonomia de cerca de 72 por cento e isso apenas significava que as transferências dos fundos municipais para a autarquia eram, apenas, de 27 por cento. O resto era tudo receitas próprias da autarquia e tinham que se governar assim.

Esse elevado índice de autonomia financeira queria dizer que se tinham que governar, mas isso era uma característica que já não tinha tanto a ver com o mérito da gestão, era assim, de facto. Não dependiam das transferências dos fundos municipais para fazerem essa questão. Olhando para aos resultados da ação, pelo realizado, a obra, o trabalho, as atividades realizadas, havendo uma coerência de continuidade positiva nesses dados dos orçamentos ao longo dos anos, de facto, um dia calavam de vez a oposição, que já não ia ter nem argumentos técnicos para dizer que, aqui ou ali, o resultado não era assim tão bom.

Globalmente, até a oposição já podia ficar um bocadinho mais satisfeita com os resultados daquela gestão, mas sabiam que cada um tinha que puxar a brasa à sua sardinha. Portanto, era normal que fizessem as observações todas dos aspetos críticos e negativos, que havia sempre. Não estavam a fazer nem ninguém conseguia fazer uma gestão perfeita, porque as circunstâncias nunca eram de modo a que isso fosse possível. Mas, com as dificuldades e as tempestades por que tinham passado, no Município - como noutros, mas neste em particular - , com as características que tinha e as dificuldades financeiras que tinha e as limitações e os vários períodos de “troika”. Estavam a viver o terceiro, o primeiro tinha começado logo com o reequilíbrio financeiro e, com a vinda da “troika”, tinha sido o segundo e, com o COVID, já era o 3º. Portanto, de facto, não tinham nada que se considerar pouco satisfeitos ou preocupados com o rumo da gestão CDU na atual “República.”

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que era só uma breve nota, porque a senhora vereadora tinha tido oportunidade de dizer que o argumento relativamente à eficiência dos resíduos sólidos urbanos era falacioso, porque o plano era plurianual. O argumento não era falacioso, era factual. O plano era plurianual, mas previa a uma verba a ser alocada ao ano corrente e as verbas para os anos seguintes.

O valor a que se tinha referido era a verba que estava alocada, que estava orçamentado para o ano em causa. O concurso tinha aberto demasiado tarde ou não tinha sido possível executar? Haveria, certamente, uma justificação, mas o argumento não era falacioso, o argumento era factual. Estava orçamentado um valor, esse valor não era plurianual, era um valor para o ano em causa e não tinha sido executado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que só queria dizer que o Sr. Vereador Joel podia colocar-se na lógica de contabilista mas eles estavam ali na lógica política e da análise do movimento político da sua atividade, que tinha impacto financeiro. Portanto, como contabilista, parabéns. Na lógica da política e na lógica de um movimento da ação política que tinha impacto financeiro, que o desculpasse, mas estava ao lado.

Havia uma questão que queria colocar, que julgou que a Vereadora Carla iria colocar, que era fazer um registo e trazer à Câmara as medidas de eficiência económica que o Município de Setúbal tinha tomado, quer do lado da despesa, ou seja, de despesas que não eram



necessárias fazer e que rentabilizaram os meios e os recursos, quer do lado da forma de aplicação da receita e, também, de captação de receita.

Um dos aspetos de que julgou que a Vereadora Carla ia falar, porque dominava isso como ninguém, era a questão da eficiência energética e das medidas que tinham tomado. Eram centenas de milhares de euros de poupança por ano. Eram dezenas de milhares de lâmpadas Led, eram coisas impressionantes que andavam a fazer e que tinham, naturalmente, impacto na eficiência económica do próprio Município. Era uma informação que a senhora vereadora conhecia como ninguém e até havia uma proposta para a reunião da Câmara, mas era um dos aspetos em que estavam a trabalhar na eficiência económica do Município. Portanto, a leitura das contas tinha que ter essa componente política de ação concreta, se não era uma reunião de contabilistas e os contabilistas não eram eleitos, só podiam ser eleitos, mas não era essa a discussão concreta que tinha que ser feita ali.

**Sra. Presidente** – Disse que aquele resultado poderia ser um bocadinho melhor se não tivessem tido, de facto, por exemplo, o boicote de 8 milhões de euros que o Partido Socialista no Governo tinha feito ao Município, a fraude que tinha feito, o roubo que tinha ao Município. Um dia depois das eleições, tinha alterado o despacho que deveria ter sido julgado no tribunal. Tinha alterado o despacho que era para o empréstimo BEI.

Nem sequer estavam nesse registo. Se tivesse corrido bem, nem sequer estariam nesse registo, mas como, de facto, à “República da CDU” acontecia tudo, até o COVID tinha vindo ajudar, porque tinha sido uma despesa de mais de 1 milhão e ainda não tinha acabado. Não estavam a regatear, precisavam era que as pessoas ficassem bem. Não estavam a regatear, mas era só para dizer que a vida e esse processo todo tinha vindo, de facto, a não ajudar.

Depois, queria dizer que estava mesmo muito satisfeita. Não estava totalmente satisfeita, mas estava muito satisfeita. Aquele resultado era um trabalho de muita gente, 1700 trabalhadores, de tanta instituição, de tanta gente. Estavam ali doações, empresas, instituições e pessoas que os tinham ajudado e os tinham apoiado, que lhes tinham cedido, às vezes, terrenos, às vezes facilidade nisto, facilidade naquilo, negociações nisto, negociações naquilo. Era o resultado de muita gente.

Chegavam àquele balanço e o ativo municipal tinha atingido o total de 411 milhões de euros e, no próximo, garantiam que passaria a fasquia dos 500 milhões de euros. Era essa a sua meta, antes de se ir embora, 500 milhões metidos nesta terra, que haveria de ser das melhores do país.

Pela primeira vez, esta terra tinha tido 79 por cento de execução. Queria lembrar que já na gestão da “República da CDU” tinham tido 30 e tal por cento de execução, com 50 e tal milhões entrados em cofre. Não tinham passado disso, 50 e tal milhões. Tinha chegado aos 65.

Mesmo com aquelas confusões todas, mesmo aquela luta toda, aquela gente toda tinha conseguido ajudá-los a arrecadar 91 milhões de euros de forma efetiva e não fictícia, que tinha ultrapassado todos os governos fictícios. Aquela tinha sido de forma efetiva e não fictícia. Até tinham sido vendidas algumas casas, não tinham só lá estado. Tinha sido muito trabalho, desde a venda do café à venda do artesanato, ao aluguer de quartos na Pousada da Juventude, à arrecadação de receita. Em tudo tinha havido poupança.

Havia a poupança das nossas obras municipais, que, às vezes, diziam: “*Senhora Presidente, temos isto para fazer e está inscrito no orçamento.*” Agora já não diziam, mas, antigamente, diziam: “*Mas, está lá no orçamento! - Quero lá saber que esteja lá no orçamento, não tenho dinheiro para isso. Deixe lá estar no orçamento, deixe lá ficar.*” (Portanto, daí aquilo que o Vereador Carlos Rabaçal tinha respondido). Dizia-lhes para irem ver se não eram capazes de fazer e eles faziam. Já não perguntavam nada, podia lá estar no orçamento. Se não conseguissem fazer de todo davam a fazer fora, mas tinha o prazer de entrar em qualquer sítio e dizer que tinham sido os nossos trabalhadores que tinham feito. Tinha sido os nossos trabalhadores que tinham feito o chão e as bancadas daquela sala e as cadeiras do Fórum Municipal Luísa Todi. Tinha sido tudo feito por eles, incluindo as pinturas. Nos museus limpavam os quadros e os outros faziam outras coisas. Até os motoristas trocavam lâmpadas

e punham as maçanetas nas portas, como andavam a fazer no Edifício Ciprestes. Tudo isso justificava a não execução, porque significava saída de dinheiro das rubricas que estavam orçamentadas, para, no caso de não se conseguir fazer, as coisas se fazerem. Tinham muito orgulho nos equipamentos todos. Se um não estava arranjado, estava outro. Se um tinha sido limpo durante o COVID, lhe faltavam duas torneiras e podia comprá-las, alguém as colocaria sem esperar pelo DOM. Andavam de buraco em buraco, a recuperar tudo. Isso tudo, com aquele capital humano, tinha valido muito mais do que aqueles 411 milhões de euros. Muito mais, não tinha valor.

Pedia meças a um município que se pusesse à sua frente, para discutirem esses ativos, esse capital humano que existia na casa e aquilo que, efetivamente, em termos financeiros, tinham arrecadado. Esse capital humano estendia-se àquela excelente equipa de vereadores que ali estavam, que eram a confiança de aquilo continuar muito bem, depois de ser substituída naquele lugar. Eles sabiam de tudo e sabiam exatamente o que estavam a defender, porque é que estavam a defender e como é que estavam a defender. Isso também lhe dava um descanso do tamanho do mundo.

Quando ouvia dizer que a dívida de curto prazo era de 21 milhões, fazia logo as contas na moeda antiga: “São 4 milhões e tal de contos.” 4 milhões e tal de contos num município daqueles era para se resolver, como era evidente, mas já lhes dava algum alívio. Ter nos documentos 27 milhões de dívida de médio longo prazo, eram 5 milhões e tal de contos. Depois de ter encontrada aquela casa praticamente falida e de já terem pago, até àquele momento, entre capital e juros, cerca de 100 milhões de euros de dívida que não tinha sido deles, que já estava toda paga - o que restava eram cerca de 4 milhões de contos, que deviam do contrato de reequilíbrio financeiro e o resto de contratos de empréstimos feitos por eles -, era, de facto, uma grande vitória. Além da obra que estava na rua e da que estava dentro daquelas paredes, ver aquilo que estava ali era, de facto, uma grande satisfação.

Depois, tinha vindo o Vereador Joel dizer que só tinham executado 70 por cento. Tinha sido 79 por cento. Mesmo 70 por cento, comparado com as execuções antes da “República CDU”, que não passavam dos 15 a 20 por cento – tinha lá os papéis -, era uma grande satisfação 70 por cento. Mesmo de 70 por cento, comparado com os 15 a 20, no máximo dos máximos, no tempo do Partido Socialista, 20 e tal por cento de execução, era uma grande satisfação.

Uma coisa de que ainda se envergonhavam eram os 166 dias. Ainda se envergonhavam disso, eram quase 6 meses, faltavam 20 dias para 6 meses. Ainda lhes causava confusão e era a grande luta, para baixar isso rapidamente. Não se tinha ainda baixado porque tinham estado em negociações com algumas empresas que tinham apresentado injunções e tinham demorado algum tempo a negociar, nomeadamente a ABB, que tinha demorado quase 2 anos a negociar essa injunção enquanto não foi junção. Esses 2 anos tinham influído no prazo médio dos pagamentos em atraso. Essa estava resolvida e havia mais algumas que estavam, também, por negociar, de quase um ano e assim, que lhes estavam a estragar a media. Portanto, quando isso estivesse resolvido – tinha sido dado um prazo ao Dr. Paulo Hortênsio e ao advogado que estava a fazer essas negociações para aquilo passar a outro fórum, a outro estado -, imediatamente esses prazos baixavam. Quando viesse aquele empréstimo BEI dos 3 milhões e tal isso baixaria muito. Era a próxima meta. Mesmo 160 dias era muito, embora tivessem chegado a levar 3 ou 4 anos para pagar a fornecedores. Quando pagavam com um ano de atraso era muito bom. Depois, andava vários escalões. No tempo do Partido Socialista, a D. Odete andava a negociar à corrida e, quando conseguia negociar um ano ou dois de atraso, ficava toda contente. Quando não chegava aos 3 ou 4 ou não desapareciam papéis. Por exemplo, não sabia onde é que estavam os documentos das iluminações de Natal do ano de 2001. Tinham desaparecido, assim como os de todas as atividades turísticas que tinham sido feitas no verão desse mesmo ano, em que era responsável pelo turismo Duarte Machado. Tinha desaparecido tudo. Portanto, face a esse panorama, não terem documentos desaparecidos e estarem com 160 dias e 70 por cento de execução era maravilhoso. Obrigado à Câmara Municipal e aos vereadores da CDU, que sabiam o que andavam a fazer, à população de Setúbal, a todas as instituições e a todas as empresas que os tinham ajudado

4

a construir essa meta. Ninguém conseguia nada sozinho, mas toda a gente tinha conseguido com eles. Portanto, obrigada, porque esse resultado era magnífico.

A proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Fez a seguinte declaração de voto: “O PSD votou contra a proposta de prestação de contas relativa ao ano de 2019 considerando o seguinte:

- Que, à semelhança dos anos anteriores, verifica-se uma prática de empolamento das receitas, para permitir a realização de despesas para as quais não existe receita real;
  - Mais uma vez, verifica-se uma fraca execução orçamental, uma vez que a execução orçamental foi de 70 por cento;
  - A receita de capital prevista era de cerca de 37 milhões de euros, tendo, apenas, sido cobrados 15 milhões, ou seja, cerca de metade do previsto e, ainda assim, dos 15 milhões de euros, cerca de 11 milhões e meio são relativos a empréstimos contraídos.
  - O Plano Plurianual de Investimentos tem uma fraca execução orçamental, uma vez que se situa nos 42 por cento;
  - O Plano Plurianual de Atividades Municipais teve uma execução orçamental de 55 por cento;
  - O prazo médio de pagamento a fornecedores, em vez de diminuir, aumentou em 45 dias, relativamente a 2018, cifrando-se, agora, em 192 dias de atraso, contrariando o que se verifica na grande maioria dos municípios portugueses, cujo prazo médio de pagamentos a fornecedores é inferior a 90 dias, com a agravante que o Município de Setúbal é um dos municípios com atraso nos pagamentos mais elevados a nível nacional, de acordo com o que consta no relatório do Conselho de Finanças Públicas de 2019;
  - O executivo de maioria CDU continua a apostar no aumento de impostos, nomeadamente os impostos diretos, tendo em 2019 aumentado em mais de 3 milhões de euros, continuando, desta forma, a sobrecarregar os setubalenses e azeitonenses, sendo que este aumento de impostos não se traduz em mais e melhor qualidade de vida para os cidadãos;
  - Verifica-se, ainda, que o executivo da CDU é incapaz de cobrar os 13 milhões de euros que são devidos pelas Águas do Sado ao município, arrastando-se este diferendo há vários anos, pelo que resulta da prestação de contas apresentada pela maioria da CDU uma clara incapacidade para implementar uma estratégia de gestão que promova um maior equilíbrio financeiro nas contas do município.
- Perante este cenário, o PSD tem que votar contra a Prestação de Contas de 2019.”

**Sr. Vereador Joel Marques** – Fez a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista votou contra. Remetemos, naturalmente, o nosso sentido de voto para aquilo que foi a nossa intervenção e os argumentos apresentados.”

**Sra. Presidente** – Fez a seguinte declaração de voto: “A CDU votou favoravelmente, porque, de facto, o resultado excecional foi excecional e, portanto, não podia ter votado de outra forma, ao contrário do PSD que, não participando numa discussão que deveria ter sido democrática e clara, para poder haver o contraditório, se escuda numa declaração de voto, incluindo na mesma uma série de imprecisões e de mentiras.”

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, e 4 votos contra 3 PS e 1 do PSD.

## **9. Deliberação n.º 171/20 – Proposta n.º 45/2020 – DAF – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2020.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27.

O Sr. Vereador Fernando Paulino saiu da sala.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que havia vários anos que o Partido Socialista defendia a redução progressiva da taxa do IMI, essencialmente aplicada aos prédios urbanos. Sistemáticamente a CDU ao longo dos anos tinha rejeitado liminarmente essas propostas, com o argumento de que estariam obrigados a aplicar a taxa máxima do IMI, por via do contrato de reequilíbrio financeiro, situação com a qual discordavam totalmente. Com o tempo, com alguns pareceres e posições que tinham sido tomados no último ano, a Câmara Municipal, a CDU, oficialmente de alguma forma, tinha assumido, claramente, que aplicava a taxa máxima por opção política. Tinha vindo agora a CDU propor na taxa máxima do IMI de 2020, a ser pago em 2021, a aplicação de uma taxa de 0,44%. Registavam aquela redução, mas para eles aquela medida era claramente insuficiente. Concordavam com toda a proposta que a Sra. Presidente tinha lido, concordavam com todos os pontos, exceto com o ponto número 1, alínea b), onde dizia para aplicar a taxa de 0.44% a prédios urbanos, eles colocariam à consideração uma proposta de alteração, onde transformavam aqueles 0.44% em 0.40%.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse que pretendia que a sua intervenção ficasse registada em ata:

*“Relativamente à proposta do IMI, Imposto Municipal sobre Imóveis do ano de 2020 para ser cobrado em 2021, antes de tecer outras considerações, importa dizer aqui que o PSD ao longo dos anos tem vindo sempre a propor que a redução da taxa do IMI, nomeadamente para o valor de 0.40%, desde que a taxa a nível nacional baixou para o máximo de 0.45%. Para além disso temos proposto, também, que seja introduzido o IMI familiar e já apresentámos propostas concretas, aqui em reunião de câmara e que têm sido rejeitadas pela maioria da CDU. A Câmara agora vem propor uma redução, embora a nós nos pareça... é um caminho que está a ser percorrido, embora nos pareça que é uma redução completamente irrisória, baixar de 0.45% para 0.44%, não é seguramente com esta redução que se vai contribuir para aquilo que se pretende e que se dá aqui como justificação, que é apoiar as famílias decorrentes das dificuldades acrescidas da pandemia do Covid. Não é seguramente esta redução que vai fazer uma grande diferença nas famílias. Faria sim, uma grande diferença, por exemplo, o IMI Familiar, para as famílias numerosas, aí se fosse introduzido esse IMI, estou convencido que aí poderia fazer diferença para estas famílias. Depois, também me parece que aqui na questão do reconhecimento, que isto talvez esteja colocado ao contrário, porque para haver este benefício, que se propõe aqui, é preciso que haja um reconhecimento sobre a intervenção de reabilitação, com certeza, mas dizendo o seguinte: “sem prejuízo de o imposto ser liquidado e, portanto, o contribuinte o pagar e depois quando houver o reconhecimento esse valor ser-lhe-á devolvido”. Ora eu penso se queremos ajudar, nesta fase em que estamos a atravessar, as famílias, devia ser exatamente ao contrário, devia o imposto não ser pago a quem iniciar o processo de reabilitação, fizeram o requerimento para esse efeito e caso não venha a obter o tal reconhecimento, então aí sim, proceder-se-ia à liquidação do imposto, para a pessoa proceder ao pagamento. Portanto aliviava desta forma as pessoas, até porque ao terem que fazer obras, estão a ter que dispor de recursos financeiros, que com certeza farão falta para outras necessidades e se calhar bastante prioritárias e até de necessidades de bens essenciais à sua sobrevivência. Portanto nós de facto... há aqui uma redução, entendemos que é uma redução muito insuficiente para aquilo que nós sempre propusemos, que são os 0.40% e, portanto, com base nisto, nós iremos provavelmente, nesta votação abstermo-nos, apenas porque há esta redução, embora entendamos que não é suficiente para aquilo que são as necessidades das famílias de Setúbal”.*

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que, eles tinham ali afirmado, que a interpretação que o próprio Secretário, ou Chefe de Gabinete do Secretário de Estado, na altura, lhes tinha feito

chegar, que tinha sido essa a interpretação que o Partido Socialista ali tinha referido, que lhes permitia baixar, era na base de compensação de outras receitas. A prestação de contas que tinham ali apresentado, demonstrava que eles tinham a expectativa de poder baixar uma parte da receita do IMI, compensando, e não criando desequilíbrios nas contas da Câmara, porque a redução do IMI tinha que ser feita na base da não criação de desequilíbrios nas contas da Câmara. Esse era um princípio básico a que estavam obrigados, já na parte final, mas ainda assim estavam obrigados.

Achava que seria de valorizar, bastante, o facto de o Município de Setúbal, utilizar, e bem, aquilo que estava previsto nos estatutos dos benefícios fiscais, do ponto de vista do IMI, para a promoção da reabilitação urbana, para a melhoria do parque habitacional do concelho de Setúbal.

Referiu que, curiosamente, havia uns tempos atrás, o PSD e o PS tinham utilizado o facto de terem utilizado a majoração ao máximo, dos prédios em ruína, como se a CDU estivesse à carga em Setúbal, a carregar nos impostos dos setubalenses, defendendo então o PS e o PSD na altura, que os prédios em ruína não deveriam ter uma majoração tão grande. Porque a especulação tinha que ser premiada, e como a CDU tinha decidido combater essa especulação, também por via do IMI, tinham sido muito criticados, na altura.

De facto, não referiam que, no quadro do contexto económico em que viviam, não colocavam, também, essa majoração nos prédios em mau estado ou em muito mau estado, não nos prédios em ruína. Não tinha havido uma palavra sobre isso, o que tinha sido interessante.

Depois, tinha vindo uma proposta para fazerem aquilo que a administração fiscal não fazia. A administração fiscal, nas isenções, não dizia: “Vocês agora estão isentos, provem-nos que estão isentos e, depois, se não estão, nós acertamos contas.” Não, administração fiscal o que fazia era: “Vocês pagam o imposto, têm direito à isenção, apresentam o requerimento de isenção e, então, depois, vocês têm direito à reposição do valor do imposto pago”, que não devia ter sido pago. Era assim que funcionava a administração fiscal. O Município de Setúbal não tinha capacidade para determinar e fazer o inverso.

Aquilo fazia-lhe lembrar a proposta, que na altura o PSD tinha feito, que consistia em baixar a taxa do IMI para os prédios rústicos, quando aquela era uma taxa fixa, que estava determinada na lei, e que os municípios não tinham possibilidade de mexer nela.

Como lhe fazia lembrar propostas, que diziam que deviam isentar taxas de resíduos, e coisas do género, e que a ERSAR tinha vindo, entretanto, dizer para os municípios não o fazerem, porque teria que se refletir, posteriormente, na tarifa. Mas valia tudo, para tentar desvalorizar uma proposta, que demonstrava que as contas do Município permitiam fazer aquela desoneração. E depois continuava-se a acenar com o IMI Familiar, que era uma coisa interessante. Disse que gostava que o PSD, ou todos os que defendiam a aplicação do IMI Familiar, fizessem uma demonstração que as famílias numerosas, no fundamental, eram proprietárias, e qual era o seu rendimento. E saber se as famílias numerosas que de facto tinham problemas financeiros, que tinham problemas de rendimento, pagavam IMI, ou se não eram isentas de IMI, por via do valor da sua habitação ou por via do rendimento muito reduzido que tinham, ou se estavam no arrendamento, porque não tinham condições para adquirir uma habitação, no contexto da economia portuguesa. Era bom que fizessem essa demonstração, que era para perceberem quem iam beneficiar, se seria um conjunto de famílias numerosas que eram proprietárias, e por aquela via iriam beneficiar de um benefício que não tinham necessidade de ter. A retórica era muito interessante, mas era preciso ir ao concreto, e na política, as decisões políticas tinham que ser feitas no concreto. Apoiar as famílias numerosas, sim, mas as que precisavam de ser apoiadas.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que julgava que a oposição ia ficar contente, mas enganou-se, não havia quem os contentasse. Se eles tivessem proposto 0.35%, a oposição propunha 0.30%, se propusessem 0.30%, a oposição propunha 0.25%, era a conversa do costume.

Existia uma questão fundamental, que tinha sido ali colocada, que era a gestão financeira com a qualidade que estava a acontecer ali em Setúbal e, a melhoria dessa gestão, que

estava a determinar essa possibilidade, que era uma possibilidade que não resolvia os problemas das pessoas, era uma pequena ajuda porque o que tinha ajudado mesmo as pessoas tinha sido o Passe Navegante. Podiam ter pegado nos 2 milhões de euros do Passe Navegante e terem posto no IMI. Perguntou se achavam se seria mais correto descontar no IMI os 2 milhões de euros ou pagar os 2 milhões de euros do Passe Navegante. O Passe Navegante tinha colocado em muitas famílias, duas, três, quatro, cinco, dez, vinte vezes, o que as famílias pagavam no IMI em poupança de transportes por ano. Portanto, achava que discutir esses benefícios fiscais, isoladamente, de todo o contexto da ação e das prestações que correspondiam às necessidades da população de Setúbal, não era correto, porque o que estavam a dar era um sinal e era um sinal com uma direção, requalificar a cidade, esse era o sinal principal, e voltava a perguntar se achavam melhor gastarem os 2 milhões de euros que tinham gasto no Passe Navegante, e que estava a ser de uma utilidade fantástica, para dezenas de milhares de famílias, ou descontar esses 2 milhões de euros no IMI a todos os proprietários do concelho. Se pudessem ir um pouco mais longe melhor, mas a boa gestão aconselhava a que se dessem pequenos passos naquelas situações e que fossem muito efetivos e diretos no benefício concreto às pessoas.

Tinha ficado triste por não ter visto a oposição contente, tinha sido uma pena, ficava para a próxima.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Dirigiu-se ao Sr. Vereador Ricardo Oliveira e disse que sobre o IMI Familiar, no Distrito de Setúbal, sete municípios aplicavam o IMI Familiar, e no Distrito de Setúbal o único município que até àquela data tinha a taxa de IMI para os prédios urbanos no máximo era o Município de Setúbal. Todos os outros, exceto Sesimbra que tinha 0.40%, tinham abaixo dos 0.40% e, ainda assim, sete deles aplicavam o IMI Familiar.

O argumento que aquelas famílias, porque tinham muitos filhos, não eram proprietários, não sabia onde o Sr. Vereador se baseava para fazer essa afirmação. Conhecia muitas famílias, com muitos filhos, chamadas famílias numerosas, que eram proprietários de imóveis e que tinham uma residência própria e permanente.

Não tinha sido ele que tinha colocado na fundamentação da proposta o seguinte: *“ciente das dificuldades acrescidas decorrentes da pandemia, Covid 19, o Município de Setúbal tem vindo a adotar um conjunto excepcional de apoio e proteção às famílias, empresas e demais entidades da economia social, na tentativa de poder ajudar, e reforçar a tesouraria e liquidez, e de poder mitigar os efeitos da redução generalizada da atividade económica”*, essa redução, ainda que fosse uma redução de 0.45% para 0.44%, não lhe parecia que fosse uma medida que fosse aliviar muito as famílias naquela fase, naquele momento em que viviam. Eram os senhores que diziam que um dos objetivos era esse.

Portanto, era um caminho que tinham iniciado, pretendiam reduzir de 0.45% para 0.44%, mas entendiam que não era suficiente, entendiam que o valor mais adequado e também tendo preocupações de equilíbrio financeiro, seriam os 0.40%, e não o mínimo que estava previsto na lei, mas eram divergências de opinião e tinham que saber conviver com elas.

**Sra. Presidente** – Disse que achava que para a Sessão da Assembleia, ia levar a simulação do que uma pessoa teria que pagar de IMI atualmente, e qual seria a redução para os 0.44% e para os 0.40%, ia levar essa simulação para ver se acabava com aquele *show off*.

Tinha sido proposto pelo PCP, na Assembleia da República, no outro orçamento o IMI passar para 0.40% e os Senhores tinham chumbado, e ali queriam, estavam ao contrário.

Disse que gostaria de saber, se tinham a noção, quando o IMI tinha passado de 0.50% para 0.45%, quanto dinheiro tinha deixado de entrar nos cofres da Câmara, tinha sido mais de 2 milhões de euros. Gostaria que lhe dissessem onde iam buscar o dinheiro para os Navegantes e para o Covid, etc., etc. e o Sr. Vereador Fernando Monteiro ter dito que baixar para 0.40% seria uma ajuda para o Covid....

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Pediu desculpa, mas o que tinha dito tinha sido que, a proposta deles, sempre tinha sido baixar para 0.40%, e que relativamente ao Covid, a

proposta que a Câmara tinha apresentado de 0.45% para 0.44%, sendo uma redução tão insignificante para as pessoas, do seu ponto de vista, não ajudaria em muito a liquidez das famílias naquela fase, eram coisas diferentes.

**Sra. Presidente** – Disse que ia levar a simulação para a Sessão da Assembleia para os 0.40%, e perguntou ao Sr. Vereador Fernando Monteiro, se achava que os 0.40% iriam ajudar as pessoas naquela fase do Covid. Dependia do valor do IMI, mas provavelmente deixariam de pagar 3 ou 4 euros, depois podiam deixar de pagar 20 euros, perguntou se era significativo, mas para a Câmara.... Disse que gostava de saber onde se ia buscar dinheiro para pagar aquelas coisas. Mas o Sr. Vereador não dizia que aquela tinha sido a Câmara mais penalizada em relação ao Passe Navegante e que tinha sido a Câmara que continuava a pagar o Passe Navegante e não tinha tido transportes na altura do Covid mas continuou a pagar o Passe Navegante. A intervenção do Governo tinha sido zero, porque a Área Metropolitana até ao presente dia zero de pagamento, qual tinha sido a intervenção da zona de Lisboa, continuaram a ter transportes e pagavam menos que eles, para o Navegante, porque o Governo tinha subsidiado e bem a Carris, subvenção, e ali não tinha havido subvenção para os TST's, tiveram que fazer "lay-off", porque não tinham contrato de conceção, tiveram que reduzir carreiras porque não tinham os funcionários a trabalhar, etc., etc., mas o dinheiro tinha sido pago na totalidade, como é que ainda iam ali com aquelas conversas, como podia não dizer que era *show-off*, não tinha visto seriedade naquela discussão, não faziam contas, era não porque não, era não porque eram da oposição. Não podia ser menos de 0.30%, porque a lei não o permitia, porque senão era como tinha dito o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, se tivessem posto 0.30%, diziam que eram 0.25%, se fosse 0.30% iam estar todos de acordo, mas quando aquele Município pagasse as dividas que os Senhores ali tinham deixado, era verdade, ainda estavam 20 milhões à vossa conta. As outras dividas, que tinham que ver com a qualidade de vida das pessoas, mais do que tirarem 20 ou 30 euros de IMI, as outras coisas que ali se tinham feito, tinham mais a ver com a qualidade de vida das pessoas, começando pelo Passe Navegante, se fizessem contas não eram só aqueles que iam para Lisboa, mas quem ia para Lisboa, o que tinham poupado todos os meses, não era só uma vez num ano, era todos os meses, era uma alteração estrondosa, mas mesmo para aqueles que ali circulavam tinha sido uma excelente alteração, todos os meses, não era só na altura em que pagavam o IMI. Portanto, aquilo tinha sido muito mais do que aquelas alterações todas. E em relação às famílias, eles já tinham feito as contas, daria mais uma redução de cento e tais mil euros, mas fazia-lhes falta, porque se não, tinham posto 0.43% e não 0.44%, porque era mais cento e tal, duzentos mil euros, em cima dos trezentos mil que já iam deixar de receber por via daquela pequena redução. À mediada que o Município fosse melhorando as suas finanças, achava que seria esse o caminho, porque tinha sido esse o caminho das outras câmaras.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse que não conhecia nenhuma Câmara que tivesse reduzido de 0.45% para 0.44%.

**Sra. Presidente** – Disse que mostrava algumas ao Sr. Vereador Fernando Monteiro, na Câmara onde vivia, que era a Câmara de Almada, no ano anterior não tinham reduzido o IMI, tinham ficado em 0.39%, no presente ano não sabia. Não tinha reduzido para as famílias porque tinha decidido reduzir para as empresas: "viva o socialismo", as empresas é que precisavam que o município lhes reduzisse o IMI. Se tivesse reduzido o IMI para as famílias, tinham deixado de receber cerca de oitocentos mil euros, como tinham decidido reduzir para as empresas, tinham deixado de receber um milhão e tal de euros, achava excelente. Um bom exemplo, não se reduzia o IMI para as famílias, reduzia-se para as empresas, mas isso era com Almada, tinha dado um exemplo, mas em Almada ninguém lhes tinha deixado dívida, tinham-lhes deixado muito dinheiro no banco, ali tinham os deixado quase falidos.





**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que ia tentar pegar no argumento da Sra. Presidente, de que aquilo não representava nada para as famílias e representava muito para a Câmara, sendo assim não se percebia porque o tinham decidido fazer, ainda mais naquela altura. Achava que era preferível fazer um pouco mais para a frente, e antecipando que aquela proposta iria ser aprovada, nos 0.44%, ainda tinha a expectativa que durante o ano, ainda fosse possível ser reduzida, porque pensava que a data limite para transmitir à Autoridade Tributária era até 31 de dezembro, portanto ainda podia ser alterado. Não fazia muito sentido o porquê dos 0.44%, questionou se seria para marcar uma posição, se fosse isso tudo bem porque aquela redução em termos monetários para as famílias não seria nada mais que isso, porque efetivamente isso iria representar uns 7 euros por ano, dependia do valor do IMI, mas iria representar um impacto desse género.

Disse, também, que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, tinha tentado ligar a descida ao êxito da gestão, sendo assim seria uma gestão completamente errada, porque eram o único do Distrito que iria ter uma taxa de 0.44%, eram dos poucos no país que iriam ter uma taxa de 0.44%, porque a maioria era abaixo dos 0.4%. Disse que não faria aquela ligação, porque era prejudicial para a sua dama, a sua dama do PCP, CDU, achava que realmente não tinha nada a ver com isso, achava que claramente havia uma opção política, tinha havido sempre uma opção política, e no ano anterior a opção política da CDU, tinha sido manter, como ali tinha sido reafirmado, e confessou que tinham visto, com algum entusiasmo que realmente estava um caminho aberto, não havia mais dúvidas sobre a questão das taxas máximas e contratos de reequilíbrio financeiro e Setúbal, isso tinha ficado posto de lado, isso tinha sido claro, e a opção política tinha sido reduzir, mas muito pouco. Reforçou que a proposta do PS eram os 0.4%, e como era óbvio gostariam de ter uma decisão naquele sentido.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a relação com a gestão era simples, tinham saído de um buraco que os Senhores tinham deixado e tinham chegado a um patamar que podiam reduzir. Podiam reduzir, e podiam ainda pagar o Navegante e outras coisas, tinha sido aquela a relação.

**Sra. Presidente** – Disse que era isso mesmo, era poder fazer um caminho sem se dar um passo maior que a perna. Aquela descida tinha tido a ver com o resultado do comportamento financeiro da Câmara, daquele ano. Portanto iam descendo um bocadinho, à medida daquilo que iam podendo, não era para darem um passo maior que a perna, não se podia fazer loucuras, nem irresponsabilidades, como era óbvio não estava aceite os 0.40%.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU e 3 abstenções 2 do PS e 1 do PSD.

O Sr. Vereador Fernando Monteiro fez a seguinte declaração de voto:

*“O Partido Social Democrata absteve-se nesta proposta do IMI essencialmente porque embora não concordando com a redução proposta, porque pretendia que a redução fosse superior, isto é que fosse para 0.40%, ainda assim verifica-se que existe uma redução, ainda que muito pequena e, portanto, nós sempre defendemos a necessidade de reduzir este imposto, o IMI, verificando-se uma redução pequeníssima e que não vem de encontro àquilo que nós defendemos, ainda assim entendemos que deveríamos abstermo-nos nesta proposta”.*

O Sr. Vereador Paulo Lopes fez a seguinte declaração de voto:

*“O Partido Socialista vem defendendo há vários anos a redução progressiva da taxa de IMI, aplicada aos prédios urbanos, com vista ao desagramento da carga fiscal de responsabilidade municipal aplicada nos setubalenses e azeitonenses. Sistemáticamente a CDU, ao longo dos anos, vem rejeitando liminarmente essas mesmas propostas de redução do imposto, inclusive durante a última crise financeira e económicas que o mundo passou, optando sempre pela posição dogmática de não poder baixar o imposto*

por imposição do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, e com a qual discordávamos totalmente.

O tempo, os pareceres da DGAL e da IGF, assim como a posição dos vários governantes que saiu nesse sentido, vieram nos dar razão, no último ano (2019) a CDU aprovou a aplicação da Taxa Máxima do IMI, a que pagámos este mês de maio, assumindo claramente tratar-se de uma opção política, demonstrando uma postura de maximização de receitas por via de impostos, em detrimento duma política fiscal mais justa para quem reside em Setúbal e Azeitão. Quanto a Setúbal e ao contrato de reequilíbrio financeiro e IMI, nada á pois a clarificar, não existe a obrigatoriedade de aplicação da taxa máxima.

Veio agora a CDU, propor a taxa do IMI para 2020, pago em 2021, a aplicação de uma taxa de 0,44% para os prédios urbanos, assim como o anterior escalonamento de minorações e majorações nas ARU de Setúbal e Azeitão, que são de aplicação naturalmente localizada e consubstanciam um instrumento fiscal de apoio à regeneração urbana e não impactam na generalidade dos cidadãos.

O Partido Socialista, propôs uma alteração à proposta apresentada, nomeadamente a aplicação de uma taxa de IMI, para prédios urbanos de 0,40%, com vista á redução do impacto fiscal, tendo o mesmo sido rejeitado pela maioria Comunista.

Sabemos que é possível a prossecução deste objetivo, servindo nesta fase, como um elemento adicional de valorização dos seus rendimentos.

Baixar 0,01%, como pretende a CDU, produz um impacto reduzido no pagamento do imposto de cada família, entre 7€ a 15€/ano, representando uma poupança inferior a 1€ por mês na maioria dos casos, este executivo mostra uma vez mais estar distante na aplicação de medidas com impacto real na minimização do impacto da crise, nas famílias e empresas de Setúbal. Uma poupança inferior a 1€ por mês. Além do mais, esta redução faz com que os Setubalenses e Azeitonenses continuem a pagar o IMI mais alto do Distrito de Setúbal e um dos mais altos de todo o país.

Consideramos a atual proposta, especialmente e como é referido num cenário de crise económica, derivado da Pandemia, de aplicar uma taxa de IMI de 0,44% nos prédios urbanos, uma medida de Show-off e de demagogia política.

Por estas razões o Partido Socialista, entende que se devia e podia ir mais longe, não se revendo na proposta apresentada, tendo por isso optado pela abstenção, acima de tudo pelo histórico de luta que o Partido Socialista tem realizado ao longo dos anos em baixar o IMI, espera no entanto que Camara municipal no decorrer do ano e até ao final do prazo legal, apresente uma proposta de redução do IMI mais consentânea com as necessidades dos Setubalenses e Azeitonenses, em linha com o que é já praticado nos concelhos limítrofes e da Península de Setúbal”.

**10. Deliberação n.º 172/20 – Proposta n.º 46/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Abertura de Procedimento ao abrigo do DL n.º 29/2011, de 28.02, para determinação de adjudicatário em contrato de gestão de eficiência energética, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no sistema de iluminação pública no Município de Setúbal.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 31.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que tinha levado ali uma proposta que estava baseada num programa de eficiência energética na Administração Pública, que tinha sido aprovado há uns anos atrás e que lhes permitia lançar um procedimento concursal, para que em certas zonas da cidade, escolhidas por eles, pudesse ser feito um contrato de gestão e de eficiência energética com entidades públicas e empresas de serviços energéticos, vulgo

9

aquilo que se costuma chamar um contrato ESE. Tinham avaliado toda aquela legislação, verificaram vários exemplos de outros municípios que já tinham enveredado por aquele caminho e tiveram em conta que aquilo que o procedimento previa eram poupanças que tinham que ser obrigatórias, mínimas de 60%, tinham escolhido um leque para serem substituídas cerca de um total de dez mil quatrocentos e setenta e quatro luminárias de diferentes funções, algumas urbanas, outras de avenidas, outras de jardins e a maior parte delas eram luminárias ainda de sódio e as potências iam variando, aquilo que tinha que ser respeitado naquele procedimento era que a poupança tinha que ser no mínimo de 60%. Depois com aquela poupança seria feito o acerto dos contratos e aquilo que seria devolvido à Câmara no âmbito da poupança. Aquele procedimento concursal era feito ao abrigo da contratação pública, mas também daquela legislação específica que tinha falado. Estavam ali todas as peças do procedimento tinha a ver com a questão das auditorias, do projeto energético e depois do caderno de encargos. Propunham como membros do júri daquele procedimento que fosse o presidente, o Engenheiro Alexandre Freire que era o Diretor do Departamento do Ambiente, o Dr. Paulo Hortênsio, que era o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, o Engenheiro Carlos Durval que para além de estar no júri, seria aquele que iriam indicar como gestor de futuro do contrato, o Dr. Nelson Vieira que era o Chefe de Divisão das Compras e a Dra. Ana Alves da Costa que era a Chefe de Divisão da Fiscalização e do Apoio Jurídico que também lhes pareceu importante para figurar naquele júri. Como membros suplentes propuseram o Engenheiro José Santos e a Sra. D. Maria João Henriques Coordenadora da Secção de Compras. Propunham à aprovação da Câmara todas aquelas peças, a abertura do procedimento concursal e a sua remessa à Assembleia Municipal.

**Sra. Presidente** – Disse que queria saudar o Engenheiro Durval pelo trabalho fantástico que tinha feito naquela e noutras áreas, mas naquela área tinha feito uma poupança, uma racionalização, uma mudança naquele município, que era dos municípios que mais à frente estava no distrito relativamente àquelas áreas. Tinha, naquele momento, uma grande parte do nosso território já com aqueles leds, era ao Engenheiro Carlos Duval que se devia esse trabalho, tinha feito um trabalho extraordinário de rua após rua, de insistência e de arranjo de soluções, de conversa com muitas operadoras, com muita gente e tinha vindo a fazer uma racionalização também do nosso dinheiro, era um dos obreiros dos noventa e um milhões, e agradeceu por esse motivo. Tinha estado ali, com outra proposta fantástica, que tinha feito em conjunto com o Dr. Nelson, Chefe da Divisão das Compras, um caderno de encargos difícil, de contas e mais contas, e que tinha que vir àquela reunião de câmara porque a próxima seria só dali a um mês e ainda tinha que ir à Assembleia e eles conseguiram entregar tudo a tempo e horas, estavam a falar de mais de dez mil quatrocentas e setenta luminárias que iam dar uma poupança extraordinária ao Município de Setúbal. Agradeceu, pelo grande trabalho que tinham feito, ali, na Câmara Municipal,

Disse que, por acaso, não tinha ali a conta, não sabia se a Sra. Vereadora, tinha em ideia o que se pagava à EDP de consumo de luz pública... 2 milhões só em iluminação pública, porque o resto dos outros equipamentos ia para outro tanto, eram 4 milhões e tal, quase 5 milhões. Lembrava-se no início de ser Presidente, achava que se gastava muito dinheiro eram quase 5 milhões. Tinham vindo a fazer muitas alterações em todos os edifícios, aquele edifício já estava praticamente todo em leds, ao longo do tempo tinham ido reduzindo, reduzindo, mas na rua, tinha sido um grande trabalho do Engenheiro Durval e da sua equipa, mas nos edifícios todos tinham reduzido, tinham renovando com as pessoas que estavam disponíveis, tinham mudado lâmpadas, nos gabinetes, e nas escolas só faltavam 3 escolas mudarem para led, e tinham muito mais ruas iluminadas que não tinham, nas freguesias da Gâmbia e do Sado existiam muitas zonas escuras, de Azeitão, também mais ruas, e no centro da cidade também tinha havido reforço de outras ruas, presentemente existiam muito mais ruas iluminadas, e pagavam à EDP cerca de um milhão e meio de euros, era notável, iam pagar ainda menos com as escolas que ainda faltavam mudar, era assim que se chegava aos noventa e um milhões.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 173/20 – Proposta n.º 47/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota Municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, no ano de 2020/2021, ao abrigo da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM).**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Vereador Fernando Monteiro saiu da sala.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 174/20 – Proposta n.º 09/2020 – DCIRT/DITUR – Celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal, para o desenvolvimento de projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praia para Todos”.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 e 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Vereador Fernando Monteiro, entrou na sala.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 175/20 – Proposta n.º 10/2020 – DCIRT – Aceitação de Donativo – Distribuição de máscaras gratuitas à população.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 176/20 – Proposta n.º 11/2020 – DCIRT/DITUR – Época Balnear 2020 – PROGRAMA ARRÁBIDA SEM CARROS 2020.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que pensava que todos os partidos com assento naquela câmara partiam do mesmo pressuposto, que a situação que se vivia sem qualquer controlo

era caótica e, portanto, era fundamental que houvesse uma intervenção, achava que isso era consensual, e que partiam todos daquele princípio para evitar aquelas imagens que tinham visto antes da reunião e aí pensava que estavam todos de acordo. Depois à medida que liam o documento iam divergindo aqui e ali. O Partido Socialista tinha feito um documento que visava complementar a proposta que ali estava, eventualmente existiriam pontos similares, até porque a câmara tinha alterado algumas propostas em termos das carreiras e do reforço dos transportes públicos, que eles também ali falavam, mas existiam algumas posições que eram bastante diferenciadas e que importava ali referir.

O Sr. Vereador Paulo Lopes leu o seguinte texto:

*“Em 2018 a Câmara Municipal de Setúbal, procedeu à implementação do projeto Arrábida sem carros, no âmbito da estratégica Municipal para uma mobilidade segura e sustentável para todos, nas zonas balneares de Setúbal. Estando identificado á bastante tempo os graves constrangimentos vividos na época banhar, e tendo a Câmara Municipal assumido a responsabilidade de gestão da área, impunha-se a aplicação de medidas mitigadoras desse mesmo impacto. Nessa estratégia estavam entre outras medidas a aplicação de condicionantes do trânsito da estrada nacional 3791, e dos acessos às praias da Arrábida. Já no ano passado se adotou a mesma estratégia e, de novo, este ano a Câmara Municipal prepara-se para continuar a aplicar sensivelmente as mesmas respostas, com a agravante de estarmos a vivenciar tempos totalmente diferentes, e absolutamente excecionais fase á pandemia que vivemos.*

*Durante 3 anos o executivo optou por manter a estratégia que passa pelo encerramento da estrada, com a colocação de cancelas, impedindo a livre circulação, numa zona que é um postal de visita de toda uma região, no conjunto um dos maiores ativos turísticos, e económicos. Torna-se por isso necessário uma visão que não se fique pelo cerceamento da mobilidade, e que permita sobretudo aos setubalenses e azeitonenses, desfrutarem livremente da Arrábida.*

*No atual contexto de desconfinamento que sucedeu o estado de emergência, e o estado de calamidade que vivemos, este assunto ganha ainda maior relevância. Deste modo o PS Setúbal, pretende contribuir com soluções concretas, um conjunto de propostas cujas medidas consubstanciam nos seguintes pontos:*

*- Intervenção na ex-estrada nacional 3791.*

*Implementação da circulação de sentido único no percurso entre a Figueirinha e o Creiro, eliminando a cancela e restrições de mobilidade existente.*

*Dado o momento em que vivemos, de exceção, e havendo a aplicação de uma lotação limitada das praias, é fundamental, caso o limite da praia esteja atingido, também criar as conduções para que os utilizadores possam seguir viagem, para outros destinos, no mesmo sentido, contribuindo para o escoamento do tráfego, privilegiando o não retorno pela mesma via, evitando assim, constrangimentos adicionais ao troço anterior á praia da Figueirinha.*

*Implementação de sinalética informativa quanto á lotação na praia, nas zonas de parque de retaguarda da Secil.*

*- Transportes públicos, reforço do vai-e-vem gratuito entre a Figueirinha e o Creiro. E aqui á um reforço na vossa proposta e, portanto, esta é a parte que eu penso que está correspondida, de alguma forma.*

*Reforço ainda das carreiras da cidade para a praia, de modo a diminuir o tempo de espera. Reforçar a frequência dos autocarros, é fundamental, pois face á pandemia as limitações de ocupação dos mesmos reduziram significativamente, prevendo-se assim um aumento do tempo de espera por parte dos utilizadores.*

*Reforço das zonas de sombreamento, nos espaços de espera dos transportes públicos, e que se mostram insuficientes. E isto é algo que vários utilizadores nos fizeram chegar.*

*Criação do cartão destinado a residentes e estudantes de Setúbal, garantindo a gratuidade do transporte público para as praias de Albarquel, Figueirinha e Creiro, tanto as que estão incluídas no sistema tarifário da área metropolitana de Lisboa, como as que não estão incluídas, nomeadamente, as carreiras 722, Parque da Secil – Creiro e 726, Setúbal – Casa*

da Baía – Praia de Albarquel. Trata-se de uma discriminação positiva justa a quem vive e estuda no Concelho.

- Aumento da Fiscalização e monitorização permanente. Este ponto é crucial para a implementação de uma Arrábida livre de cancelas, de forma a impedir o estacionamento abusivo nas fachas de rodagem e bermas sem condições para o efeito.

Criação de parcerias, no âmbito dos patrulheiros, ou empresas de segurança, que em estreita colaboração com as autoridades, possam fiscalizar o troço de forma mais permanente, e assim impedir o estacionamento abusivo.

Utilização de novas tecnologias, para a monitorização permanente dos abusos, através do recurso, por exemplo, à videovigilância ou drones como elemento dissuasor, desses mesmos abusos.

Aplicação de barreiras físicas para impedir o estacionamento abusivo e ilegal, ao longo do troço Figueirinha, Creiro e Portinho.

- Criação de bolsas de estacionamento, onde seja garantida a condição de segurança para os piões e passagem de viatura.

Eventual aplicação de semáforos, com sensor, de modo a facilitar a passagem dos veículos prioritários autorizados a circular no sentido inverso. Complementarmente deve ainda ser equacionadas as seguintes soluções:

- Implementar um projeto de criação de um pronto-socorro marítimo, ambulância marítima, que serviria não só as praias da Arrábida, mas também as praias da península de Troia-Grândola.

Investir na criação de um passadiço pedonal, ligando a Figueirinha ao Creiro e ao Portinho, reforçando assim a oferta e promoção turística da região.

Investir na implementação de uma rede de bicicletas partilhadas, com posto de levantamento nas praias de Albarquel, Figueirinha, Creiro e Portinho, promovendo assim os modos de mobilidade suaves.

Recuperar o Parque de estacionamento de Albarquel, no âmbito da destruição que ocorreu pelo novo proprietário do Palacete da Comenda.

E acrescento ainda a proibição de estacionar, exceto para viaturas autorizadas, na estrada de acesso a Albarquel, mas permitindo o livre acesso à praia, de modo a pessoas com mobilidade reduzida, possam ter acesso à praia, pois mobilidade reduzida é diferente de ser portador de uma deficiência, e ter um dístico próprio. Ou seja, eu posso não ser portador do dístico de deficiência, mas ter um carrinho de bebé, e tenho mobilidade reduzida por esse efeito, ou posso ter uma certa idade que não me permite ir da cidade até à praia de Albarquel a pé, e objetivamente não faz sentido parar o carro na estrada nacional, para depois fazer aquele troço, até lá abaixo a Albarquel, a pé. Portanto eu acho que se deveria arranjar aqui uma solução que não passe só pela autorização dos portadores de dístico de deficiência, mas sim por todas as pessoas que tem mobilidade reduzida”.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse que relativamente àquela proposta, tal como eles sempre tinham dito concordavam com a necessidade em regular o acesso à praia e o estacionamento abusivo, e até era mais do que abusivo o que se verificava naquela estrada, no entanto, eles entendiam que cortar o trânsito nos dois sentidos não era a melhor solução, razão pela qual apresentaram, também ali, naquele dia, uma proposta que previa a situação de se poder circular num sentido. Concordavam com muitas das medidas que estavam previstas naquela proposta, aliás a proposta deles previa que a câmara também apresentasse uma proposta com algumas das medidas que já estavam ali, mas não podiam concordar com a continuação da limitação do acesso à praia nos termos em que ela estava a funcionar, nomeadamente com as cancelas e cortando o trânsito nos dois sentidos.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que queria uma vez mais saudar a equipa que trabalhou naquele projeto. E havia ali uma questão que sentia necessidade de perguntar aos Srs. Vereadores da bancada do Partido Socialista e ao Sr. Vereador da bancada do PSD, eventualmente a intencionalidade não tinha passado meramente de um momento de

distração, perguntou se tinham, de facto, visto o vídeo e as imagens reais que tinham sido apresentadas aos Srs. Vereadores, e que não tinha sido senão uma forma de sensibilizar uma vez mais e de perceberem como tinha decorrido o último fim-de-semana. Havia matérias em que podiam ter alguma condescendência, nas visões ideológicas que cada um pudesse ter, mas existiam matérias em que não podiam ter qualquer tipo de contemplação, nomeadamente, sobre a segurança e a vida das pessoas.

Os Senhores continuavam a achar que era a criar ali facilitismos e a criar ali algumas alternativas que iam responder ao interesse de uma parte das pessoas que resolviam os problemas, que eram problemas estruturais de décadas e que tinha sido aquele executivo da CDU, essa “República”, que tinha conseguido resolver.

Perguntou, ainda, se o Partido Socialista estava esquecido das declarações do Senhor Ministro do Ambiente, a propósito de uma visita que tinha realizado a Setúbal, nomeadamente a propósito do Parque da Várzea, onde saudou a Câmara Municipal, considerando que aquela tinha sido uma decisão muitíssimo feliz da parte do executivo, e pensava que quando dizia que aquela medida tinha sido uma medida muitíssimo feliz, não estava a falar de circunstâncias como aquelas que o Partido Socialista agora colocava, era a medida tal e qual a Câmara Municipal a tinha tomado, não era com sentido único, era tal qual a Câmara Municipal a tinha tomado e os Senhores continuavam a insistir.

O Partido Socialista que era tão europeísta em alguns momentos, não sabia se tinham tido oportunidade de ver as recentes notícias da Agência Ambiental da União Europeia que dizia que íamos ter, segundo a Agência Ambiental da União Europeia, que pensava ser uma agência insuspeita para o Partido Socialista, um verão muito quente. Era verdade que uma vez mais o foco estava no Covid, mas era bom que não se esquecesse Pedrogão e era bom que não se esquecesse que tínhamos uma serra que era património de todos, daquele território, que a qualquer momento, pelas circunstâncias que eram conhecidas podia desencadear uma situação complexa e que a necessidade de uma intervenção imediata dos meios de socorro era fundamental acautelar, aquilo que era uma resposta a uma situação de incêndio. Como os senhores sabiam essa situação tinha sido possível e tinha sido mais facilmente concretizada nos meios de socorro pelas circunstâncias que conheciam e todas as circunstâncias securitárias. O senhor tinha falado de um pronto de socorro marítimo, era o que dizia, não tinham ouvido a intervenção, não sabia se o Sr. Vereador Paulo Lopes sabia, que um pronto-socorro marítimo não era viável para responder a um conjunto de problemas, que pudessem acontecer, nomeadamente, em espaço de praia se, por exemplo, se tratasse de uma situação que tivesse a ver com uma queda e pudesse estar em causa uma situação de coluna, o pronto-socorro marítimo ficava invalidado. Aliás, havia muitos anos que tinha sido discutido por várias entidades, Bombeiros Voluntários, Bombeiros Sapadores, Cruz Vermelha Portuguesa, etc. um pronto de socorro que respondesse à necessidade de resposta à Troia e que entre outras razões, para além do custo daquela mesma operação, não era possível, porque ele era limitado à própria resposta. E, portanto, uma vez mais estavam ali, por aquela lógica, o que era importante era responder para parecer bem, e não se ter a responsabilidade política da decisão que estava ali. Disse que não podia deixar de dizer que aquela era uma das decisões daquele executivo que o deixava dormir de consciência tranquila. Ninguém perdoaria ao executivo municipal daquela Câmara Municipal no dia em que perdesse um familiar, numa praia da Figueirinha ou numa praia de Alpertuche, e que os meios de socorro não chegassem lá porque não conseguiam passar e os senhores também não aceitariam isso. E depois viriam à Câmara Municipal dizer que a responsabilidade tinha sido da Câmara Municipal de não ter tomado as medidas devidas. E, portanto, o Partido Socialista, quando foi Pedrogão, tinha assumido ali uma grande preocupação com as medidas securitárias e com o que era necessário fazer e, naquele momento, quando a Câmara Municipal assumia essa coragem política, criava condições, melhorava o acesso em muitos dos aspetos e a qualidade do próprio acesso às praias, em muitas das matérias como o Sr. Vereador já ali tinha referido, que estavam consideradas na proposta, os senhores não tinham a coragem de dizer, sim senhor, os senhores tinham razão e tomaram parte daquilo que era uma solução e que acima de tudo defendia os interesses dos setubalenses.



Lamentou que uma vez mais preferissem tomar o partido para contentamento de alguns que diziam: “as cancelas”, mas pensava que aquilo até parecia, que já era uma melodia, que já estava cansada das cancelas, como se as cancelas, não fossem uma forma tão simples como aquela que tinham visto, a Sra. Presidente já tinha feito ali questão de referir, a partir do momento em que tinha deixado de estar a autoridade, ao ter que se ausentar, as cancelas foram ultrapassadas e, portanto, a atitude de barbárie que se tinha vivido na Arrábida, tinha sido aquela que tinham visto nas imagens. Portanto, não compreendiam, de todo, a falta de precessão do problema que efetivamente existia e a coragem política para tomar parte naquela decisão do executivo municipal.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que havia ali uma questão que lhe parecia interessante na proposta do Partido Socialista, parecia que tinham uma lista de hipóteses em catadupa, podiam ter juntado mais dez ou vinte hipóteses, ou trinta ou quarenta, mandar umas hipóteses não custava nada, o que custava era dizer como é que elas se concretizavam, com que meios e com que recursos, sobretudo, com meios e recursos que não dependiam deles. Achava que não fazia nenhum sentido propor um único sentido ou qualquer outro sentido na mobilidade, naquele percurso, porque em qualquer circunstância era preciso quem fiscalizasse. O ideal era não haver nenhuma intervenção ali, era os carros circularem em dois sentidos, não estacionarem onde não devessem, terem um comportamento cívico e correr tudo muito bem, isso era o ideal, mas como se tinha visto no filme, isso não acontecia. A seguir os senhores tinham proposto só um sentido, mas num caso ou noutro, tinham discutido isso na segunda-feira passada com a GNR, e a GNR, tinha dito uma coisa fantástica, disse que precisaria de cerca de cinquenta a cem homens ou mulheres, para resolver aquele problema em abertura franca e outros tantos para um sentido único. Eles tinham conseguido arranjar dois homens para estarem numa ponta no Creiro e numa ponta da Figueirinha e quando houve um acontecimento em Sesimbra de uma pessoa que se tinha perdido, a polícia marítima solicitou o apoio à GNR e a GNR mobilizou todos os seus efetivos e abandonou aquele espaço porque não tinha efetivos para ter duas pessoas em permanência ali, uma na Figueirinha e outra no Creio. Duas, não eram cinquenta, nem cem, a GNR tinha multado num dia cento e cinquenta pessoas, noutro dia cem pessoas, noutro dia cento e vinte pessoas ou cento e trinta pessoas, multou, mas ficaram ali e ninguém passava. Portanto a GNR não tinha condições de garantir aquela atividade, ninguém que não a GNR, conseguia fiscalizar com autoridade. Os patrulheiros que ali estavam tinham a GNR ao lado, sem a GNR mais valia irem embora. Qualquer força de segurança não tinha autoridade para atuar, para exercer a sua atividade, não tinham hipótese nenhuma, tinham que ter a autoridade presente. Qualquer solução e a que os Senhores tinham proposto implicava dezenas e dezenas de agentes da GNR, era completamente inviável. Se a GNR tivesse meios e recursos colocava uma fila de GNR e ninguém parava ali, isso não era possível, isso era não saber uma vírgula da realidade das forças de segurança em Setúbal, nem uma vírgula do que era exigível para garantir a estabilidade e segurança das pessoas ali, essa era a primeira questão, a segunda questão era que o que se pretendia não era que não se fosse á praia, era que se fosse à praia em segurança, e deu o seguinte exemplo: “ Uma pessoa vai à praia do Barril, no Algarve, o que é que faz? Vai de carrinho, para num parque de estacionamento, apanha o barquito, levas as coisinhas todas na mão e depois anda a pé. Vai para a outra praia da Fuseta, do lado do mar, vai de carrito, para o carrito no parque de estacionamento, a seguir apanha o barquito, levas as coisinhas todas, depois apanha um comboiozito e levas as coisinhas todas...”, parecia que em Setúbal, as pessoas irem à praia levando o equipamento para a praia era uma coisa do outro mundo, a mesma pessoa que aqui dizia que tinha que ir de carro, ali ia de barco e depois de comboio e ia a pé, mas aqui não, aqui não era possível, aqui não dava... Pensava que que a solução que tinham atualmente de as pessoas terem um parque de estacionamento onde metiam o seu carro e apanhavam um transporte público que os deixava á porta da praia era uma coisa espantosa, de qualidade. Aquela era a primeira questão, tratava-se de garantir o acesso das pessoas á praia em qualidade, com qualidade e com segurança. Outra questão era a segurança das pessoas contra incêndios, que já tinham

discutido ali, mais do que uma vez e que o Sr. Vereador Pedro Pina tinha referido, que ali seria um Pedrogão, duas, três, quatro vezes. Portanto, não perceber aquilo, era não perceber nada, era estar fora do mundo. Acreditava que não podiam continuar naquela conversa mole, era uma conversa irresponsável, não podia ser, tinham que dizer quais eram as medidas concretas de vigilância que garantiam. A Sra. Presidente da Câmara tinha decidido pedir uma reunião ao Sr. Ministro da Administração Interna para discutir a questão da GNR que pagavam em gratificados e que deviam fazer o policiamento, e mesmo em gratificados..., se houvesse uma crise iam-se todos embora. Aquela questão tinha que ser encarada com a responsabilidade que a coisa merecia, e não entrar em conversas de cardápios, de hipóteses e tal, porque hipóteses haviam muitas, mas o que interessava eram as hipóteses que funcionavam e que resolviam o problema e que tivessem meios e recursos para o resolver.

Em relação á videovigilância, nas praias ou na estada, tinha que ser operado pela GNR, e a GNR não tinha quem o fizesse, eles não podiam acionar videovigilância, era proibido por lei, a videovigilância tinha regras próprias e na estrada e na serra era a GNR que operava. Ainda havia pouco tempo que tinham discutido aquele assunto e tinham decidido não ter videovigilância porque a GNR é que operava, eles não podiam operar videovigilância, era de lei, não tinham hipótese. Portanto não valia apenas estarem ali com aquilo tipo de conversas, até porque a conversa ia evoluir num outro sentido, tinham muitas pessoas de outros países europeus que lhes perguntavam: "Vocês têm num Parque Natural acesso livre de viaturas individuais? O gestor do Parque Natural permite uma coisa dessas? O vosso estado permite uma coisa dessas?". Na maioria dos Parques Nacionais, estacionava-se e circulava-se em transportes públicos, estavam a discutir uma coisa muito atrasada num processo de defesa dos Parques Naturais. A medida da "Arrábida sem Carros" e "Acesso à Praia Com Segurança" além do impacto com as pessoas tinha impactos ambientais muito importantes, que não estavam na equação de defesa daquele território, de defesa daquele património, portanto havia ali muita coisa em equação, que pensava que estava a ser substituída, não por questões ideológicas, mas pensava sinceramente que era ignorância da matéria concreta que estavam a tratar, e por isso vinham propostas que não tinham nenhuma base material nem nenhuma sustentabilidade. Pediu para pensarem um bocadinho e para fazerem propostas que fossem materializadas.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que o Partido Socialista tinha descoberto uma proposta muito interessante, gostaria de saber se no dia em que uma câmara municipal do país, ou de Setúbal, decidisse colocar segurança privada no condicionamento da circulação ou na fiscalização da via pública, o que é que isso seria, tinha sido essa a proposta que ali tinha sido apresentada. O PS tinha proposto que a Câmara Municipal de Setúbal, contratasse uma empresa de segurança privada para fazer a fiscalização, o cumprimento, nomeadamente do estacionamento ao longo do troço.

Parecia que tinham começado aquela discussão, primeiro do zero e parecia que até há dois anos atrás, no Concelho de Setúbal, naquele período de época balnear, a circulação naquele troço era feita nos dois sentidos. Desde pequeno que ia á praia, e já naquela altura tinham sentido único entre o Creiro e o túnel da Figueirinha, mas estavam a falar de uma época em que havia um vigésimo dos carros em circulação e das pessoas na Arrábida, e tinham o acesso a Troia que não estava condicionado pelo valor praticado atualmente, e que os vários governos nunca tinham assumido a responsabilidade de corrigir o ataque à população de Setúbal, que tinha sido o aumento do preço do custo da travessia para Troia. Aquilo parecia que era novo e que agora é que existia aquele problema.

O facto é que ano após ano, pelo grande trabalho que tinha sido feito na cidade de Setúbal, que tinha trazido mais gente à cidade, na promoção da Arrábida que tinha trazido mais gente para a Arrábida, o facto é que tinham vindo a assistir àquilo que era algo aprazível, que se estacionava só de um dos lados da estrada num troço era do lado direito, do outro troço era do lado esquerdo, era assim que estava ordenado o trânsito, tinha passado a ser impossível. Havia três anos que tinha vivido pessoalmente a experiência de ter ido á praia de Galapos e de tentar sair de Galapos pelo sentido único obrigatório e de estar constantemente a cruzar-

se com automóveis que não respeitavam o sentido proibido que ali estava. Alguns deles, porque não conheciam e nem percebiam que havia um sentido proibido, eram carros que vinham, nomeadamente, com pessoas de Lisboa. Mas parecia que aquilo era uma novidade. E quando há dois anos eles tinham colocado aquela questão, do ponto de vista do ordenamento, da valorização do património, de ir em segurança para a praia, de assegurarem que todos tinham a possibilidade de irem para a praia, tinham sido acusados do custo que implicava a ida para a praia. E então o empenho da Câmara Municipal de Setúbal de incluir aquelas carreiras que não decorriam durante todo o ano, que eram especiais para aquela altura, no âmbito do Passe Navegante, Metropolitano ou Municipal, aquele problema tinha sido ultrapassado. Para uma família de 4 pessoas que estivesse uma semana em Setúbal e que quisesse ir á praia, o custo de 4.60€ por pessoa, passava para 2.14€, para 7 dias, e se fosse para 10 dias, passava para 1.50€, e se fosse para 30 dias passava para 0.50 cêntimos, cada ida á praia. E era contra aquilo, contra aquele plano, não era possível assegurar aquela oferta de transportes públicos, sem interromper aquele troço de trânsito, não era possível, porque se não, não havia circulação dos transportes públicos, se não, havia constrangimento, é que os partidos tinham descoberto, no presente ano, que a grande proposta era aproveitar tudo o que a CDU tinha apresentado, mas eliminar a questão do impedimento daquele troço, como era antigamente, quando tinha um vigésimo das viaturas. Era a população de Setúbal e era a população que nos visitava, que valorizava o que tinha sido feito.

Não sabia se os Srs. Vereadores do Partido Socialista e do PSD conversavam com os seus colegas de outros concelhos desde que tinham implementado aquela medida, eles tinham começado a ter férias em Setúbal. Sempre que iam a uma reunião com outros municípios, diziam-lhes que tínhamos tomado uma grande medida.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que em primeiro lugar, queria cumprimentar a oposição, quer do PS, quer do PSD, pela disposição propositora com que apareciam atualmente nas reuniões de câmara, deixando naturalmente aquela assinatura de grande preocupação que tinham com a impossibilidade de manter a circulação na Arrábida na época balnear, tal como era tradicional e requerida por muitos distintos socialistas da cidade de Setúbal, que devia ser à vontade para não limitar a liberdade das pessoas. Presentemente não, presentemente até vinham com medidas suficientemente elencadas, aquilo até dava para um programa... e perguntou ao Sr. Vereador Paulo Lopes, porque é que ele não aproveitava as medidas para o programa eleitoral quando fosse confrontar a “III República da CDU”. Não lhe parecia que aquelas medidas fossem para o presente momento porque estavam assumidas, a população, a opinião pública, os responsáveis, quer pelo ambiente quer pela segurança, não locais, mas nacionais e internacionais, tinham reconhecido uma medida que era necessária.

Aquela zona, era uma zona de preservação muito intensa, portanto aquela circulação selvagem que alguns utilizadores, ou utentes de “facebook’s”, andavam a dizer que era a liberdade das pessoas, não era a liberdade que punha em risco os outros, não era liberdade nenhuma, os senhores sabiam disso. Mas já estavam consciencializados e era preciso tomar medidas, tanto que já vinham propostas, até tinham criado ali um problema, já estava ali uma proposta do PSD sobre a mesma matéria, se calhar ou era a alternativa ou ficava desde já arrumada, deliberava-se agora uma coisa e com certeza que depois não iriam deliberar em sentido contrário.

Disse que era bom que as duas bancadas da oposição tivessem propostas para resolver o problema, reconheciam o problema, estava reconhecido, fizessem então o favor de reconhecer e não desconsiderarem todos aqueles que apoiavam aquela maioria a tomar a decisão. Eram os técnicos, eram os responsáveis da segurança, eram os responsáveis da proteção civil, eram todas as entidades consultadas que tinham dado as suas opiniões. E eles não chegavam ali, “à campeão da oposição”, “tiravam da cartola”, meia dúzia de medidas, que eram diferentes, com isso desconsiderava-se toda a responsabilidade das entidades que tinham participado na formação daquela decisão. Não estavam ali em nenhuma disputa



político-partidária, não era a sua opção ideológica-partidária contra a do outro, nem a do outro contra a deles, eram questões de segurança.

Portanto, quando se dizia: “um sentido só e estacionamento de um lado”, como tinha dito o PSD, e depois permitia-se a circulação dos dois lados, estacionava só de um lado, em facha e meia isso ia fazer com que os carros se cruzassem, e quando viesse o autocarro, ia cruzar para cima da ravina ou da água, não era possível. Não havia a mínima preocupação de ver o senso prático das coisas, para isso não era preciso consultar muitos técnicos. Portanto, deixavam o estacionamento ao longo da estrada, com certeza que sabiam que não haviam valetas que chegassem para colocar as quatro rodas do carro, ficavam duas na valeta e duas na estrada, desse modo era perdida meia facha da estrada e depois fazia-se a circulação em dois sentidos, e quando viesse o autocarro... não sabia como se fazia... e quando viesse a ambulância, ainda seria pior. Perguntou se seria só para ter uma proposta alternativa, diferente, para dizer que a deles não era boa. Não era a proposta deles, era a proposta das forças de segurança, a proposta deles era a que resultava de todas as entidades que naturalmente começava por, humildemente, reconhecerem aquilo que os senhores ali não queriam reconhecer, o problema começava pela insuficiência de meios que o governo dispunha. Porque, se calhar, todos fariam um consenso fácil, se houvessem meios suficientes na GNR, para fazerem a sua missão, de fiscalização, de impedimento e de limpeza dos estacionamentos mal feitos, não havia problema nenhum, aquilo era perfeitamente controlado, mas o problema começava ali, falta de meios. Por isso é que a Sra. Presidente tinha falado no início da reunião, sobre aquelas reuniões “não atendidas” do Sr. Ministro da Administração Interna, não eram coisas que se aceitassem. Portanto, se quisessem dar algum contributo para a solução do trânsito na Arrábida podiam falar com o ministro deles e podiam fazê-lo ver que era preciso fazer diálogo com a autarquia, para ajudar a resolver cumprindo as funções que cabiam às forças de segurança sobre a responsabilidade do estado, não era da autarquia, era do estado. Se o fizessem resolviam o problema das autarquias, resolviam o problema daquela, contribuía com a solução para a segurança da população que frequentava as praias da Arrábida. E estavam sempre a colocar isso de lado, era uma boa solução da câmara ou uma má solução da câmara, era melhor do PS, era melhor do PSD, era melhor que a da CDU, não era nada disso. Era a falta de meios alocados às forças de segurança que o Ministério da Administração Interna não conseguia resolver, não resolvia ano após ano, deixava estar assim, não havia meios, era a Troika, era o orçamento que era curto, depois ficava cativado...fosse o que fosse, não havia meios suficientes para fazer aquilo que era a função normal das forças de segurança, para fazer cumprir o código da estrada e as regras de segurança, era básico isso.

Nessa falha é que se fazia aquele trabalho todo de arranjar umas medidas que deixassem funcionar aquilo com segurança, e não iam ser incongruentes com o momento, invocar o momento do Covid quando o que se colocava era a restrição do número de pessoas nas praias e os senhores estavam a colocar propostas de alargar ao máximo de participação de pessoas nas praias. Perguntou se era preciso conter ou era preciso alargar até ao infinito, se era preciso levar mais ou era preciso conter o número de participantes, de pessoas presentes nas praias, achava que o momento era para conter.

E, portanto, presentemente, não tinham condições de abrir as comportas do areal para que todas as pessoas entrassem livremente e á vontade, porque o carro ia até à praia e todas as pessoas podiam ir.

Era um plano de segurança que estava ali em causa, estava trabalhado, estava pensado com todas as disponibilidades e indisponibilidades de meios e de condições, estava avalizado por aqueles que tinha que o executar, não se devia desconsiderar essas entidades e essas pessoas que trabalharam naquele plano. Achava que podiam dar esse aval às autoridades que trabalharam e que iam ter responsabilidade nele porque não eram eles os culpados da falta de meios, os culpados estavam no plano político e a esses ele devolvia a responsabilidade, para quem fazia propostas alternativas, sobretudo naquele momento, para o Partido Socialista.



**Sra. Presidente** – Disse que o Partido Socialista tinha estado no governo daquela câmara durante 16 anos e nunca tinha reivindicado a gestão das praias e aparecia naquele momento a fazer agenda política, aquilo não se parecia com nada, aquilo parecia calendário partidário, agenda política. Era preciso marcar agenda e, portanto, ia-se caminhando, existia um facto, “toca de marcar a agenda política” com aquele facto, existia outro facto, “toca de marcar a agenda política” com outro facto. O Partido Socialista nunca se tinha importado com uma praia, nunca. Eles tinham pedido as praias para eles para colocarem ali a água, para tratarem dos esgotos, para tirarem de lá as fossas que estavam partidas por baixo e deitavam os dejetos para as areias, tinham provas de tudo, existiam fotografias, tinham sido eles que tinham tratado disso tudo, tinham sido eles que se tinham preocupado com o estacionamento e com tudo isso. O Partido Socialista tinha ido lá fazer o calçadão porque devia estar à beira de eleições. Agora tinham feito uma proposta pública para as redes sociais e tinham-na levado ali, uma proposta que era claramente marcação de agenda política, aquilo não batia a “bota com a perdigota”. Não tinham ouvido o Partido Socialista dizer que tinham que ir falar com o Ministro da Administração Interna, porque a segurança daquelas praias, a segurança dos cidadãos, era da responsabilidade da Administração Interna, e não de segurança privada, de patrulheiros ou de qualquer outra entidade desse género, que tinham que ser pagas pela Câmara Municipal, a segurança rodoviária daquelas praias estava a ser paga pela Câmara Municipal, para os munícipes e as pessoas que vinham de fora irem à praia, a Câmara Municipal tinha uma fatura à cabeça de setenta mil euros, aquilo não entrava na cabeça de ninguém. Tinha que desmontar aquela conversa toda do Partido Socialista.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU e 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PSD

**15. Deliberação n.º 177/20 – Proposta n.º 08/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização Vertical/Reordenamento da Circulação Rodoviária, na Rua Vale de Cerejeiras e na Praceta Álvaro Dias.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 178/20 – Proposta n.º 09/2020 – DURB/DIMOT/SEMUT - Regime Tarifário do Transporte em Táxi – Sinalização Vertical de “Mudança de Tarifa”.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 45.

**Sra. Presidente** – Disse que tinha feito uma reunião, com os donos dos táxis, e depois com as diversas entidades referidas, no sentido de acertar uma série de coisas que não existiam, tendo em linha de conta, o decorrer do tempo e a transformação da cidade, aquilo só tinha um ou dois sítios com mudança de tarifa, nomeadamente ali, junto ao IPS, e eram aquelas entidades que propunham, aquela alteração, na antiga Estrada Nacional 10, junto ao PUA, na Estrada Nacional 10-4, após a Rua Feliciano Castilho, Estrada das Machadas, interseção da Rua Dr. José Carvalho Filho com a Estrada de Palmela, na rotunda da Quinta do Hilário, na Avenida dos Ciprestes, após a Estrada da Varzinha, Estrada de Vale de Mulatas, após a subestação da EDP, Estrada de Algeruz, Avenida Álvaro Cunhal, interseção com a Rua da



Cascalheira, Estrada da Serra de São Luís, antes da interseção com a Rua dos Pintassilgos, Avenida António Sérgio, após a interseção com a Avenida Júlio Santos, Rua Emídio Graça, após a interseção com a Avenida Júlio Santos, Avenida José Estrela Leão, após a interseção com a Avenida Júlio Santos e a Estrada Nacional 10, com a passagem de nível da Cachofarra. Aquilo tinha uma ou duas mudanças de Tarifa, podiam ver isso também era significativo do número, e de alterações do número de Táxis, Setúbal já tinha 57 Táxis e, portanto, da alteração dos locais para que eram solicitados, e de clarificação que tinha sido pedida por eles, para que aquilo ficasse assim regulado e melhor esclarecido, para que não fossem prejudicados nalgumas corridas que faziam.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **17. Deliberação n.º 179/20 – Proposta n.º 10/2020 – DURB/GAGEF – Alteração às especificações do Alvará de Loteamento n.º 1/18.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 a 50.

**Sra. Presidente** – Disse que António Xavier de Lima, era o titular e o requerente daquele processo, era cabeça de casal da Herança. Era proposto aquela alteração às especificações, e para isso, tinha sido junto, aquelas plantas de localização, que tinha que ver com sobreposições de cartografia, planta de ordenamento do PDM, planta síntese de sobreposição e planta síntese da proposta. Aquela proposta tinha a ver com o grande loteamento, que estava a ser feito ali em Brejos de Azeitão, e que era necessário dividir aquelas parcelas em três.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **18. Deliberação n.º 189/20 – Proposta n.º 11/2020 – DURB/DIPU/GAP – Abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51.

O Sr. Vereador Pedro Pina ausentou-se da sala.

**Sra. Presidente** – Disse que os prazos tinham sido suspensos, e à cautela, tinham decidido trazer novamente ali aquela proposta, como tinha explicado no início, para a partir de agora contar os tais 30 dias que ficavam abertos a partir daquela proposta para discussão pública.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Paulo Lopes ausentou-se da sala

**19. Deliberação n.º 180/20 – Proposta n.º 01/2020 – GVCR – Protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53.

O Sr. Vereador Pedro Pina regressou à sala.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

**20. Deliberação n.º 181/20 – Proposta n.º 03/2020 – SMPCB – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “SOPAC, Sociedade Produtora de Adubos Compostos, S.A.**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54.

Ausentou-se da sala o Sr. Vereador Paulo Lopes.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 182/20 – Proposta n.º 01/2020 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Gecite Consultores de Engenharia Lda.”**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 e 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 183/20 – Proposta n.º 09/2020 – DAAE/DIEV – Classificação de Árvores de Interesse Público.**

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 a 59.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que no Município de Setúbal, já tinham classificados alguns exemplares, a maior parte delas, fruto de uma proposta de 2009, destacavam naquela classificação existente, três oliveiras milenares, seis exemplares de araucária de Norfolk, muito interessantes e que estavam no largo José Afonso, entre outras. Contudo, e porque cada vez tinham mais necessidade de enveredar pelo caminho da proteção das árvores e do arvoredo, e depois de terem feito um levantamento exaustivo, a todas as árvores do concelho de Setúbal, tinha sido feito até o registo através do Património Arbóreo urbano que tinham, tinham mais de vinte seis mil exemplares de árvores, só em meio urbano, decidiram apresentar candidatura ao ICNF, no sentido de salvaguardar algumas daquelas árvores, que consideravam singulares e de relevante interesse público. Elas pertenciam a quinze espécies



diferentes, que estavam discriminadas na proposta, e era um conjunto de dezassete exemplares. Apresentavam também, na proposta em anexo, árvore a árvore, com as características mais importantes. Relativamente aos regulamentos do ICNF, aquelas características não tinham que ser todas cumpridas, mas elas já iam ali na ficha, depois seriam entregues para a candidatura.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 184/20 – Proposta n.º 50/2020 – DCDJ/DIBIM – Doação de obra de arte ao Município.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 185/20 – Proposta n.º 51/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação Festival de Música de Setúbal (A7M) – Projeto Ensemble Juvenil de Setúbal.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 186/20 – Proposta n.º 14/2020 – DES/DIAPE – Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021.**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 e 63.

O Sr. Vereador Paulo Lopes regressou à sala.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que era uma proposta do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021, e que no cumprimento da legislação, na garantia dos transportes escolares para os alunos do concelho, nos termos da lei do regulamento municipal que estava aprovado, apresentavam-no, sendo que alertava os Srs. Vereadores para a eventualidade, de mais á frente, poderem ser sujeitos á alteração daquele mesmo regulamento, caso as medidas de condicionamento da utilização de autocarros e de transportes públicos se mantivesse durante o próximo ano letivo. Ainda assim, entenderam apresentar aquela proposta, que tinha um valor global de quatrocentos e setenta e um mil novecentos e cinquenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos, com a distribuição no ano de 2020 e 2021, relativamente aos transportes escolares no concelho de Setúbal.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **26. Deliberação n.º 187/20 – Proposta n.º 1/2020 – GAV PSD – Criação de um Fundo de Emergência Municipal para empresas no concelho de Setúbal.**

O Sr. Vereador Nuno Carvalho leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 e 65.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que aquela proposta vinha por engano, de certeza absoluta, porque o Sr. Vereador Nuno Carvalho, que também era deputado, devia ter feito uma proposta para a Assembleia da República e, de repente, tinha-se enganado e tinha-a entregue. O que ali estava eram propostas próprias do Governo, não fazia nenhum sentido vir aquela lógica de apoio de intervenção. Portanto, presumia que tivesse sido um *“copy/paste”* e que se tivesse enganado, queria fazer outra e tinha saído aquela. Não fazia nenhum muito sentido aquela proposta, naquele momento.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que, em relação ao Fundo de Emergência Municipal para as PME, os vereadores do Partido Socialista também entendiam que a Câmara, se quisesse criá-lo, o poderia fazer, naturalmente, mas esse tipo de apoios devia inserir-se mais naquilo que o Governo estava a fazer e a promover. Se dúvidas houvesse, bastava consultar o site *“Estamos On”*, onde estavam todas as medidas e todos os projetos de apoio ao emprego e às empresas, desde medidas de apoio à economia na área do *“lay-off”*, moratórias e créditos, apoios à tesouraria, ao teletrabalho, empresários em nome individual, deferimentos de impostos e contribuições, no âmbito do Portugal 2020, sócios-gerentes, *“startups”*.

Obviamente que poderia dizer-se que tudo isso não seria suficiente para a crise que aí vinha, mas havia um trabalho longo que estava a ser feito e que o Governo, com o reconhecimento, até, dos vários partidos políticos com assento, estava a desenvolver.

Achavam que fazia muito mais sentido a criação desse fundo ou a criação de medidas de apoio no âmbito daquilo que o Partido Socialista, havia cerca de 2 meses, tinha apresentado, virado para as coletividades, virado para as IPSS, virado para as empresas, através da isenção de taxas, ou seja, onde achavam que a autarquia podia e devia apoiar era, através dos meios diretos que tinha ao seu dispor, no apoio à economia local. Por essa razão, não iriam votar favoravelmente a proposta.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse ao Sr. Vereador Rabaçal que as propostas que o PSD apresentava na Câmara Municipal nunca o eram por engano. Eram propostas pensadas e que estavam no âmbito das atribuições do Município. Se fosse ler a lei, perceberia que essa era uma competência conferida aos municípios. Podiam, perfeitamente, criar fundos de emergência municipal, para fazer face a situações extraordinárias.

Era verdade que o Governo estava a tomar algumas medidas para apoio às empresas, mas isso não implicava que a própria Câmara Municipal não criasse um fundo para apoiar as suas empresas, as suas pequenas empresas, as suas microempresas, os senhores empresários em nome individual, no concelho, porque, com certeza que as dificuldades iam ser muitas e essa era uma forma de apoio à economia local.

Portanto, a Câmara, não só podia, mas também devia apoiar as empresas numa altura daquelas. Portanto, não era, seguramente, por engano nem era *“copy/paste”* de coisa nenhuma, era uma proposta que o PSD entendia que era útil para os empresários do concelho.

**Sra. Presidente** – Disse que fazia suas as palavras do Vereador Carlos Rabaçal, tinha sido mesmo engano. Não era ali que deviam bater à porta, já tinham ajudado sem esse fundo. Já tinha dito, no início da reunião, quanto é que já tinha custado o COVID ao Município e ia custar mais, porque tudo aquilo que não entrava, que tinham isentado, as receitas que tinham deixado de receber, eram consideradas despesa. As taxas nos mercados, na ocupação da via pública e na publicidade tinham sido a nossa contribuição. Isso tinha sido tudo com empresas e tinha sido muito dinheiro.

De facto, achavam que aquela proposta era mais uma de agenda política, para ficarem muito bem vistos pelas populações. Não era uma proposta razoável, nem responsável para um município que, pesasse embora o facto de estar um bocadinho melhor em relação às suas finanças, não estava ainda bem, tinha que continuar a trabalhar para pagar as contas certas o mais rapidamente possível. Portanto, tendo em linha de conta tudo aquilo que tinham pago, tudo aquilo que tinham feito, o grande esforço que o Município tinha tido, o PSD vinha com uma coisa que, de facto, devia ser redirecionada.

Como tinha dito o Vereador Paulo Lopes - e muito bem -, o Governo tinha-se desdobrado em apoios. Claro que nem todos os apoios chegavam e, às vezes, não chegavam com a celeridade que era preciso chegar. Esse era um outro problema. Também não havia, sequer, meios humanos da parte do Governo ou das secretarias de Estado que o Governo tutelava, para dar resposta rápida às situações, mas aquele era, claramente, um daqueles enquadramentos que o Governo tinha à disposição das empresas e dos empresários, para se socorrerem dela.

Ali não era, de facto, a sede para o cabimento daquela proposta. Por isso, achava que ela estava enganada. Estava completamente de acordo com o Vereador Carlos Rabaçal e achava que tinha que ser redirecionada para quem de direito, que não devia ser a Câmara Municipal. A Câmara Municipal tinha cuidado - e bem - de muitos daqueles que tinham fome no imediato.

O Governo tinha feito os "lay-off" - não sabia onde é que ia buscar tanto dinheiro, mas esse era o problema de todos - e, naquele momento, só no distrito, tinham sido feitos 8954 novos "lay-off". Tinha-lhes dito que, no nosso município, já tínhamos gasto cerca de 1 milhão de euros e tínhamos deixado de receber - ainda não estava contabilizado, mas podia ser - para cima de 300 mil. Portanto, tinha sido essa a nossa contribuição e iria continuar a ser até ser necessário e podermos transferir para os próprios, quando tivessem capacidade para isso, ou para a Segurança Social, que era a entidade que, paulatinamente, ia começando a receber as ajudas às famílias.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse que não era uma questão de agenda política. Já tinha percebido que, cada vez que a oposição apresentava uma proposta que não lhe agradava, o seu argumento era sempre o mesmo: *"É para marcar a agenda política. Lá estão eles a marcar a agenda política."*

Apresentá-la a quem de direito era o que estavam ali a fazer. Era vereador na Câmara Municipal de Setúbal, preocupava-se com o Concelho de Setúbal e com os setubalenses. Portanto, não tinha que apresentar a proposta noutro lado qualquer. A lei permitia-lhe que fizesse a apresentação daquela proposta na Câmara Municipal, que podia aprová-la ou não a aprovar. Isso era uma opção que os vereadores iriam tomar a seguir. Estavam a apresentá-lo no sítio certo, que era na Câmara Municipal.

**Sra. Presidente** – Disse que esse era o entendimento do senhor vereador, não era o deles. O senhor vereador tinha proposto e tinham respondido à sua proposta. Entendiam que era matéria para o Governo e o Governo tinha saído com muitos apoios nessa área.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que estava a ficar comovido com aquela preocupação social do PSD, que era o partido que, historicamente, em Portugal, tinha sido responsável pelos maiores despedimentos jamais vistos. Portanto, achava espantoso que viesse com essa preocupação para cima da Câmara Municipal, em vez de ir para cima do Governo. Se achava bem apresentar aquela proposta ali, podia entregá-la ao seu colega Paulo Lopes, para a levar ao Governo. Podia ser que resolvesse melhor.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Perguntou ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal desde quando é que as preocupações sociais eram uma matéria de preocupação exclusiva da CDU. O PSD, ao longo de sua história, tinha feito mais pelas questões sociais do que alguma vez a

CDU haveria de fazer, porque a CDU nunca tinha sido Governo nem nunca seria, graças a Deus.

Em matéria de questões sociais ninguém lhes dava lições, porque tinham começado com muitas preocupações sociais, por exemplo, no Governo do professor Cavaco Silva. Não se lembravam do 13.º mês? Quem é que tinha implementado isso em Portugal? Portanto, que o senhor vereador não viesse dizer coisas que não correspondiam à verdade e que lhe ficavam mal. Não valia tudo na política.

Para além disso, havia de lhe dizer onde é que o PSD tinha sido responsável por esse desemprego. Era daquelas coisas que se diziam, daquelas parangonas que se iam dizendo mas que não tinham qualquer fundamento e o senhor vereador sabia que não tinham fundamento nenhum.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido reprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos contra da CDU, 2 abstenções do PS e 1 voto a favor do PSD.

## **27. Deliberação n.º 188/20 – Proposta n.º 2/2020 – GAV PSD – Medidas para a mobilidade segura para as Praias da Arrábida.**

O Sr. Vereador Nuno Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a proposta era agenda política. Tinha que se dizer outra vez porque era mesmo, não servia para muito mais do que isso. A proposta que tinha sido aprovada antes prejudicava aquela, claramente. Já tinha sido aprovada uma proposta para o programa “Arrábida sem Carros” e para a gestão do processo.

A proposta remetia para uma reflexão futura e soluções que de já tinham falado e que não funcionavam. Quanto à referência ao período não banhar, o próprio grupo de trabalho já tinha equacionado essa situação e só por razões de a GNR não ter meios nem recursos é que não se tinha equacionado um acionamento de fim-de-semana com alerta de calor, para fazer esse procedimento na mesma. Ia bater tudo nas tais forças que fiscalizavam e que já tinham provado que não fiscalizavam coisa nenhuma e o senhor vereador insistia que haviam de fiscalizar, se Deus quisesse.

Estavam a discutir com eles, para ver se fiscalizavam mesmo, e iam falar com o ministro, para ver se o conseguiam. O facto é que não tinham fiscalizado durante décadas, nem aqui nem no país. Em Sintra fechavam a serra, noutros sítios fechavam os sítios, porque não havia gente suficiente para o fazer, porque, durante muitos anos, a política de direita deste país – e o PSD tinha sido líder durante muitos anos – tinha liquidado as forças de segurança. Agora, vinham dizer que as forças que fiscalizavam eram aquelas que não existiam. Portanto, era um problema muito sério, que tinha que ser resolvido, mas também já tinham ponderado essa hipótese.

Uma outra questão que queria deixar clara era que a GNR lhes tinha dito que o reboque não entrava. O senhor vereador parecia que não conhecia o sítio nem nunca tinha visto a situação. Portanto, acreditava que era mesmo para marcar agenda e não valia a pena.

Havia outra questão que tinha sido colocada e que não tinha pés nem cabeça. Os nadadores-salvadores tinham-se recusado, em termos nacionais, a fazer de polícias nas praias na função deles. Estava decidido a nível nacional. Tinha havido uma discussão séria sobre isso. Quem fazia a fiscalização do plano de praia era a Polícia Marítima. Em Setúbal estava resolvido, a Polícia Marítima tinha-se recusado a aceitar que alguém que não a Polícia Marítima fizesse a discussão do plano de praia e estava a fazê-lo e bem. Portanto, aquela proposta era, mais uma vez, uma proposta de quem não conhecia a situação.

Podiam dizer que os vereadores com pelouros tinham uma informação privilegiada, visto que trabalhavam com as forças de segurança e estavam a fazer esse trabalho todos os dias com

eles. Agora, as outras forças, pelo menos, podiam perguntar. Se não queriam falar com eles não falassem, não perguntassem antes de escrever as propostas, mas, ao menos, perguntassem às forças de segurança, àqueles que diziam que iam mesmo fazer e vissem a cara deles e vissem os meios que tinham, os meios que lhes tinham permitido que eles tivessem – e que o PS continuava a permitir que eles não tivessem -, para fazer o trabalho que tinham que fazer.

Portanto, a proposta, naquele contexto, havendo uma proposta já aprovada para essa solução, ficava prejudicada por isso e, em segundo lugar, era uma proposta que estava desfasada da realidade. Estava mesmo desfasada dos meios, dos recursos e da capacidade de fazer as coisas, porque partia de uma intencionalidade de, eventualmente, as forças de segurança conseguirem e partia de uma regra moral (“eles devem”), mas “eles” não podiam. Naquele momento não podiam, não tinham meios, nem recursos.

Como tinha dito a Sra. Presidente, iam tentar com o senhor ministro da Administração Interna, para ver se resolviam o problema dos recursos que nunca tinham resolvido. Mais, nem os tinham recebido e durante 2 anos tinham andado para os receber. Podia ser que o Partido Socialista pudesse fazer alguma coisa junto do Governo, para reforçar a GNR, reforçar os meios e recursos. Já tinham tido oportunidade de o fazer nos anos anteriores e, também, no corrente ano, se para isso estivessem direcionados, para ver se estavam a falar com os pés assentes no chão e com a realidade das coisas e não hipóteses hipotéticas, que podiam ser bestiais, ou não, mas eram hipóteses hipotéticas e não resolviam os problemas. Portanto, aquela proposta não fazia sentido.

**Sr. Vereador Fernando Monteiro** – Disse que o senhor vereador podia usar a retórica que entendesse, podia dizer que os outros - como já tinha dito várias vezes – eram ignorantes e que era o único que conhecia a realidade das coisas, mas a sua realidade não era a realidade dele, seguramente. Portanto, o senhor vereador não era o único que conhecia a realidade das coisas. Conhecia aquela zona e, se calhar, havia mais anos que o senhor vereador. Se calhar, circulava por lá havia mais anos que o senhor vereador.

Certo era que ninguém brincava com aquelas coisas nem estava em causa a agenda política. Aquilo era uma questão fraturante na sociedade setubalense. Era uma questão que tinha sido trazida e que se colocava. Portanto, tinha que ser discutida ali. O PSD apresentava uma proposta diferente daquela que a Câmara tinha e preconizava para aquela situação e para aquele problema.

Já tinham dito que concordavam com o facto de a situação do estacionamento ter que ser resolvida e que não podia continuar como estava. Já tinham dito que havia várias medidas na proposta da CDU com as quais estavam de acordo. A única com a qual não estavam de acordo, ou, pelo menos, a mais importante com que discordavam era o corte do trânsito nos dois sentidos.

O senhor vereador que o desculpasse, mas a autoridade, a GNR, tinha lá, diariamente, duas pessoas a ser pagas, que custavam 70 mil euros por época. Não lhe viessem dizer que a GNR não podia pôr lá uma patrulha a circular, uma vez ou duas vezes, de manhã e à tarde, para fiscalizar e aplicar as devidas contraordenações. Não acreditava nisso. O senhor vereador dizia isso mas ele não acreditava que não fosse possível a GNR, de vez em quando, fazer passar lá uma patrulha e começar a multar.

As pessoas sabiam que não havia fiscalização e, portanto, abusavam. Sabendo que não eram fiscalizadas, sabiam que abusando daquela forma nada lhes acontecia. Como se tinha verificado, nada lhes tinha acontecido. Se a Câmara tinha verificado isso e até tinha tido tempo de filmar, se calhar, poderia ter pedido à GNR para ir lá multar as pessoas. Não acreditava no argumento de que não fosse possível à GNR colocar uma patrulha a passar lá de vez em quando. Quando as pessoas percebessem que eram multadas por deixar lá o carro deixariam de estacionar, seguramente. Acontecia assim em todo o lado, em todo o mundo e, também, na cidade de Setúbal. Portanto, parecia que só naquela estrada é que isso não era possível de acontecer.



**Sra. Presidente** – Disse que o senhor vereador não tinha mesmo conhecimento nenhum daquilo. Convidava-o a ir lá um fim-de-semana. Devia lá ter estado no sábado anterior à reunião. Também só tinha chegado até onde podia ir, que era ao pé da cancela. Tinha visto os carros que estavam para lá dela, não tinha passado para o outro lado.

A GNR tinha multado 200 e tal pessoas, mas o senhor vereador era seu colega e sabia o que é que acontecia às multas e para onde é iam. Fossem de que valor fossem, ninguém pagava. Tinha sido isso que as forças de segurança tinham dito na segunda-feira, na reunião extraordinária do Conselho de Segurança que tinham feito.

Segundo a GNR, aqueles que estavam no meio da faixa levavam a multa – e também concordava com eles -, pensavam: “Já está multado, deixa ficar o resto do dia. Quero lá saber, levem-no.” Não mexiam nos carros, mas, se os tirassem, vinha logo outro a seguir e punha-o lá. Mesmo que a GNR andasse a fazer patrulha ia ter que se chatear de uma ponta à outra. Para fazerem patrulha, não tinham pessoas nas portas, junto às baias ou à cancela. Ou tinham pessoas num lado ou tinham no outro. Só dois elementos da GNR custavam-lhes 70 mil. (Era caso para perguntarem se tinha que ser a Câmara a pagar para isso.) Mesmo que quisessem mais, eles não tinham meios.

Era verdade, as pessoas não respeitavam. A GNR tinha dito que, para isso acontecer - o Capitão Quintinha tinha dito que poderiam fazer esse cordão -, mas teriam que ter, para aí, uns 100 agentes. De tantos em tantos metros teria que lá estar um agente, para, quando saísse um do carro, ver logo se não entrava outro e isso não era operacional.

De facto, o que era mais efetivo era estar fechado nas pontas e haver mais transporte público. Era isso que iria acontecer, iria vai haver mais transporte público. De 15 em 15 minutos, iria sair um transporte público.

Aproveitava para o informar de outra coisa. O Vereador Carlos Rabaçal, no exercício das suas funções, fazia a ligação à Proteção Civil e aos Bombeiros e a si, porque era a responsável concelhia e distrital da Proteção Civil. Tinha estado todos os dias no terreno, não tinha tido um dia de confinamento, e tinha visto aplicar isso e desenvolver isso em todas as áreas. Portanto, sabia o que é que estava a dizer.

lá de vez em quando e conhecia as coisas, mas o Vereador Carlos Rabaçal tinha lá andado todos os dias. As pessoas não faziam ideia do que estava a acontecer. O número de veículos era totalmente diferente em relação há uns anos.

No sábado, tinha estado a olhar para as praias e a ver aquilo tudo novo, cheio de “decks”, para as pessoas terem um melhor acesso às praias, casas-de-banho, chuveiros, lava-pés e uma grande pérgula, para facilitar o vestir e o despir às pessoas com mobilidade reduzida. Estava cheio de jovens, porque não estavam lá pessoas com mobilidade reduzida e os jovens, muito bem, tinham aproveitado aquela sombrinha. Como era tudo feito com um ripado de madeira, estava lá muito agradável. Estava cheio de gente e, quanto mais qualidade tivesse, mais gente iria. Portanto, as pessoas não respeitavam, era muita gente. De facto, o que era bom era rodar. Estavam de acordo, só que não funcionava. Era só por isso.

**Sra. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, em relação à GNR, queria deixar mais uma nota. A GNR tinha dificuldades em policiar a zona entre o Creiro e a Figueirinha, que era a zona de que estavam a falar, mas a área de intervenção da GNR era 30 quilómetros naquela estrada. Nesses 30 quilómetros, havia bem uns 20 onde se estacionava irregularmente, onde eles deviam intervir e não conseguiam. Não conseguiam, de todo. Portanto, era uma situação muito peculiar. Estavam a resolver o problema mais crítico, mais perigoso, para impedir que as pessoas corressem riscos graves naquela zona. Estavam a intervir na zona mais crítica. Devia-se intervir nos 30 quilómetros que tinham sido referenciados e muito bem.

**Sra. Presidente** – Disse que a PSP, que tinha mais agentes que a GNR no concelho, tinha dito na reunião que não gostaria de estar na pele dos colegas. Comparativamente, a área de intervenção deles era uma brincadeira. Era no PUA, na Praia da Saúde e na cidade. Iam começar a pôr bloqueadores nas rodas e diziam que, em relação aos seus colegas, a sua tarefa era uma brincadeira. Tinham mais agentes do que eles, era uma brincadeira em

relação à deles - e o Capitão Quintinha dizia que não tinham gente. Tinha havido um reforço de 570 agentes para Lisboa. Para Setúbal, iam ver, se viessem 10 seria muito bom. 570 para Lisboa e daqui tiravam-nos.

A Polícia Marítima tinha feito uma maior fiscalização no areal e tinha feito um trabalho extraordinário porque tinha tido um reforço policial. Agora, a GNR que estava naquela grande tarefa e responsabilidade que, se calhar, noutros sítios, não tinha. Não tinham, porque as praias não tinham uma estrada com aquelas características. Tinham outro tipo de estacionamento. Quando iam para a praia, tinham estacionamento ou não tinham estacionamento. A GNR também se tinha queixado que, por exemplo, na Comporta e naquelas praias ali, no fim-de-semana, estava intransitável. A GNR dizia: *“Como é que nós chegamos a estes sítios todos? Se desaparece uma senhora em Sesimbra chamam-nos para nós lá irmos.”* Só lá estavam 2, os outros também deviam ser 2. Então, tinham-se juntado os de Sesimbra com aqueles 2, para irem bater uma parte da serra, à procura da senhora. Pronto, tinha sido o caos, a partir das 5 e tal ou 6 da tarde. Tinha sido caos e não tinha sido no período mais intensivo de carros.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Disse que o Partido Socialista não tinha intervindo na proposta porque a discussão já tinha sido toda feita, e, de alguma forma, ficado esgotada nos argumentos, na primeira discussão da proposta. Mas iriam votar favoravelmente, porque as propostas que o Partido Socialista tinha apresentado e a proposta que o PSD tinha apresentado eram muito similares. Portanto, não faria sentido que não fossem votar favoravelmente.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido reprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos contra da CDU, e 3 votos a favor, 2 do PS e 1 do PSD.

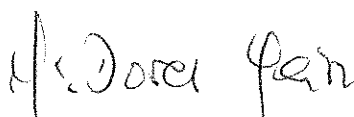
Em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção Geral de Saúde sobre eventual propagação do COVID-19, a reunião foi à porta fechada, sem a presença de público de acordo com o Edital n.º 42/2020, de 28 de maio.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas e cinquenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira





Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 1 de julho de 2020, por unanimidade, contém 58 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:  
Carlos Mendes  
Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio